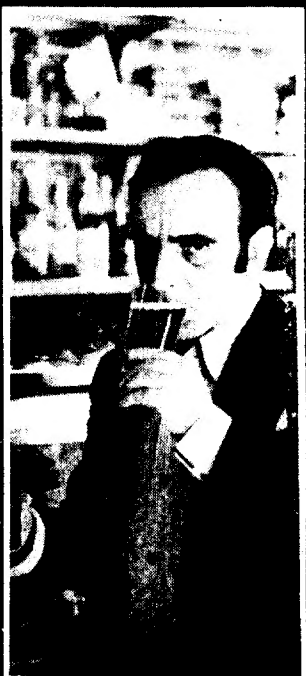




Cerveja mais cara desde hoje

A fixação de novos preços máximos de venda de cerveja pelos fabricantes nas áreas de Lisboa e Porto abrangidas pela distribuição directa, de acordo com um despacho normativo conjunto dos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Comércio e Turismo publicado na folha oficial, fez com que o produto já hoje começasse a ser vendido mais caro ao público em todo o País. Em linguagem corrente, o aumento será de um escudo em cada garrafa normal e na chamada «imperial», de cinco tostões na «mini» e de dois escudos na «caneca». Deste modo, a cerveja normal passa a custar 9 escudos, a «imperial» 8\$50, a «mini» 6\$00 e a «caneca» 17\$00.

Segundo o diploma, os preços de venda aos comerciantes serão os seguintes: cerveja nacional: grade com vinte e quatro garrafas de 0,33 l (96\$00); grade com vinte e quatro garrafas de 0,20 l (62\$40); grade com trinta garrafas de 0,20 l (78\$00); grade com doze garrafas de 1 litro (133\$20); garção com vinte e quatro garrafas de 0,325 l — embalagem perdida — (130\$30) — e barril (10\$30/litro). Quanto à «Carlsberg» e à «Tuborg», o preço de uma grade de vinte e quatro garrafas de 0,33 l será de 108\$00.

O diploma refere que estes preços poderão ser acrescidos dos diferenciais distritais actualmente praticados nas restantes localidades do continente.

EANES REGRESSA HOJE DA "CIMEIRA" COM NETO

"Espírito de Bissau" vai ser importante

O «espírito de Bissau», nascido na cimeira entre Eanes e Neto, patrocinada pelo Presidente Luís Cabral, começa a dar os seus frutos, com o texto do acordo geral de cooperação, ontem assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e de Angola, respectivamente Sá Machado e Paulo Jorge, na capital guineense, acto que marcou o início da real colaboração entre os dois países.

Embora não seja ainda conhecido em Lisboa o texto do acordo, pode-se desde já assinalar as circunstâncias excepcionais em que foi assinado: — ao contrário do habitual nas lides diplomáticas, o acordo não foi assinado nas capitais dos países interessados, mas sim num ter-

ceiro país, a Guiné-Bissau, e não foi, também ao contrário do que é normal, submetido à aprovação do Bureau Político do MPLA.

A importância do encontro entre os dois chefes de Estado, e as perspectivas que abre para a colaboração entre Portugal e Angola, em particular, e em geral

entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, justificaram o abandono das práticas tradicionais.

De concreto sabe-se que está bem encaminhada a resolução dos principais problemas inscritos no chamado contencioso entre os dois países — a questão dos prisioneiros portugueses em Angola, que começaram já a ser libertados e cuja situação continuará a ser objecto de negociações entre os dois Governos; as actividades ilegais desenvolvidas em território português contra a RPA que serão reprimidas pelos meios legais previstos na lei portuguesa. Com as portas

abertas a futuros contactos ficarão também as questões do contencioso financeiro entre os dois países e do regresso dos angolanos residentes agora em Portugal.

Entretanto, o general Ramalho Eanes, que hoje regressa a Lisboa, ao fim da tarde, aceitou um convite de Neto para visitar Angola, ao mesmo tempo que este aceitou idêntico convite para Portugal.

Do comunicado conjunto assinado pelas duas delegações ressaltam aqueles que serão os pontos fundamentais do desenvolvimento do «espírito de Bis-

sau». «As delegações decidiram promover o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os vários países de expressão portuguesa, afirmando a disposição de não permitir actos de hostilidade contra qualquer das partes e desenvolvendo esforços para a difusão da língua portuguesa nos organismos internacionais».

Para agenda de uma comissão-mista, cuja formação está prevista no acordo geral de cooperação, foi deixada a concretização da colaboração a estabelecer entre os dois países no campo económico e cultural.

Noticiário do nosso enviado especial (Pág. 2)

SOZINHOS COMO EM 2 DE FEVEREIRO

Professores de Lisboa amanhã em greve

Os professores da Área da Grande Lisboa estarão amanhã em greve geral, cumprindo a decisão da última assembleia de professores que se realizou no princípio do mês no Instituto Superior de Agronomia. Apenas os professores de Lisboa pralisarão. «Já não é a primeira vez. Também estivemos sozinhos no dia 2 de Fevereiro» — afirmou esta manhã em conferência de imprensa um dos elementos da direcção do Sindicato.

Os professores da zona Norte disseram ontem à noite, em assembleia geral no Pavilhão do Académico, no Porto «não à greve prevista para amanhã», «dados os condicionamentos criados pela partidarização e pelo radicalismo de colegas». Como se sabe, Norte e Sul começaram uma greve no dia 19

que tiveram de suspender face à escassa adesão, enquanto os professores afectos ou próximos do PCP defendiam a paralisação apenas no dia 28.

No entanto, e ao contrário do que então afirmámos, o convite para uma reunião no MEC no próximo dia 3 foi enviado a todas as direcções sindicais dos professores, que decidiram aceitar a proposta ministerial de uma reunião, estando já preparado um documento-resposta.

«A política do MEC atinge gravemente professores, estudantes, pais e a população em geral. É uma política contra a democracia, contrária ao projecto constitucional» — diz o Sindicato. «Até ao momento o MEC opõe-se sempre à negociação com os Sindicatos de Professores. Re-

Continua na pág. 20



A mesa que presidiu à sessão evocativa realizada ontem à noite na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa

ROMAGEM HOJE AO TÚMULO DE BENTO CARAÇA

Soares e Cunhal falam nos Prazeres

Os primeiros nomes dos dois principais partidos da esquerda portuguesa, Mário Soares e Álvaro Cunhal, apareceram esta tarde associados numa sessão pública de homenagem à memória de Bento de Jesus Caraça. É no cemitério dos Prazeres, prevê-se que depois das 18 horas, e os secretários-gerais do PCP e do PS (por esta ordem) deverão falar junto à campa onde se encontra sepultado há trinta anos aquele que ainda hoje é uma das mais fortes referências históricas da resistência e

do combate ao regime salazarista, além de figura de raro prestígio intelectual no seu tempo e mestre de gerações que se seguiram à sua.

As alocuções a proferir por Cunhal e Soares deverão tratar de Caraça, do que ele foi e fez, do envolvimento do seu nome dentro dum contexto mais largo, o das lutas contra o fascismo e pela liberdade e pela democracia em Portugal. Todavia os observadores aguardam com alguma expectativa ou curiosidade a

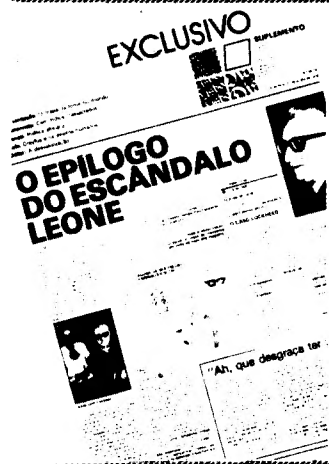
sessão desta tarde, notando, antes de mais, que é a primeira vez, desde o 1.º de Maio de 74, que os líderes socialista e comunista portugueses aparecem lado a lado na concretização duma iniciativa envolvendo as organizações que um e outro representam, e à história e tradição das quais a vida de Caraça esteve intimamente ligada.

Entretanto ontem, os trabalhos e os dias de Caraça foram evocados numa sessão realizada na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

«A lição de Bento de Jesus Caraça», por Fernando Piteira Santos, e reportagem da sessão na Aula Magna da Reitoria (págs. 6-7); e «Bento Caraça contra o medo generalizado» (pág. 12)

Leonel Brizola volta ao Brasil

(Pág. 20)



CIMEIRA DE BISSAU Um êxito maior do que se antevia

BISSAU, 27 — (Por Daniel Reis, enviado especial) — Excepcional é o termo que nos ocorre para caracterizar o resultado desta cimeira de Bissau entre os Presidentes da República Popular de Angola e da República Portuguesa. Quando, às 17 e 30 de ontem os dois ministros dos Negócios Estrangeiros assinaram o Acordo Geral de Cooperação, a sala em que se encontravam as duas delegações e quase todo o Governo da Guiné-Bissau rebentou em aplausos, já era visível o carácter excepcional dos êxitos conseguidos por Eanes e Neto neste seu primeiro encontro. Os abraços que os dois Presidentes então trocaram e com eles o próprio anfitrião, Luís Cabral, só confirmavam isso. Como o confirmaria o comunicado conjunto que o Presidente guineense leu aos jornalistas e a espectacular conferência de imprensa dada pelo dr. Agostinho Neto e pelo general Eanes.

Já o facto de o acordo ser assinado em Bissau não pode passar sem destaque. Sá Machado havia-nos dito que os acordos bilaterais são habitualmente assinados numa das capitais dos outorgantes pelo que, a acontecer desta vez que a assinatura fosse aposta ao documento na capital de um terceiro país, isso só aconteceria para vincar a excepcionalidade do acordo ou a contribuição positiva da Guiné-Bissau na preparação da reunião. Paulo Jorge advertiu-nos também que, embora o Presidente Neto tenha poderes constitucionais para fazer avançar o acordo, ele, em princípio, seria submetido ao Bureau Político do MPLA. Pois acabou por ser assinado aqui mesmo, na capital de um terceiro país não outorgante e sem que fosse considerado necessário submetê-lo a outras instâncias.

Trata-se de um acordo genérico, mas altamente importante para o desbloquear político das situações.

O comunicado conjunto assinado pelos chefes das duas delegações aponta para a adopção de medidas conducentes ao desenvolvimento das trocas comerciais, para a cooperação dos dois países e para o repatriamento, no mais breve prazo possível, dos cidadãos angolanos acolhidos em Portugal e que queiram regressar livremente ao seu país. Neto assegurou, depois que todos os angolanos têm direito a regressar a Angola seja qual for o seu passado político, as suas habilitações profissio-

nais ou as suas convicções ideológicas.

Para além de se dar nota da aceitação de Agostinho Neto para visitar Portugal e de Eanes ter aceite convite para se deslocar a Angola, tudo isto em data a acordar posteriormente, as delegações decidiram promover o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os vários países de expressão portuguesa, afirmando a disposição de não permitir actos de hostilidade contra qualquer das partes e de desenvolver esforços para a difusão da língua portuguesa nos organismos internacionais. Consta igualmente do comunicado final uma referência expressa à Namíbia e ao Zimbábue e às situações ilegais existentes naqueles territórios.

O regresso a Angola de muitos portugueses que ali trabalharam antes da independência será tratado directamente pelos dois Governos. Agostinho Neto apenas colocaria reservas quanto aos indivíduos que praticam actos contra a população de Angola, casos que os serviços competentes apreciarão, para se saber se merece de novo a hospitalidade do povo angolano e o gozo das condições que o país oferece. O general Ramalho Eanes assegurou aos jornalistas que a legislação que impede cidadãos estrangeiros de exercerem actividades políticas em Portugal contra países amigos seria intransigentemente aplicada e acrescentou ter ficado assente com o Governo de Angola um mecanismo prático para acionar os jornais que, no quadro dos mecanismos legais existentes, abordem correctamente os problemas, de modo a criarem-se condições diferentes das actuais, que permitam umas relações saudáveis entre os dois povos.

O general Ramalho Eanes adiou assim o seu regresso a Lisboa para hoje partindo de Bissau com um êxito político e diplomático muito mais profundo do que este encontro parecia deixar antever. O «espírito de Bissau» referido ontem por Luís Cabral deve ter contribuído muito para isso, tal como a recordação de Amílcar Cabral, o grande ideólogo deste pequeno país e seu impulsor para a independência. Eanes e Neto vincaram isso mesmo ao perfilarem-se ontem, ao fim do histórico encontro perante as cinzas do mártir guineense e ao colocarem coroas de flores no mausoléu que guarda os seus restos mortais na capital da Guiné-Bissau.

Antecipação de Agostinho Neto no caso dos presos portugueses

A questão da libertação dos presos portugueses em Angola a data da independência acabou por se transformar no assunto dominante dos bastidores da cimeira e provocou, aliás, até no nosso jornal, algumas informações menos correctas. Isto para não falar dos melindres de ordem diplomática e protocolar aqui levantados em Bissau.

Estavam em causa sete nomes de cidadãos portugueses que o MPLA aprisionou nos combates que precederam a independência. Há mais seis detidos posteriormente à independência, portanto com a República Popular de Angola já exercendo a sua soberania total e algo menos que meia centena de indivíduos detidos mais recentemente, especialmente no último ano, em virtude de crimes de delito comum e de acusação

de sabotagem económica. Mas os tais sete é que eram o problema.

Ontem ainda o general Ramalho Eanes tocou expressamente nesse ponto, no seu discurso, em termos tais que observadores diplomáticos que assistiram ao banquete oficial estrangeiro bastante esse facto e falaram mesmo em lapso do presidente português. Em nosso entender, tratou-se de uma declaração para produzir efeitos internamente em Portugal e, para sermos mais calmos, uma grave cédula à propaganda portuguesa de direita, que até poderia ter provocado atritos escusados nas conversações. A delegação angolana fez saber que não tinha gostado nada da alusão em meio a uma série de discursos protocolares.

No entanto, ao confrontarmos

os nomes dos presos, nessa situação constatamos que há certa diferença. Angola libertou efectivamente onze presos. Este era o número que a delegação portuguesa tinha também. Acontece, porém que na nossa relação nominal há sete nomes que não constam da relação angolana. Isto significa portanto que Angola está interessada em resolver definitivamente este assunto e também que irá certamente olhar para os nomes que a delegação portuguesa lhe forneceu, ver a situação deles e certamente actuar em relação a eles

com o procedimento que entender mais adequado.

Moral da história, comentamos nós: nem esta questão ensombrou as conversações, compremendia a direita. A vontade política de Agostinho Neto funcionou aqui por antecipação e com certo êxito.

Nós próprios tivemos ontem ocasião de confirmar os números exactos pela pessoa que mais prolongada e directamente tem tratado do caso. Mas à hora a que isso aconteceu e dadas as dificuldades de ligação para Lisboa, já não foi possível tratar o assunto na edição do «DL» de ontem com o rigor e a objectividade que julgamos ser nosso hábito. Uma fonte de informação menos segura levou-nos a incorrer em erro que aqui mesmo se rectifica.

DANIEL REIS

UEDS REÚNE CONSELHO DIRECTIVO

"Coligação PS-CDS degrada as condições de vida"

PORTO, 27 — O Conselho Directivo Nacional da UEDS reuniu no fim-de-semana na Casa do Povo de Ermesinde, tendo ressaltado da análise política feita a necessidade de se procurar uma alternativa de esquerda para a coligação PS-CDS que tem acentuado a degradação das condições de vida do povo português.

A reunião contou com a presença de delegados de todos os distritos do Continente e do Funchal, tendo sido analisada inicialmente a implantação da UEDS que, tal como foi constatado, tem aumentado concretamente no Porto, Braga, Viana, Coimbra, Santarém, Lisboa, Setúbal e Funchal.

Relativamente à situação política verificaram-se intervenções muito activas, particularmente do secretário, Lopes Cardoso, e de Kalidás Barreto, tendo sido focado ao longo dos debates que não será possível os governantes manterem por muito tempo as pressões de austeridade que vem exercendo sobre o povo. Tal como foi afirmado há já pontos de rotura ao nível dos pequenos e médios empresários devido ao aumento das taxas de juro e dos impostos que em breve asfixiarão as empresas de menores recursos o que terão graves reflexos no seio dos traba-

lhadores. Reforçando este aspecto, sublinhou-se o facto de a maioria dos trabalhadores portugueses laborar nas pequenas e médias empresas.

Conforme foi sublinhado as medidas conjunturais tomadas sob pressão do FMI não vão trazer qualquer melhoria ao contrário do que anuncia o Governo demagógicamente.

Durante a reunião foi sublinhado que, na mira dos votos, é natural que o Governo tente uma descompressão económica para o ano para dar a sensação (que será efémera) de que a vida melhorou.

Em relação ao encontro Ramalho Eanes-Agostinho Neto o conselho Directivo considerou-o positivo, afirmando que ele poderá contribuir para ultrapassar «divergências provocadas pelas forças políticas imperialistas e neocolonialistas, que, actuando no nosso território, pretendem travar o processo de libertação do povo angolano».

Abordou-se o próximo encontro nacional de sindicalistas da UEDS que se realiza em Lisboa nos dias 8 e 9 de Julho tendo sido reafirmado o apoio à CGTP-IP repudiadas as tentativas de divisão do movimento sindical unitário.

O Conselho Directivo da UEDS decidiu também aderir à homenagem pública que vai ser prestada a Bento Jesus Caraça definindo por fim, as tarefas prioritárias para o desenvolvimento da organização.

MINISTRO DA ROMÉNIA NO PORTO

PORTO, 27 — O ministro do Interior da República Socialista da Roménia, que se deslocou ao nosso País, a convite do Governo Português, esteve esta manhã nesta cidade tendo sido recebido às 10 e 45 nos Paços do Concelho pelo presidente da Câmara, eng. Aureliano Veloso.

Ref.ª Comercial
HUGO GUERLAIN



PARA CONSERVAR A JUVENTUDE DO ROSTO: o crém «COLLAGENA» de «GUERLAIN», que evita as rugas e dá à pele um aspecto firme e suave. «COLLAGENA» de «GUERLAIN» é, tanto para as peles secas, como para peles oleosas. Assegura o equilíbrio aquoso nas camadas profundas. Mas... à noite e pela manhã, não esquecer os cuidados de limpeza, tonificação, sempre, a pele.

Ministro romeno visitou o Porto

O ministro do Interior da Roménia, Teodor Coman, fez ontem de manhã uma visita de cortesia à Câmara Municipal do Porto.

O ministro romeno, que se encontra em Portugal desde sábado passado, a convite do Governo português, foi recebido nos Paços do Concelho pelo presidente da edilidade, Aureliano Veloso, e membros da verbação.

O governador civil do Porto, Mário Cal Brandão, deslocou-se ao município, onde apresentou cumprimentos ao visitante.

O ministro romeno seguiu para Guimarães, onde almoçou. Da parte da tarde, regressará Viana do Castelo e regressará seguidamente ao Porto.

P.C. ROMENO

Entretanto, em Lisboa, duas delegações do Partido Socialista Português e do Partido Comunista da Roménia, mantiveram durante dois dias conversações com o fito de analisar o que será a «nova ordem económica internacional».

As duas delegações, compostas por, da parte da Ro-

ménia, dois professores universitários e pelo embaixador em Lisboa e por parte de Portugal, por Joaquim Mestre, João Cravinho e Torres Marinho, assistidos pelo deputado António Guterres, concordaram na necessidade de se instaurar um novo sistema económico, baseado na mais justa repartição de rendimentos, maior liberdade de acesso às fontes de matérias-primas e de recursos energéticos e no derrube das barreiras alfandegárias, que prejudicam sobretudo os países em vias de desenvolvimento.

Durante uma conferência de imprensa realizada no fim da reunião os dois partidos salientaram que a continuação das conversações, que vão prosseguir proximamente em Bucareste, não prejudicam os compromissos assumidos anteriormente entre outros, no caso do PS, a entrada de Portugal para a CEE e o acordo com o FMI.

Especuladores a contas com fiscalização

Cem especuladores foram detectados pelas brigadas da Direcção-Geral da Fiscalização Económica no período de 29 de Maio a 9 de Junho. Além de outros processos organizados através de denúncias, queixas e participações, aqueles serviços instauraram, no referido período, 606 processos, dos quais 100 por especulação, 42 por crimes contra a saúde pública, três por crimes vários, um por avariação de 364 por contravenções várias e 92 por colheitas de amostras de produtos suspeitos de falsificação ou de falta de características legais.

No mesmo período foram presos em flagrante delito dois indivíduos.

Em SETUBAL o

Diário de Lisboa

vende-se na
TABACARIA LOUREIRO

DE-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 32 02 29

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

ponto a ponto

Enquanto a CAP e outras organizações reaccionárias lhe movem intensa campanha, no sentido de o derrubar, o ministro da Agricultura e Pescas, Luís Saias, encontra-se em Israel a estudar o programa de cooperação técnica entre os dois países, no domínio da agricultura e cooperativismo, para 1978/79.

Hoje, o ministro português, deverá avistar-se com o seu homólogo israelita, Ariel Sharon.



A «Sagres», que se encontra a fazer uma viagem de 10 meses à volta do Mundo com cadetes da Armada portuguesa, chegou ontem a Casablanca, após três dias de navegação, sob vento fresco que não lhe permitiu navegar a mais de 5,5 nós.

Um almoço em que estiveram presentes entidades civis e militares marroquinas, bem como o embaixador e o cônsul de Portugal, assinalou a chegada do navio-escola português. Realizou-se ainda uma conferência de imprensa e uma recepção a bordo, onde estava presente uma exposição sobre motivos industriais portugueses.



João Lima, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, visitará oficialmente a República de S. Tomé, de 13 a 18 de Julho, chefiando a delegação portuguesa à Reunião da Comissão Mista Luso-São-tomense, criada pelo acordo de cooperação assinado entre Portugal e aquele novo Estado de expressão portuguesa.



Por motivo da passagem do terceiro aniversário da independência da República Popular de Moçambique, o Secretariado Nacional do Partido Socialista enviou ao presidente Samora Machel o seguinte telegrama: «No terceiro aniversário da proclamação da independência de Moçambique enviamos-lhe camarada presidente em nome do Partido Socialista as nossas mais calorosas felicitações. Estamos certos de que estão criadas condições para o desenvolvimento de relações estreitas e fraternais entre os nossos dois partidos e povos. Pode pois contar com a solidariedade do nosso partido».



Mário Soares recebeu ontem o secretário de Estado das Pescas de Espanha, Victor Moro, que se encontra de visita a Portugal. Este dirigente espanhol preconiza um trabalho de colaboração entre os dois países «para defesa dos interesses históricos e tradicionais das pescarias portuguesas e espanholas». No encontro com o Primeiro-Ministro, Victor Moro recordou que Espanha e Portugal «são velhos países pesqueiros no Atlântico e nas costas do Canadá os pioneiros de há três séculos».

AS RAÍZES DO RACISMO

«Redobrar os esforços para a erradicação total e definitiva do racismo em todas as suas manifestações e em todos os lugares da Terra» — foi o compromisso proclamado na Conferência de Basileia (Suíça) pela Abolição do Racismo e da Discriminação Racial que reuniu, de 18 a 21 de Maio, por convocação do Conselho Mundial da Paz e com representantes da ONU e OUA, 230 delegados de 60 países, de organizações nacionais e internacionais e dos movimentos de libertação de todos os continentes.

Feita a análise do racismo sob os pontos de vista político, jurídico, económico, social e cultural, as conclusões da Conferência de Basileia contém importantes disposições para o combate, em cada um destes campos, aos verdadeiros germes da discriminação racial, da exploração e opressão.

Na verdade, apesar dos esforços ideológicos dos seus mentores, o racismo não encontra fundamento científico, mas prende as suas raízes em factores económicos e sociais que deram origem à escravatura e ao colonialismo; tais raízes devem pois, procurar-se no interior dos próprios países que o praticam, na mentalidade das suas classes dominantes, de sistemática subjugação e difamação do homem, utilizando as diferenças de «raça», cor da pele e cultura, em que a manipulação destas diferenças é utilizada em benefício dos interesses materiais e espirituais dos opressores.

Assim, se erradicar totalmente o racismo implica, a prazo, pôr fim ao sistema económico baseado na exploração do homem pelo homem, por outro lado, o

sucesso das grandes transformações económicas e políticas das sociedades, num certo momento da sua História, não perdura sem que essas transformações correspondam ideais que as motivem, verificando-se precisamente que a determinação de asfixia ou colonização cultural acompanha sempre a estratégia do fascismo e do imperialismo.

Desejamos, por isso, revelar a atenção e o apelo da Conferência de Basileia para um diálogo livre, completo, fraterno e de interacção de culturas de todos os povos, que possa conduzir a uma herança cultural rica, multifacetada, respeitando a todo o género humano, para o que se tornará necessário reorganizar, de maneira radical, os sistemas pedagógicos, a fim de que quaisquer formas de preconceitos e deformações dos verdadeiros valores sejam eliminados. Neste sentido, entre as suas conclusões a conferência propõe:

1) A mobilização da opinião pública mundial de modo que todas as forças progressistas de todos os países realizem actividades culturais comuns, que apoiarão a luta contra o racismo onde quer que se manifeste e em todas as suas formas;

2) Que a acção de solidariedade deste movimento cultural seja apoiada e intensificada prioritariamente pelas Nações Unidas, pela UNESCO, por todos os governos democráticos e pelas organizações não governamentais (em que se inserem os Conselhos da Paz), a fim de obter os necessários recursos humanos, materiais e de comunicação para a produção e a difusão de verdadeiras expressões culturais do povo;

VASCO PINTO LEITE

3) Que a cooperação e a identificação com os movimentos culturais se desenvolva, para que sejam exterminadas as raízes do racismo, do fascismo e do imperialismo, desmontando os laços que os unem, o que constituirá uma contribuição eficaz à causa da paz e compreensão entre os povos;

4) Que todas as crianças do mundo, de qualquer origem étnica ou social, tenham direito a uma infância decente e a uma educação livre nas suas línguas maternas durante, pelo menos, 10 anos a partir da idade dos 6 anos, paga pelo Estado; se os meios financeiros não chegarem para levar a cabo esta tarefa, serão angariados diminuindo os quantitativos de armamento dos países desenvolvidos, canalizando através de um fundo adequado as somas assim economizadas para os países em vias de desenvolvimento.

As forças do progresso e da paz representadas em Basileia exprimem bem por esta forma uma perspectiva consciente da importância da dinâmica cultural no processo de libertação dos povos.

As três primeiras propostas que se referem foram adoptadas no documento final depois de apresentadas pelo delegado do Conselho Português para a Paz e Cooperação (constituída pelo dr. Vasco de Castro e pelo autor deste artigo), para cuja matéria a tornavam particularmente sensíveis não só a experiência vivida pelo nosso país neste último meio século como a preocupação, agora ainda, de uma inadi-

vel revitalização da frente cultural numa ampla participação democrática.

Uma tal frente estará plenamente identificada com a luta por uma nova ordem económica que implicará, por sua vez, as necessárias transformações sociais. Para uma nova ordem económica internacional será decisiva a coordenação dos interesses dos trabalhadores nos países ocidentais cujos problemas estão intimamente ligados com as necessidades dos povos dos países em vias de desenvolvimento. A luta contra o racismo e a discriminação racial não pode separar-se das lutas dos operários e camponeses, de todos os trabalhadores, do movimento sindical, contra as injustiças sociais, nomeadamente as que resultam da acção das companhias transnacionais, da sua relação com os regimes racistas da África meridional e da sua exploração do Terceiro Mundo em geral. A luta na África do Sul, Namíbia, e Zimbábue é essencialmente uma luta contra a força colectiva das sociedades multinacionais e das suas instituições: bancos, companhias de seguros, indústrias bélicas, bolsas de comércio, etc., lucram com as escandalosas condições impostas pelo «apartheid» aos trabalhadores africanos através dos seus contratos, onde a discriminação vai ao ponto de claramente procurar destruir a vida familiar. Expressiva e, como terrível, exemplo, a legislação que se reporta à mulher africana.

Fica também devidamente

Continua na pág. 4

política

de A a Z

ACONTECEU EM BISSAU

Não recusemos ao facto simbólico. Foi na terra livre da Guiné que aquele senhor sisudo, de poucas falas, ledor de muitos livros, de que gente da cidade conservava memória, se encontrou com o médico que aprendeu nas escolas portuguesas, que aprendeu a cantar na língua de Camões, que nas nossas prisões teve a lição da solidariedade antifascista, e que nesta Língua portuguesa foi ensinar ao seu Povo as palavras Liberdade e Revolução e apontar o caminho para a Independência. Vinham de terras diferentes. Não só de continentes que a geografia distingue, mas de territórios culturais, também, distintos. Traziam diferente bagagem. Eram portadores de diferentes experiências. Mas António Ramalho Eanes e António Agostinho Neto estavam conscientes de que os interesses reais, políticos e culturais, conjunturais e históricos, de Angola e de Portugal exigiam aquele encontro e impunham que as conversações fossem coroadas por um acordo.

Não se trata de um qualquer acordo. Mas de criar as condições de desanuviamento que, para além da dissipação de preconceitos e de agravos, permitam um positivo estreitamento de relações de respeito mútuo e de interesse mútuo.

Não minimizemos, porém, a cooperação do Governo e do Povo da Guiné, neste encontro histórico. Devemos estar gratos ao Presidente Luís Cabral e ao PAIGC. E devemos tirar do que se passou na cidade de Bissau a lição profunda. O Presidente Luís Cabral tem razão ao afirmar: «Sabemos que muito há, ainda, por resolver entre os Estados angolano e português esabemos, também, que tais problemas — nem poderia ser de outro modo — são complexos. Temos, porém, a certeza de que, inspirados por aquilo a que me permito chamar o espírito de Bissau, os Governos de Luanda e de Lisboa vão encontrar, rapidamente, soluções justas, eficazes, e, por isso mesmo, aceites por ambos os povos».

CLARIFICAR O CONTEÚDO

Acertada a oportunidade, o Presidente Ramalho Eanes, no discurso proferido durante o jantar que Luís Cabral ofereceu aos seus hóspedes, sublinhou que os problemas entre Angola e Portugal «não têm origem na diferença de regimes, mas antes resultado, principalmente, das perturbações que ambos países tiveram que atravessar».

O Presidente Ramalho Eanes reconheceu a boa vontade e empenho do Presidente Agostinho Neto para ultrapassar os obstáculos reais e artificiais levantados a uma política de cooperação sã e estreita. E reconheceu, também, a identificação de Agostinho Neto com «a própria personalidade da nação angolana», o que lhe dava especiais condições para «avaliar todo o alcance da cooperação que é viável entre Portugal e Angola».

Falando ao representante de um Povo que conquistou a Liberdade à custa de uma longa e dura luta, de grandes e penosos sacrifícios, o Presidente Ramalho Eanes fez-o com o orgulho de ser o representante do Portugal livreto, do Portugal de Abril. Soube sempre, com os seus interlocutores, ter a

palavra justa, encontrar a expressão exacta, para sem se diminuir ou apoucar Portugal, dar a Angola a garantia de que a fraternidade portuguesa e muito mais do que uma vantagem conjuntural e do que uma necessidade política.

Laços profundos, raízes que vêm do passado, unem os nossos povos, e das conversações francas entre Ramalho Eanes e Agostinho Neto terá resultado, se a letra confiante dos discursos corresponde ao conteúdo efectivo, uma clarificação que dará os seus frutos.

Quase tão importante como estabelecer um acordo, é, entre nações, definir e delimitar os desacordos sob condição de se ter criado um clima de confiança que permita prosseguir as negociações num plano de respeito mútuo e acautelando os mútuos interesses.

Creemos que esse resultado foi obtido. Foi dado um passo político importante. Ramalho Eanes, uma vez mais, mostrou o seu empenho por uma clarificação das relações entre Portugal e as Nações africanas independentes de expressão portuguesa.

COEXISTÊNCIA E FRATERNIDADE

O Presidente Agostinho Neto agradeceu ao Presidente Ramalho Eanes os esforços realizados para reaproximar Portugal e Angola e a própria iniciativa do encontro histórico de Bissau. Encontro que, para Agostinho Neto, «pronuncia uma coexistência entre os nossos povos».

A frase embrechada num mais largo discurso não pode deixar de suscitar a reflexão dos Portugueses. Com efeito, de Portugal, por indiferença, por incuria ou por fraqueza, têm sido planeados e perpetrados actos de agressão à República Popular de Angola. De Portugal tem sido promovida uma campanha de balas de papel e uma campanha mais séria de recrutamento de mercenários de intriga política, de preparação de acções subversivas contra o Governo de Luanda. Em Portugal, e com inequívocas cumplicidades e com equívoca tolerância, tem sido consentida a actividade de homens a quem não devemos negar humanitário asilo, mas a quem devemos recusar que convertam a nossa terra livre numa base de actividade subversiva a favor, ou ao mando, de escuros interesses imperialistas.

Porque, realmente, entre Portugal e Angola não se trata de estabelecer uma «coexistência», trata-se de criar e de animar uma «fraternidade».

UM FACTO HISTÓRICO

A História não poderá deixar de inscrever, nas páginas que dedicar aos dias tumultuosos e contraditórios que vivemos, este encontro. E, no que se refere, à parte contabilizável na iniciativa e decisão portuguesa, não poderá deixar de registar uma palavra de justiça e de agradecimento ao cidadão António Ramalho Eanes.

Mas é a própria dimensão do acontecimento, o seu alto significado histórico, a sua possível (e necessária) repercussão política, que nos impõem uma grande exigência em relação ao Presidente da República, ao Governo, aos parlamentares, às autoridades militares e civis.

As negociações de Bissau obrigam-nos. Não podemos consentir que o «fascismo» reagrupado e o «colonialismo» desesperado, que reaccionários que vivem para o Passado e militares que não acreditam no Presente, continuem a envenenar as relações entre Portugal e Angola, e a fazer da «questão de Angola» uma arma de dois gumes: contra o Governo de Agostinho Neto e contra a Democracia portuguesa.



Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal

CONTRA O DIVISIONISMO

- REFORÇAR A UNIDADE !
- INTENSIFICAR A BATALHA IDEOLÓGICA !
- DESMASCARAR E ISOLAR O OPORTUNISMO !

QUEM SÃO E O QUE PRETENDEM OS DIVISIONISTAS

CAMARADAS,

Assiste-se no momento actual a uma planificada, sistemática e intensa ofensiva do Capital externo e interno contra o Movimento Sindical Unitário congregado em torno da C.G.T.P.-Intersindical Nacional, central Sindical dos Trabalhadores Portugueses, no sentido de o dividir, enfraquecer, neutralizar e aniquilar, ofensiva essa que conta com o apoio, conivência e participação do actual Governo da coligação PS-CDS.

O Imperialismo, através dos seus Centros Internacionais de divisão e diversão lança mão de poderosos fundos e meios com que tenta minar a Unidade do Movimento Sindical Unitário, nomeadamente a partir da C.I.S.L., da AFL-CIO e de Agentes formados em escolas altamente «subsidiadas», especialistas nacionais recrutados nos partidos reacçãoários e reformistas.

O Imperialismo, a reacção e os divisionistas internos lançam-se na formação de Sindicatos paralelos e de pseudo centrais sindicais com as quais pretendem sobretudo pulverizar estruturas sindicais, realizar uma política de conciliação de classe, tornar inactivas, ineficazes e submissas ao grande capital as organizações sindicais dos trabalhadores portugueses, para que o capital interno, as multinacionais e o imperialismo melhor possam explorar quem trabalha.

Está claro e, os números provam-no à saciedade, que as «estruturas» criadas pelos divisionistas e oportunistas de diversos matizes, não têm a mínima representatividade, decorrendo a sua formação, na maioria dos casos, de fantochadas eleitorais alheias e contrárias à própria Lei Sindical e às normas democráticas.

Ainda recentemente vieram a lume notícias de que meia dúzia de senhores de fora do Movimento Sindical, tentaram que um grupo de trabalhadores criasse, em Aveir, um Sindicato paralelo para o sector da Metalurgia que pretendiam «democrático» e «independente». Todavia, não precisam dizê-lo, todos nós conhecemos os senhores Marcelo Curto, Manuel Alegre e o famigerado e malfadado Gonelha dirigentes nacionais do PS, que apareceram como promotores da dita reunião tentando alienar trabalhadores, levando-os a não aceitar a vontade livre e expressa da maioria da classe.

O sr. Gonelha e seus acólitos têm utilizado sistematicamente o lugar que ocupam (no Governo) para beneficiar o patronato e contrariar os princípios que a Constituição consagra, desenvolvendo uma autêntica cumplicidade com os nossos inimigos de classe, quer no que respeita às negociações e andamento da Contratação Colectiva, quer dando possibilidade a organizações fantasmas ou completamente inexpressivas da vontade e número dos trabalhadores de serem ouvidas em pé de igualdade com a Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses, C.G.T.P.-I.N., quer ainda quando fomentam de fora do Movimento Sindical e através do Governo «estruturas» sindicais paralelas e pseudo centrais sindicais.

Confluindo com as acções da direita reacçãoária, o PS treina homens nos centros internacionais de «formação sindical» do Imperialismo e em «escolas» suas apoiadas e subsidiadas em fundos e meios pelas centrais internacionais do divisionismo, como a C.I.S.L., AFL-CIO, etc...

Após a reunião divisionista e manipuladora de Aveir, na qual mais uma vez ficou bem patente a sua pseudo e auto-proclamada «autonomia», os «homens treinados» do PS lançam-se agora numa desenfreada e histórica campanha divisionista contra o nosso Sindicato, contra as eleições que terão lugar no próximo dia 29 de Junho, contra a Unidade dos Trabalhadores.

Assinando-se por um «Grupo Dinamizador de Trabalhadores Democráticos» a máquina político-partidária PS vomita «informações» através de «informações», tentando alienar trabalhadores, deturpando a verdade do Sindicato da Classe e a sua constante, regular e sistemática acção em favor dos trabalhadores e seus direitos, lançando calúnias vergonhosas mais próprias dos reacçãoários que de democratas que se dizem, proclamando apelos, carregados do germe da divisão e da ilegalidade para a formação de mais um paralelo.

Mas vejamos, camaradas, algumas das «informações» que os divisionistas apresentam aos trabalhadores:

- Mentem quando falam da «manutenção do Estatuto do Sindicato» e de «falta de democracia sindical» já que meses antes da histórica Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de Maio/78 foram levadas a efeito diversas reuniões com Delegados Sindicais por zona e distritais para discussão das Propostas de Alteração dos Estatutos, tendo nomeadamente sido incluídos alguns novos pontos que foram fruto das propostas surgidas nas reuniões realizadas, como o prova o comunicado emitido pela Direcção antes da Assembleia Geral Extraordinária do dia 13.
 - Caluniam descaradamente, à boa maneira reacçãoária, quando falam na «falta de informação objectiva e pormenorizada junto dos sócios sobre a alteração dos Estatutos», pois foram impressos e distribuídos 25.000 exemplares das Propostas de Alteração aos Estatutos que viriam a ser ratificadas no dia 13 de Maio, ao mesmo tempo que milhares e milhares de Convocatórias em formato normal e em cartaz foram emitidas e distribuídas amplamente pelas empresas, inclusivamente como publicidade sindical paga nos jornais de maior circulação.
 - Provocam mais uma vez a classe e os trabalhadores, como o fizeram na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de Maio, quando falam em «posições antidemocráticas e totalitárias» já que foram eles próprios que tentaram, embora sem êxito, uma ampla manobra provocadora, destabilizadora e antidemocrática na Assembleia Geral Extraordinária no sentido de desorientar, desmobilizar, confundir e dividir a classe e os trabalhadores que, mais uma vez, deram um passo histórico aprovando os novos Estatutos com a presença de 3.000 filiados.
 - Igualam-se aos reacçãoários e piores inimigos do Sindicato, da Classe, dos Trabalhadores e do Movimento Sindical quando, sem o mínimo de escrúpulos, cegos pelo partidismo vesgo e o divisionismo bem pago dos seus «patrões» nacionais e estrangeiros apelam grotescamente à desindicalização e à abstenção nas próximas eleições, numa clara manobra oportunista e reacçãoária, digna de Agentes da CIA e seus quejandos, cujo objectivo fundamental é, neste momento, o assalto à Unidade dos Trabalhadores sindicalizados e organizados no Movimento Sindical Unitário, em torno da C.G.T.P.-I.N.
 - Desmascaram-se abertamente como oportunistas da pior espécie quando tentam aliciar trabalhadores para o preenchimento de propostas de sócios para um «Sindicato» que não existe, tentando alguns casos ganhar os trabalhadores com a promessa de uma quota mais baixa (60\$00). Talvez seja essa a quota fixada alguns «Estatutos» que servem de «modelo» e que por serem «democráticos» não necessitam de ser discutidos(?)...
 - Chamamos ainda a atenção dos trabalhadores que subscreveram uma Lista que se auto-proclamara «por um Sindicato livre, democrático e independente ao serviço dos trabalhadores» para o possível uso abusivo das referidas assinaturas, prática utilizada por alguns fantoches e oportunistas que, falando em democracia e liberdade utilizam os trabalhadores como trampolim de promoção pessoal e segundo as ordens partidárias. Numa tentativa conjunta de fazer repetir a história, reacçãoários, grupelhos pseudo-radical e PS pretendem a pulverização sindical, a criação de várias pseudo centrais sindicais como aconteceu em Itália e na França no após Guerra.
- Em completa indiferença pelos interesses reais dos trabalhadores portugueses e suas justas aspirações o PS torna-se responsável histórico pela contribuição que tem vindo a dar às tentativas de divisão do Movimento Sindical Unitário, forte e poderoso baluarte do Movimento popular de massas e da democracia portuguesa.

CAMARADAS,

Estamos perante mais uma tentativa de obstrução à organização e Unidade dos Trabalhadores do nosso sector de «Homens de mão» que «soprados» pelos centros internacionais e nacionais do grande capital e do imperialismo tentam a todo o custo lançar a confusão e divisão nas fileiras do proletariado e dos trabalhadores, organizados no seu poderoso Movimento Sindical Unitário, pretendendo submetê-lo aos designios e intentos do imperialismo e da reacção interna.

É preciso combatê-los, esclarecendo os trabalhadores sobre a sua origem e os seus intentos, sobre os seus vergonhosos meios e criminosos objectivos.

Para que a nossa acção possa ser mais forte no combate ideológico do divisionismo e sem fantoches, no desmascaramento e neutralização das manobras confusionalistas e de divisão que actualmente levam a cabo deverão, de imediato, todos os activistas sindicais promover a discussão deste problema, numa base do diálogo, com o fim de esclarecer possíveis dúvidas e mostrar à evidência os interesses que estão por detrás desta e outras manobras divisionistas.

O Divisionismo existe, é preciso combatê-lo !

- VIVA A UNIDADE DA CLASSE !
- NÃO AO DIVISIONISMO !
- A LUTA CONTINUA !

A DIRECÇÃO

As raízes do racismo

Continuação da pág. 3

assinalado o exemplo de Israel que expropria as terras dos árabes e utiliza as suas populações como fonte de mão-de-obra barata, enquanto que a política sionista do direito ao retorno, aliada ainda à expulsão dos palestinos da sua terra natal, outorga automaticamente a cidadania israelita aos judeus de qualquer parte do mundo que desejem viver em Israel.

Portanto, igualmente no campo económico, a Conferência propõe-se mobilizar a opinião mundial para exigir o cumprimento das resoluções da ONU relativamente ao racismo, quer na África Meridional, quer no âmbito da política sionista, e denuncia os avultados lucros das multinacionais que sugam as fontes de matéria-prima e mão-de-obra barata dos países em vias de desenvolvimento, cujos povos, pelas relações económicas a que estão submetidos, não obtêm as condições de ser os consumidores dos seus próprios recursos materiais. A corrida aos armamentos é também apontada como um dos maiores travões ao desenvolvimento económico, pela usurpação de enormes meios que deveriam ser reconvertidos na batalha da paz, do progresso e da justiça social.

Em síntese e no âmbito de toda a sua amplitude, a Conferência de Basileia proclama a disposição de realizar uma urgente mobilização de todas as forças da paz e da independência nacional, da justiça e do progresso social, pela libertação da África Meridional e pela extinção do colonialismo; pelos direitos dos povos indígenas despojados das suas terras e sujeitos a dis-

criminação, especialmente nas Américas e Austrália, pelos plenos direitos humanos para os trabalhadores emigrantes, especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e pela supressão e castigo da propaganda racista. A Conferência denuncia os crimes permanentes cometidos pelos regimes da África do Sul e da Rodésia e as suas agressões contra os Estados africanos independentes, ela extinção do colonialismo; pelos direitos dos povos indígenas despojados das suas terras e sujeitos a discriminação, especialmente nas Américas e Austrália, pelos plenos direitos humanos para os trabalhadores emigrantes, especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e pela supressão e castigo da propaganda racista. A Conferência denuncia os crimes permanentes cometidos pelos regimes da África do Sul e da Ra a contínua agressão de Israel contra os povos árabes, a ocupação dos seus territórios e a negação dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, sendo evidenciado o eixo existente entre os poderes da África do Sul, da Rodésia e de Israel. E apontada a acção das sociedades transnacionais que instigam o racismo e dele se utilizam para perpetuar a exploração e o saque dos recursos naturais dos países em vias de desenvolvimento. A proclamação de Basileia apela para o desencadear de acções de massas em todos os países contra os crimes racistas e a ressurreição de forças fascistas que ligam estreitamente os respectivos regimes.

Deste modo, os trabalhos da conferência assumiram particular interesse conduziram a uma estratégia de incidência importante, já que não se limitaram a assinalar, a analisar e a condenar os exemplos mais gritantes do racismo e da discriminação conhecidos no mundo: foram essencialmente relacionadas as suas causas comuns e projectados meios de coordenação e dinamização para o reforço do combate nas suas fontes principais.

Finalmente e como corolário lógico, a Conferência Mundial de Basileia repõe em termos correctos a condenação das ofensas contra os direitos humanos onde quer que sejam praticadas, pois que contribui decisivamente para localizar a violação destes direitos através dos interesses económicos, sociais e políticos que, de maneira frontal ou velada, próxima ou longínqua, alimentam a opressão racial.

nalar, a analisar e a condenar os exemplos mais gritantes do racismo e da discriminação conhecidos no mundo: foram essencialmente relacionadas as suas causas comuns e projectados meios de coordenação e dinamização para o reforço do combate nas suas fontes principais.

Finalmente e como corolário lógico, a Conferência Mundial de Basileia repõe em termos correctos a condenação das ofensas contra os direitos humanos onde quer que sejam praticadas, pois que contribui decisivamente para localizar a violação destes direitos através dos interesses económicos, sociais e políticos que, de maneira frontal ou velada, próxima ou longínqua, alimentam a opressão racial.

Guia Geral dos Caminhos-de-Ferro

Acabamos de receber o número referente a Junho do «Guia Geral dos Caminhos-de-Ferro», publicação de grande utilidade para quantos necessitam dos comboios nas suas deslocações.

Esta publicação contém ainda uma vasta informação dos horários de aviação (voos domésticos), indicações sobre o serviço combinado com a camionagem, passatempo de viagens e informações comerciais.

Os pedidos podem ser feitos para a Tipografia Aliança, na Rua da Formosa, 49-3.º, Porto

pensamos

Pensamos que a nossa experiência lhe pode ser útil. Em 1959, nasceu a ADRETA PLÁSTICOS, em Portugal, baseada em conhecimentos acumulados desde 1925. Em 1977, exportámos para 71 mercados internacionais. Hoje, pensamos poder servir ainda melhor. Os nossos laboratórios estão aptos a pesquisar novas fórmulas e compostos. Novas telas calandradas a partir do PVC e as fórmulas, para novos produtos, em telas calandradas. Eis o que temos para lhe oferecer. Pensamos em si. Procure-nos.

ADRETA

FÁBRICA
P. O. BOX 3 — Mem Martins
Tel. 2910691
Telex 13806 Plasto P
VENDAS
Estrada Benfica, 420 — Lisboa

MUNDO EM TELAS PLÁSTICAS

CONFERÊNCIAS DE "O JORNAL"

Freitas do Amaral optimista quanto à década de 80

«Portugal vai enfrentar a próxima década em melhores condições do que se não tivesse havido o 25 de Abril» — disse ontem o presidente do CDS, Diogo Freitas do Amaral, no Teatro Maria Matos, falando acerca do tema «Portugal, anos 80, o quê?», genérico dum ciclo de conferências promovidas pelo semanário «O Jornal». A exposição de Freitas do Amaral foi a segunda duma série que começou há oito dias com Sousa Franco, e prossegue nas próximas semanas com, pelo menos, representantes do PS e do PCP.

Na sua exposição de ontem, o líder centrista mostrou-se razoavelmente optimista quanto ao futuro de Portugal, assente na



Freitas do Amaral: «O presente da nova democracia é bem melhor do que o seu passado»

actual situação política e nas perspectivas que se abrem.

«O período dos Governos constitucionais tem-se caracterizado por mais progressos feitos e por mais passos dados no bom caminho do que o período de Governos provisórios» — disse. «O presente da nova democracia portuguesa é bem melhor do que o seu passado. Por isso — acrescentou —, o seu futuro há-de ser ainda melhor do que o presente».

Dizia ainda o líder do CDS e actual vice-presidente da União Europeia das Democracias Cristãs que «a década de 80 não vai apenas exigir uma constante e firme determinação de defender e consolidar a democracia, vai

também possibilitar a revisão da Constituição».

Quanto a esta — disse — «deve ser revista» e «profundamente». Mas — acrescentou — «o momento da revisão chegará e nada impede que dela se comece a falar com serenidade e em ambiente de reflexão e meditação como o desta noite».

A exposição de Freitas do Amaral seguiu-se vivo diálogo com alguns dos presentes.

A Televisão transmitirá em diferido e na próxima segunda-feira a conferência de Freitas do Amaral, e bem assim as trocas com a assistência, à semelhança do que fez com a conferência de Sousa Franco, passada ontem em diferido de há oito dias.

Vera Lagoa condenada no Porto

PORTO, 27 Foi considerado improcedente e não provado um crime de abuso de liberdade de Imprensa de que foi acusada a jornalista Vera Lagoa.

Entretanto, o juiz Teixeira do Carmo considerou que havia matéria lesiva da personalidade moral do conselho da Revolução major Melo Antunes num artigo que a ré havia publicado no semanário de que é directora e que tinha por título «Nos Avioes Nossos». Por este motivo a jornalista foi condenada a seis mil escudos de indemnização ao ofendido.

Para o magistrado, a matéria em julgamento constituía apenas «dolo genérico» e não «dolo específico», o que não impediu que afirmasse na sentença que a autora tinha sido negligente em não apurar a verdade dos factos.

Conselho de Imprensa desmente "O Tempo"

O Conselho de Imprensa continuou a debater o projecto de decreto-lei que visa introduzir alterações aos artigos 37.º e 68.º da Lei de Imprensa.

A esse propósito, o Conselho de Imprensa deixa claro que, ao contrário do que veio escrito no último número do semanário «O Tempo», em local com o título «Cl em discordância com a alteração «À Lei de Imprensa», não se pronunciou ainda sobre a matéria, pelo que não é exacto que, como se afirma no referido semanário, «já se encontrou no decreto-lei em causa matéria com a qual não concorda, por concluir que efectivamente algumas das disposições que o Poder pretende aplicar constituem restrições ao exercício da liberdade de expressão».

O Conselho de Imprensa lembra ainda que na reunião de 12/6/78 exortou os profissionais da Informação a desenvolver todos os esforços para confirmar as notícias que pretendem publicar, o que mais uma vez não se verificou.

Sindicato dos Jornalistas contra a venda de "O Século"

As propostas relacionadas com o futuro da empresa proprietária do jornal «O Século» deverão ser hoje analisadas no decorrer do Conselho de Ministros restrito para os Assuntos Económicos. O Sindicato pronuncia-se categoricamente contra a venda do jornal e defende a «necessidade de uma reestruturação em que as soluções sobre a situação do sector público da Informação».

Num comunicado em que refere a proximidade de uma so-

lução sobre a situação do ex-SNT, o Sindicato considera inadmissível que o património público possa vir a ser objecto de «manobras especulativas imobiliárias» ou ser utilizado «para fins contrários à Constituição».

Depois de considerar que «O Século» é uma nacionalização directa do VI Governo Provisório e que por isso está em causa o destino de todas as nacionalizações, o SJ alerta para a gravidade do assunto

em debate e para o futuro da empresa.

O documento salienta ainda que muitas vezes se tem argumentado que a liberdade de Imprensa passa pela redução dos meios de Comunicação Social nacionalizados. O documento lembra ainda que em todo o mundo a luta dos jornalistas se dirige contra a ingerência dos monopólios e forças políticas e ainda contra a concentração dos meios de Comunicação afectos ao capital privado.

Caso do "Jornal do Comércio" continua sem solução

Os jornalistas do Jornal do Comércio continuam à espera de solução para aquele diário. Assim, enquanto estão mais de 600 trabalhadores do «Século» em perigo de ficarem no desemprego depois de estarem meses e meses sem salário, idêntica situação se passa no «Jornal do Comércio», embora apenas em relação à Redacção.

Despachos ministeriais comprometiam-se ao pagamento do salário e a integração dos

jornalistas do JC noutras redacções. O certo é que continuam a entrar jornalistas não profissionais (ANOP e «Diário de Notícias» são os casos mais escandalosos) enquanto os vinte redactores se mantêm à espera, não recebendo salários há mais de quatro meses. Pensa-se que terão entrado mais de 200 pessoas na profissão sem que os vinte jornalistas do JC fossem colocados, como exigia outro despacho ministerial.

Relação condena "Diário de Coimbra"

O Tribunal de Relação de Coimbra condenou ontem o «Diário de Coimbra» em 25 contos de multa e o respectivo director-adjunto, Lino Vinhal, em 60 dias de prisão, substituídos por 50 contos de multa, por crime de abuso de liberdade de Imprensa. A pena foi suspensa por três anos.

O processo havia sido instaurado pelo Ministério Público, que considerou injurioso para Manuel Alegre, quando secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos, um artigo publicado naquele jornal, assinado por José Maria dos Santos, entretanto falecido.

Do julgamento havido na 1.ª Instância resultou a absolvição do «Diário de Coimbra», tendo então o Ministério Público interposto recurso para a Relação.

O acórdão agora publicado condena o «Diário de Coim-

bra» em 25 mil escudos e o director-adjunto, Lino Vinhal, em 60 dias de prisão substituídos por 50 mil escudos de multa e 3 mil escudos de indemnização a Manuel Alegre, pena esta suspensa por três anos. O «Diário de Coimbra» vai recorrer para o Supremo Tribunal, anunciou ontem a sua segunda edição — por entender que é injusta esta última decisão. Lê-se naquela edição que «dada a frágil situação económica do «Diário de Coimbra» que padece das dificuldades genéricas da Imprensa diária portuguesa e da Imprensa regional em particular — a persistirem as multas não teremos alternativa senão encerrar o jornal; ou bem contra vontade de termos de recorrer à solidariedade de Coimbra e dos leitores, como muitas vezes temos feito para outros fins de interesse público estranhos à actividade do jornal».

Ministro checo em Lisboa

Chegou ontem a Lisboa o ministro checoslovaco dos Negócios Estrangeiros, Bohuslav Chnoupek.

Durante a sua visita, o ministro será recebido pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, devendo ainda assinar dois acordos, um sobre dupla tributação e outro sobre transportes internacionais rodoviários.

Outros dois ficarão também prontos para assinatura, estes sobre comunicação social e questões consulares.

Esta é a primeira visita de um membro do Governo checoslovaco a Portugal, depois que os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1974, após um interregno de 37 anos.

Grandes Festejos Populares no Teatro

Á DOQUE
de 12 a 2 de Julho

Preços Únicos
80.00 50.00

Poderá ver a Revista

ROUPA VELHA

Todos os dias às 21.30 horas
«Matinée» ao Domingo, às 16 horas

E DEPOIS DA REVISTA TEMOS BAILARICO
NOS FINS DE SEMANA E NAS VÉSPERAS E DIAS

DOS SANTOS POPULARES

Comes e Bebes (Baratinhos)
• sardinhas • caldo-verde • iscas • chourico-assado •
• pastelinhos de bacalhau • vinho tinto e branco •

PIC EIC
DURANTE O ARRAIAL TEREMOS
CANTIGAS e SURPRESAS

Vá ao ÁDOQUE Divertir-se por pouco dinheiro

LARGO MARTIM MONIZ (Metro Socorro) Tel 874476

VENDEMOS ANDARES

Nas melhores condições. Com entrada a combinar, em qualquer local seja qual for a sua disponibilidade financeira não deixe de consultar

57 82 31

— ANDARES
— MORADIAS
57 82 31 — PRÉDIOS
— TERRENOS

Predial Delma

AV. ANTÓNIO AUG. AGUIAR, 150-1.º ESQ.
LISBOA

CAMINHOS-DE-FERRO PORTUGUESES, E.P.

Motorista de via fluvial

Os Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., pretendem admitir Motoristas (remuneração mensal de 10 300\$00) para serviço na via fluvial Lisboa-Barreiro.

Os interessados, que deverão ser possuidores de cédula marítima com categoria de Motorista de 1.ª ou 2.ª classe, poderão contactar, até 30 do corrente mês, directamente ou por escrito, o Sector do Recrutamento, Calçada do Duque, 20 - Lisboa 2 - ou pelo telefone 36 31 81, extensão 251.

Em BUARCOS o **Diário de Lisboa**
vende-se na PAPELARIA SATÉLITE

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral do Saneamento Básico

ANÚNCIO

Concurso público para arrematação da empreitada de Abastecimento de Água de Carapinheira, Igreja Nova, Cheiros, Carvalhal e outras povoações no concelho de Mafra. Preço base: Esc. 16 600 000\$00 (dezassex mil milhões e seiscentos mil escudos).

Caução provisória: Esc. 415 000\$00 (quatrocentos e quinze mil escudos).

Alvarás exigidos: 3.ª Subcategoria da V Categoria ou da V Categoria, e na classe correspondente ao valor da proposta.

Local, dia e hora limite para entrega das propostas

Direcção-Geral do Saneamento Básico, na Rua Antero de Quental, 44 — Lisboa-1 — pelas 17 horas do dia 7 de Agosto de 1978.

Local, dia e hora do acto público do concurso:

Direcção-Geral do Saneamento Básico, na Rua Antero de Quental, 44 — Lisboa-1 — pelas 15 horas do dia 8 de Agosto de 1978.

Local e horário para exame do processo:

Direcção-Geral do Saneamento Básico, na Rua Antero de Quental, 44 — Lisboa-1 — todos os dias úteis durante as horas normais de expediente.

Direcção-Geral do Saneamento Básico, 19 de Junho de 1978.

O ENGENHEIRO DIRECTOR-GERAL

Armando Costa Gomes Pinto

Câmara Municipal do Concelho de Loures

AVISO LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

Para conhecimento do público em geral e dos prejudicados em particular se faz constar que a Câmara Municipal de Loures, ao abrigo do Decreto-Lei n. 275/76 de 13 de Abril, tomou já posse administrativa dos seguintes terrenos deste Concelho em que se estavam a processar loteamentos clandestinos:

São João da Talha (Quintas de S. Lourenço e Moinho de Vento, junto ao Mercado)	33 900 m2
Pinheiro de Loures (Boticas-Urmeira)	33 520 m2
Loures (Murteira-Sul)	35 720 m2
Caneças (Alto do Mosqueiro-Serra Chã)	90 000 m2
São João da Talha (Terra dos Covões, junto à Energia Nuclear)	29 360 m2
São João da Talha (Vale de Figueira-Sul)	13 360 m2
Loures (Tojalinho)	11 129 m2
Santa Iria de Azóia (Estacal Novo)	5 000 m2
São Julião do Tojal (Galegas)	98 000 m2
Camarate (Fonte da Pipa-Casal dos Cucos)	11 680 m2
Frieiras (Quinta do Bonjardim)	38 566 m2

A área total destes terrenos soma 400 235 metros quadrados.

Nos termos do mesmo Decreto-Lei os loteadores clandestinos ficam incursos nas seguintes penalidades:

- 1) Prisão não inferior a 30 dias.
- 2) Multa de 30 000\$00 a 1 000 000\$00, elevada para o dobro em caso de reincidência.
- 3) Perda total do terreno a favor do Município.

Acresce que a ninguém e em nenhuma circunstância será permitida a construção de prédios nestes terrenos, sendo imediatamente demolidas todas as obras que neles forem efectuadas.

Loures, 1 de Junho de 1978

O PRESIDENTE DA CÂMARA

António Riço Calado

DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa

Aceitam-se assinaturas de férias

pelo período de 10 dias,

ao preço de 7\$50 por exemplar

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

A lição de Bento de Jesus Caraça

FERNANDO PITEIRA SANTOS

Este regresso de Bento de Jesus Caraça ao nosso convívio, trinta anos depois da sua morte, não poderá limitar-se a uma homenagem em que fale a saudade dos amigos, a gratidão dos discípulos, a admiração de quantos com ele privaram, ou que têm conhecimento da sua obra, a recordação de aqueles que com ele se empenharam nos mesmos combates pela Educação popular, pela Cultura, pela Democracia, pela Liberdade, contra a Guerra, contra o Fascismo.

A presença entre nós, aqui e agora, nesta sala e neste dia, de Bento de Jesus Caraça deverá ser assinalada por uma reavaliação crítica da sua obra e da sua acção. Bento de Jesus Caraça foi um professor, um intelectual atento, interessado e empenhado; e foi, também, um homem de acção. Foi um homem de ciência e foi um homem de pensamento, de reflexão, de actuação crítica.

Em Dezembro de 1938, num artigo dedicado ao livro «A Evolução da Física», obra de colaboração de dois grandes físicos, Albert Einstein e Leopold Infeld, Bento Caraça escrevia: «Há, em cada ramo da ciência, dois campos de actividade que, embora não totalmente distintos, o são, no entanto, em certa medida — o campo da especialidade e o das ideias gerais.»

E acrescentava: «Sem cuidar de determinar agora até onde essa distinção vai ou pode ir, notemos apenas que, enquanto o primeiro diz respeito à actuação do obreiro especializado, o segundo implica um trabalho de natureza filosófica, de procura de linhas gerais de orientação do ramo de que se trata e de conexão com os ramos afins.»

Nestes dois campos de actividade, no campo especializado das Matemáticas e no campo da reflexão crítica sobre ideias gerais, Bento de Jesus Caraça revelou capacidade notabilíssima.

Aos dezoito anos, no segundo ano da frequência do antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, foi convidado para 2.º assistente do grupo de cadeiras de Matemáticas. A sua nomeação tem a data de 1 de Novembro de 1919. Em 1923 completou a licenciatura. No ano seguinte, 1924, subiu à categoria de 1.º assistente. Em Outubro de 1927 foi nomeado «professor extraordinário» e em 1929, atingiria o topo da hierarquia universitária: «professor catedrático», nomeado para a 1.ª cadeira (Matemáticas Superiores — Álgebra Superior — Princípios de Análises Infinitesimal — Geometria Analítica). Tinha 28 anos.

No domínio das Matemáticas existe uma longa tradição de casos de revelação precoce e fulgurante. Servimo-nos, para o recordar, de uma página do próprio Caraça. É Pascal, aos 16 anos, compondo um tratado das crónicas; Clairaut, aos 18 anos, conquistando um lugar na Academia das Ciências; Bertrand que seguia desde os 11 anos os cursos da Escola Politécnica, fazendo aos 17 anos um doutoramento em Ciências Matemáticas; é um Hermitte, é um Laguerre, a tornarem-se célebres como matemáticos na adolescência; é Abel, que, com 27 anos, deixa «uma das obras mais fecundas da primeira metade do século XIX»; é Evariste Galois, o génio que «não teve tempo» para levar mais longe a sua obra, e que, morto pelo tiro de um duellista não identificado, se despediu aos vinte e um anos de uma actividade portentosa de criação científica.

As solicitações e as responsabilidades da carreira docente imprimirão uma direcção à actividade do trabalhador científico. Ainda há dias, num depoimento pessoal, António Aniceto Monteiro, com a sua autoridade de grande matemático, nos falava da «grande clareza e elegância da exposição», da «meticulosa preparação» das lições do curso

sobre «Cálculo Vectorial», do apreço que lhe mereceram as «Lições de Álgebra e Análise», da repercussão que tiveram os volumes incluídos na «Biblioteca Cosmos» sobre «Os conceitos fundamentais da Matemática».

Mas a actividade do professor não se confinava ao estrito quadro escolar, as suas aulas abriam-se sobre o mundo real, as suas lições abordavam a realidade social, o seu ensino descià à rua, ia ao encontro dos homens, da juventude.

Em Março de 1931, segundo o resumo que do seu punho nos ficou da conferência realizada na Universidade Popular de Setúbal, Bento Caraça afirmava: «O aperfeiçoamento constante dos meios de satisfação e desenvolvimento destas necessidades, ideias e sentimentos, constitui a cultura que no dizer de Karl Marx compreende o máximo desenvolvimento das capacidades intelectuais, artísticas e mate-

posição no Cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence»; ter «consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano»; fazer «do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e o fim último da vida».

Para Bento Caraça «... cultura e liberdade identificam-se — sem cultura não pode haver liberdade, sem liberdade não pode haver cultura». A actividade intelectual no plano da investigação e da criação completa-se pela actividade pedagógica, prolonga-se com a actividade de divulgação cultural. A sua cátedra não estava encerrada nas paredes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; o seu ensino assumia novas responsabilidades, ainda no plano intra-universitário, com a criação do «Centro de Estudos de Matemáticas aplicadas à Economia», ou realizava-se numa perspectiva de extensão universitária com a fundação da «Gazeta de Matemática», a publicação da «Biblioteca Cosmos».

A ciência especializada — e cada vez mais especializada — e a problemática geral baseada na

entre o «trabalho intelectual» e o «trabalho físico», que implicava que se vencesse a separação total entre «formação literária» (ou, talvez, mais rigorosamente: histórico-literária) e «formação científica».

Repugnava-lhe a identificação da «classe dirigente» com «élite cultural» e tanto na Universidade Popular, como dirigindo a «Biblioteca Cosmos», foi seu propósito uma divulgação cultural que tinha por objecto a «extensão progressiva do património cultural comum». Património cultural que, em seu entender, era uma trincheira de combate.

Outra das trincheiras em que combatia, e desde os anos trinta, desde que se sentira atraído pela personalidade impar de Romain Rolland, era uma «trincheira de luta pela Humanidade», era a «trincheira da luta contra a guerra». Remonta a 11 de Novembro de 1932 essa tomada de posição. Afirmou então: «É a hora de falar claro e de cada um escolher a sua posição. A minha está escolhida há muito tempo.»

Leitor de Romain Rolland, admirador de Romain Rolland, que colocava «acima de todos», Bento Caraça não ficava indiferente às iniciativas contra a guerra e contra o fascismo do autor do *Jean Cristophe*. Num artigo publicado no semanário *Liberdade*, no ano de 1932, condenava os intelectuais que à «missão nobre» de denunciar nos respectivos países a política de guerra e o ascenso do «fascismo», preferiam a comodidade ou a traição do silêncio. Defendia o dever de dizer a verdade, e a verdade não era animadora, mas reconhecida que: «Existem, sem dúvida, núcleos apreciáveis de homens firmes, de homens de boa vontade» que, na luta contra a guerra, põem o melhor da sua inteligência e da sua actividade — o recente congresso de Amsterdão é disso uma prova bem patente...» Na sequência do congresso de Amsterdão, onde ponderaram homens como Jean-Richard Bloch, Henri Barbusse e Romain Rolland, Bento Caraça organiza, na clandestinidade, a Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo.

Via com clareza e uma aguda lucidez a situação da Europa, como deixou bem patente no artigo que escreveu, em 1936, de comentário ao livro de Henri De-cugis, «O Destino das raças brancas». Apercebia-se da iminência da «grande guerra» de que a «guerra civil» de Espanha era apenas um ensaio geral dilacerante, sangrento e trágico. É desse ano de 1936 a sua presença, como representante da Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo, no Comité da Frente Popular.

O regime «fascista» impunha às forças progressistas, para se furtarem à repressão policial, a adopção de formas clandestinas de organização e de actividade. Bento Caraça não se recusou a participar nessas actividades e a correr esses riscos. Foi, pela continuidade da sua acção, pelo empenho consciente, pela firmeza, um grande resistente antifascista. E nessa qualidade quando os exércitos de Hitler e Mussolini ditavam a sua lei de barbárie e de destruição na Europa, quando as hordas fascistas, com as suas camisas negras e castanhas, seus tanques e seus aviões, suas gestapos, seus campos de concentração, seus carrascos, suas fogueiras de queima de livros, avassalavam nações e dominavam aparentemente triunfadoras, o professor Bento de Jesus Caraça deu uma contribuição muito im-



José Magalhães Godinho no uso da palavra durante a sessão na Aula Magna da Reitoria

riais encerradas no homem. A cultura é assim simultaneamente um meio e um fim».

E em 1933, quando a convite da União Cultural «Mocidade Livre», pronunciou a conferência intitulada «A Cultura Integral do Indivíduo — Problema Central do Nosso Tempo», Bento Caraça defenderia uma inteligente distinção entre *saber* e *cultura*. Citamos: «Ser-se culto não implica ser-se sábio; há sábios que não são cultos e homens cultos que não são sábios; mas o que o ser culto implica é um certo grau de saber, aquele precisamente que fornece uma base mínima para a satisfação das três condições enunciadas. Condições definidoras do *homem culto*, ou, mais rigorosamente, do *homem preocupado com ser culto*, e que para Bento Caraça se caracterizava por: ter «consciência da sua

reflexão crítica, a problematização metodológica e filosófica, integravam-se, para Bento Caraça, num conjunto solidário de *agentes de cultura*, numa síntese das «humanidades clássicas» e do «humanismo científico». Num breve estudo em que abordou o tema «Humanismo e Humanidade», Bento Caraça, reagindo contra os apóstolos do regresso a um primitivismo anti-científico, preconizaria uma «mudança de qualidade» da vida e das relações entre o homem e a máquina, a ciência e a técnica. E distinguia «o enciclopédismo barato e estéril» da imprescindível necessidade de uma «formação humanista dos profissionais». Objectivo este que só poderia ser alcançado pela «reforma total dos sistemas orgânicos do ensino», que exigiria que abatidas fossem as barreiras

PEÇAS MERCEDES

ECONOMIZE!

Compre peças recuperadas com 10% de uso, pagando agora só 30% do seu valor.

Alguns dos nossos preços (só até 15 de Julho):

Eixos traseiros completos (c/diferencial), desde	Esc. 10 000\$00
Charriots dianteiros completos, desde	9 000\$00
Caixas de velocidades, desde	12 500\$00
Semi-eixos, desde	2 000\$00
Semi-eixos 220D/8, cada	6 000\$00
Conjuntos do Diferencial, desde	7 500\$00
Triângulos da suspensão, desde	1 500\$00
Motores 190D e 200D, desde	40 000\$00
Motores 220D/8, desde	70 000\$00

Temos todas as peças para os modelos antigos (chapa e mecânica).

Aproveite esta oportunidade única e faça agora o seu «stock» de material.

LINO A. SILVA

Armazém: Pátio do Marechal, 4-B
(à Travessa das Mercceiras — Junto à Sé)
LISBOA

Pub

Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes COMUNICADO

À 1 hora da madrugada do dia 23 do corrente, após uma reunião de trabalho na União Administrativa de Angra de Heroísmo, os dirigentes sindicais Alberto Fialho, do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes, Manuela Barreto e Clemente Alves, da Federação da Hotelaria do Sul e Ilhas Adjacentes, do Sindicato da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca, foram cobardemente agredidos e espancados por indivíduos que se faziam transportar numa carrinha de 4 portas com a matrícula RH-48-60. O bando terrorista pôs-se em fuga e os dirigentes foram conduzidos ao hospital local, onde receberam tratamento.

Foi apresentada queixa à Polícia e promovida uma busca sem resultados... facto que infelizmente não surpreende os trabalhadores e as restantes forças democráticas.

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes considera que esta agressão se enquadra nas acções reaccionárias e separatistas contra o regime democrático, a unidade nacional, as liberdades democráticas e sindicais e restantes conquistas de Abril.

Estamos certos de que os agressores poderão ser encontrados nas fileiras da organização fascista e separatista FLA.

A Direcção do Sindicato solidariza-se com os camaradas traído e espancados e exige imediata prisão e condenação exemplar dos criminosos.

Responsabiliza o Governo Regional dos Açores, porque tem sido a sua política reaccionária e conivente com a FLA que tem animado as acções terroristas e impedido o livre exercício das liberdades democráticas e sindicais.

Solicita a rápida e enérgica aplicação das medidas contra as organizações fascistas recentemente aprovadas na Assembleia da República.

Este acto criminoso insere-se na luta que as forças reaccionárias e aventuristas têm realizado contra o reforço do Movimento Sindical nas Ilhas, reforço esse que apenas visa melhorar a capacidade de reivindicação e intervenção dos trabalhadores, impedindo a regionalização dos Sindicatos, como pretendem os separatistas, e dar resposta mais eficaz e oportuna aos problemas que se colocam diariamente aos trabalhadores dos Açores e Madeira.

Exorta os gráficos e restantes trabalhadores ao reforço da sua unidade, organização e mobilização em torno dos seus direitos e conquistas, da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, da democracia, dos seus sindicatos e da CGTP-IP.

PELA DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

ABAIXO O FASCISMO!

PUNIÇÃO EXEMPLAR DOS TERRORISTAS!

RN



**para aproximar os portugueses
com o País Novo**

COMEMORADA A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Samora enviou mensagem aos antifascistas portugueses

«O significado desta data para nós, democratas portugueses, combatentes anticolonialistas e antifascistas, que sempre dissemos que nunca poderíamos ser livres enquanto explorássemos e oprimíssemos outros povos, que sempre dissemos que a nossa liberdade passava pela libertação dos outros povos oprimidos pelo regime colonial-fascista, é muito grande» lembrou Silva Graça ao usar da palavra no decorrer da sessão pública realizada ontem no Teatro S. Luís, comemorativa do 3.º Aniversário da Independência de Moçambique.

Silva Graça, da Associação de Amizade Portugal-Moçambique, entidade que organizou a sessão, patrocinada pela Embaixada moçambicana, dizia ainda que «não é só 25 Junho, data da Fundação da Frelimo, e da independência total e completa de Moçambique, que está aqui presente. Aqui está também presente Abril, representado pelos seus capitães, pelos democratas, pelos antifascistas, por todos aqueles que tornaram possível o início da complexa e difícil marcha do povo português rumo à sua completa libertação».

Presentes, além de centenas de pessoas que encheram o teatro, o embaixador Armando Panguene, que presidiu à sessão, membros do CR, Aquilino Ribeiro (presidente da CML), Carlos Costa (CC do PCP), Gualter Basílio, deputado do PS, Helena Cidade Moura e

João Tengarrinha, do MDP/CDE.

Pedro Borges, da Associação de Amizade, leu ainda durante a sessão, numerosos telegramas de saudações de organizações políticas e comissões de trabalhadores, incluindo a mensagem de 108 empresas da Cintura Industrial de Lisboa.

Foi exibido também um filme sobre o terceiro congresso da Frelimo, realizado em 1977, tendo antes o embaixador Armando Panguene lido uma mensagem de Samora Machel de «calorosas saudações» aos «combatentes antifascistas e anticolonialistas portugueses». O representante de Moçambique evocou ainda a figura do comandante Ramiro Correia, como símbolo do cooperante internacionalista português e traço, finalmente, as grandes linhas da evolução política moçambicana.

A fechar a sessão teve lugar a sessão de canto livre, com a participação de Luís Cília, a Brigada Vítor Jara e um agrupamento de cantares moçambicanos.

SOARES ENVIA MENSAGEM A SAMORA

Entretanto o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, enviou ontem ao Presidente Samora Machel, um telegrama de felicitações pela passagem do 3.º

aniversário da independência da RPM, manifestando a intenção de «continuar a desenvolver as relações de cooperação e amizade entre os dois países».

Recorde-se que Armando Panguene esteve ontem em S. Bento, em audiência relacionada com aquela data, tendo referido à saída, aos jornalistas,

o vasto programa de recrutamento de técnicos portugueses, e que tratara igualmente de questões sobre a cooperação com Soares.

Também a direcção-geral da Associação Académica de Coimbra enviou um telegrama ao embaixador, saudando a data da independência de Moçambique.

Solidariedade pró-Brasil encheu o Teatro Aberto

No Teatro Aberto realizou-se ontem à noite uma festa de solidariedade com a juventude brasileira que pretende participar no IX Festival Mundial da Juventude, em Havana, de 28 de Julho a 5 de Agosto.

O teatro encheu por completo, estando presentes numerosas personalidades ligadas aos meios cultural e político. A abrir a sessão o jornalista brasileiro Flávio Tavares, que se encontra em Portugal como asilado político fez uma intervenção sobre a participação da juventude brasileira no Festival da Juventude e ao mesmo tempo uma análise da situação política no Brasil.

Rogério Paulo leu depois um poema do poeta brasileiro Thiago de Mello dedicado a Che Guevara e intitulado «Sangue e orvalho», seguindo-se a leitura de várias mensagens recebidas, designadamente da Juventude Socialista, de Vasco Gonçalves e do Comité Nacional Preparatório do XI Festival Mundial da Juventude. Ao longo da noite

chegariam muitas mais.

Participaram no espectáculo Carlos do Carmo, José Jorge Letria, Francisco Fanhais, grupos de Moçambique, Cabo Verde e Angola e ainda o grupo brasileiro «Tatú Guaranú».

No final do espectáculo foi lido um documento assinado pelos democratas e antifascistas que patrocinaram e participaram na «Noite de Solidariedade» exigindo liberdade para que a juventude e os estudantes brasileiros possam participar no XI Festival Mundial da Juventude e exigindo uma amnistia ampla e sem restrições. O documento condena as manobras «ditatoriais» para dividir a oposição e apela às organizações políticas, sindicais e populares democráticas portuguesas para que «apoie a luta e elevem a novos níveis a solidariedade para com o povo brasileiro, para ajudar a evitar que a violência repressiva ditatorial possa fazer retroceder os espaços políticos que vêm sendo conquistados no Brasil».

SEGUNDO GARCIA LEANDRO

Relações com a China até ao fim deste ano

Relações diplomáticas entre Portugal e a China poderão ser estabelecidas até ao fim do ano, segundo afirmou em Macau o governador português daquele território, coronel Garcia Leandro.

A afirmação não é propriamente uma novidade, mas segundo o governador tem desta vez fundamento em notícias vindas da China e de Portugal.

Segundo Garcia Leandro, que falava a um grupo de correspondentes da colónia britânica de Hong-Kong, as boas relações entre Macau e a

provincia chinesa de Kwantung, funcionaram como factor importante no acelerar da normalização de relações entre os dois países.

Recorde-se que o governador de Macau esteve há tempos de visita à República Popular da China e que actualmente se encontra naquele país asiático uma delegação desportiva composta pela equipa de futebol do Sporting, o que é significativo se nos lembrarmos da importância do desporto nas relações externas chinesas.

Secretário do Ambiente visita concelhos da Grande Lisboa

O secretário de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente inicia amanhã uma visita aos concelhos da área da Grande Lisboa a fim de avaliar, com os responsáveis da administração local, os problemas de maior premissência no âmbito de actuação do departamento governamental que dirige.

Assim, o arquitecto Gomes Fernandes percorrerá os concelhos de Setúbal e de Sesimbra, estando previstas reuniões nas sedes dos respectivos municípios. Durante as reuniões, serão tratados os assuntos que maior relevância assumam naqueles concelhos, nomeadamente planeamento e gestão urbanísticos, incluindo a recuperação de áreas de construção clandestina, localização

industrial, Parque Natural da Arrábida, degradação do ambiente, exploração de pedreiras e situação da lagoa de Albufeira.

No prosseguimento destas visitas, o arquitecto Gomes Fernandes deslocar-se-á, na próxima quinta-feira, ao concelho de Almada, onde, com os responsáveis pela administração da cidade, abordará pontos relativos a estudos de ordenamento do território e de recuperação de áreas clandestinas actualmente em curso, impacto da instalação futura do porto da Trafaria e seu traçado ferroviário de apoio ao desenvolvimento urbano do concelho e ainda questões relacionadas com a reserva paisagística de Almada.

EXPORTAÇÕES EM 1977

Primeiro lugar para o vinho

Os vinhos, com um montante de vendas superior a cinco milhões de contos, alcançaram em 1977 o primeiro lugar na lista das exportações portuguesas, segundo revela o Fundo de Fomento de Exportação, que acrescenta representar este valor um aumento de 1 519 milhares de contos, relativamente ao ano transacto, apesar do volume exportado ter diminuído cerca de 20 mil toneladas, disparidade que se explica pela subida que o preço do produto registou de um ano para o outro.

No domínio das exportações seguiram-se as pastas para o fabrico de papel, no total de 3 643,6 milhares de contos (aumento de 89,2 milhares) e as obras de cortiça, com 3 571,4 milhares de contos (subida de 1 388,9 milhares).

Quanto às importações no mesmo período, o petróleo em bruto e os derivados figu-

ram na primeira posição com 23 422 milhares de contos, o que constitui um agravamento de 6 037,7 milhares de contos em relação ao ano anterior.

Seguem-se os automóveis para transporte de pessoas e mercadorias, com 10 463,5 milhares de contos (aumento de 4 872,3 milhares), o algodão em rama, com 7 212,2 milhares de contos (acréscimo de 2 718,5 milhares) o milho, com 5 418,2 milhares de contos (mais 614,3 milhares) e os medicamentos, com 4 707,3 milhares de contos (agravamento de 2 766 milhares).

O fundo de Fomento da Exportação salienta que, de 1973 para 1977, o volume da importação portuguesa aumentou 75 por cento, enquanto o da exportação diminuiu 16,6 por cento, o que traduz em termos absolutos, uma quebra de 751,3 milhares de toneladas de mercadorias exportadas.

ESCRITAS

Contabilistas diplomados com completo domínio do P.O.C. executam escrita de empresa de qualquer grupo. Da-se assistência fiscal. Resposta a este jornal ao n.º 2761.

EM LUTA PELO CCT DO MAR

Marinha Mercante discute proposta de greve (4 dias)

Os associados do Sindicato dos Marinheiros Mercantes de Portugal aprovaram, à noite, em reunião geral, a proposta de greve total para os dias 29, 30, 3 e 4, apresentada pela sua direcção, como forma de luta pela negociação do CCT do Mar.

Por outro lado, a mesma proposta já havia sido aprovada em reuniões na Nazaré, Salir, Ericeira, Figueira da Foz e Ilhavo. O apoio chegou, também, sob a forma de telegrama de cartas, de 46 navios, incluindo a quase totalidade da frota petrolífera, o que perfaz um total de 500 trabalhadores.

No entanto, a proposta volta esta noite à discussão em reunião de todos os sindicatos envolvidos na negociação do CCT, a afectar na Federação dos Sindicatos do Mar. E, segundo se prevê, a proposta da greve sindical deverá ser rejeitada, já que a maioria das direcções sindicais já havia manifestado oposição anteriormente.

Um porta-voz do Sindicato dos Marinheiros Mercantes afirmou-nos, esta manhã, que, se essa decisão for tomada, será democraticamente acatada. No entanto, deverá ser ratificada

da pela classe e, se tal não se verificar, então aquele sindicato avançará com a proposta já aprovada pela quase totalidade dos seus associados.

Concretamente, a greve defendida é de greve total nas datas indicadas, e, ainda, greve às horas extraordinárias, em todas as secções, nos dias 1 e 2.

As negociações do CCT do mar não têm avançado, em grande parte devido à argumentação apresentada pela parte patronal relativa à situação económica do sector. Tal aconteceu, por exemplo, no dia 20, quando foi entregue uma contraproposta que, no entender dos sindicatos, «é a mesma proposta de Julho», com algumas modificações.

Até agora, nas negociações entretanto verificadas, apenas foram negociadas cerca de um terço das cláusulas do CCT, todas elas sem incidência económica.

Da parte sindical é feita a acusação, relativamente à contraproposta, de que se pretende «retirar as principais conquistas do nosso contrato» e pagar «os aumentos de uns com o dinheiro que tiram aos outros e ainda por cima divi-

dem os trabalhadores».

Na última sessão de negociações, ontem havida, «os armadores recusaram-se a negociar com base na nossa proposta», querendo mexer em todas as cláusulas, mesmo aquelas que os sindicatos pretendem manter. Nova reunião está marcada para amanhã.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da marinha mercante portuguesa, com a qual o patronato do sector se defende das reivindicações de carácter económico feitas pelos sindicatos, é bastante difícil.

Contudo, do ponto de vista sindical, tal fica a dever-se a uma política governamental que, na prática, nem sequer corresponde àquilo que teoricamente tem sido defendido.

Assim, o Governo reconhece a indispensabilidade do saneamento financeiro das empresas (liquidação das dívidas e compromissos anteriores) e renovação da frota.

De facto nada disso terá acontecido, pois enquanto aparece dinheiro para fretamentos de navios estrangeiros, ele não

existe para renovação de uma frota com uma idade, em média, de 16 anos, quando a vida média de uma embarcação é de 20 anos.

A este propósito deve apontar-se que, desde 1974, o saldo entre navios adquiridos e abatidos acusa um défice de 21 unidades, sendo de acrescentar que, do total de tráfego de e para Portugal, apenas 13 por cento foi efectuado por navios portugueses ou fretados por armadores portugueses.

E, ainda, um número: em 1977, sete meses de fretamentos de navios graneleiros custaram ao País, por intermédio da CNN/CTM, cerca de 15 milhões de contos.



Saez Merino: os processos das multinacionais

Situação agrava-se na Sáez Merino

Agravou-se a situação na empresa de vestuário, de Alverca, «Saez Merino», com o despedimento das duas delegadas sindicais suspensas.

Estas receberam a comunicação do despedimento na sexta-feira passada, ao fim de um processo ilegal. Na verdade, as trabalhadoras foram alvo de processo disciplinar, mas não receberam nota de culpa, não puderam defender-se nem foram ouvidas. Também as decisões não foram comunicadas à Comissão de Trabalhadores.

Relativamente a uma das delegadas sindicais (são também membros da Comissão de Trabalhadores) o texto do despacho (subscrito pela administração em Portugal) é ambíguo, porque, de acordo com o um elemento do Sindicato dos Trabalhadores de Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, primeiro dá a trabalhadora como despedida com justa causa, e, depois, diz que no caso de aceitar voltar ao trabalho, será punida com suspensão de dez dias sem remuneração.

O total de trabalhadoras suspensas é de 8, número que os trabalhadores inscreveram nas paredes da fábrica. Ontem, apareceu um 1 antes do 8, escrito não se sabe por quem nem com que intenção.

Ontem, as trabalhadoras, que apesar do «lock-out» continuam a comparecer e a cumprir horário na parte exterior da fábrica, opuseram-se a que fosse descarregado tecido para dentro da fábrica, transportado num camião. As trabalhadoras encostaram-se ao portão da fá-

brica, enquanto o gerente ia dando instruções ao motorista para recuar, sempre, em direcção ao portão por onde devia entrar. Enquanto o gerente gritava «Venga, venga!» e as trabalhadoras não arredavam pé, o motorista teve de parar para não as esmagar. O tecido foi mais tarde descarregado nos armazéns de Xabregas.

Na sexta-feira passada duas trabalhadoras tentaram falar com o patrão espanhol mas este declarou que não queria sobrepor-se ao gerente e director da fábrica em Portugal.

A Inspecção de Trabalho declarou já que não tinha dúvidas sobre a situação ilegal de «lock-out» criada pela entidade patronal, mas a verdade é que a situação se mantém, impunemente.

Os trabalhadores recorreram ao Tribunal de Vila Franca de Xira.

Também na passada sexta-feira, trabalhadores e população de Vila Franca de Xira concentraram-se em frente à «Saez Merino», onde aprovaram uma moção de repúdio pelo comportamento da entidade patronal e de apoio aos trabalhadores.

LUTA NA FIACO DE COIMBRA

Também os trabalhadores da empresa têxtil de Coimbra, Fiaco, vão decidir depois de amanhã, quais as formas de luta a adoptar perante a intransigência do patrão, que alterou o esquema de turnos, sem ouvir os trabalhadores e contra a sua vontade. A Delegação do MT lo-

cal, que primeiro tinha emitido um despacho a determinar que os trabalhadores deveriam ser ouvidos depois emituiu outro comunicado, dando cobertura ao patrão.

VITÓRIA NA FIANDEIRA MIRENSE

Os trabalhadores de Aparelhos de Tingir da Fiandeira Mirense J.R.G. e C.ª SARL, de Mira de Aire, conseguiram que lhes fossem repostos 750\$00 no seu salário, depois de votação secreta sobre o problema.

Depois de 48 dias de greve, os trabalhadores decidiram aceitar parcialmente uma proposta da gerência segundo a qual todos os trabalhadores da empresa votariam secretamente sobre a reposição daquele valor nos vencimentos. Na mesma proposta, a gerência comprometeu-se a manter o salário de 7100\$00, com efeitos retroactivos desde Março passado.

A votação foi favorável aos trabalhadores.

Guérin é uma "ilha do fascismo"

A Sociedade Comercial Guérin vem sendo apontada pelos sindicatos como uma das «ilhas do fascismo» que por aí proliferam: empresas onde o patronato não cumpre a lei nem as decisões dos tribunais, «criando uma situação de completa insegurança dos trabalhadores».

Dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos e elementos da Comissão de Trabalhadores da Guérin revelaram há dias diversos aspectos da «ofensiva repressiva» desencadeada pela administração daquela empresa, após a devolução (desintervenção) ao capital privado. Os despedimentos de dez trabalhadores que se notabilizaram na defesa dos direitos dos seus colegas, e suspensas diversas regalias dos trabalhadores (designadamente o complemento do subsídio de doença).

O Tribunal do Trabalho ordenou já a reintegração de dois dos despedidos, mas a administração ignora a decisão. Os despedimentos atingiram delegados e ex-delegados sindicais, além de alguns colaboradores da comissão que geriu a empresa durante o período da intervenção.

METALÚRGICOS EM ELEIÇÕES

Empresas da margem Sul "votam" na unidade

Um vasto movimento de apoio nas empresas da margem sul acompanha a candidatura da lista unitária «A» às eleições para os cargos directivos do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal (sede no Barreiro), que se realizam na quinta-feira, dia 29.

Com um programa orientado em defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, da democracia e do socialismo, a lista unitária consagra activistas sindicais com provas dadas nas empresas, como membros de CT's e delegados sindicais.

O programa aponta para o «reforço das posições unitárias democráticas, independentes, de massas e de classe, factor determinante para desmascarar, combater, isolar e derrotar as tentativas de cisão, divisão, fragmentação e manipulação do Movimento Sindical».

A lista dedica particular atenção a problemas como o direito



ao trabalho e segurança no emprego, contratação colectiva, salários e custo de vida, garantias e

direitos dos trabalhadores, controlo de gestão, direito de antena, saúde e segurança social, higiene e segurança no trabalho, tempos livres.

No campo da organização sindical o programa delineia um conjunto de tarefas, com incidência muito especial nos sectores de delegados sindicais, mulheres trabalhadoras, jovens, reformados, sindicalização, formação sindical, informação e propaganda, verticalização, dinamização, etc.

A lista conta com comissões de apoio em numerosas empresas, designadamente na Lisnave, Setenave, Siderurgia Nacional, Entrepósito, Ima, Movauto, Sociedade de Reparções de Navios, Companhia Portuguesa de Pesca, Mague (Mitrena), Corticeira Ibérica, Parry Son, Arsenal do Alfeite, Imperex e Cometna.

UM CASO ENTRE MUITOS

"Gorjeta" premeia 30 anos de trabalho

António José Pereira, motorador na Av. Oscar Monteiro Torres, em Lisboa, é motorista de praça desde 1948, o que só por si lhe daria direito a uma segurança na velhice que lhe permitisse viver sem esmolar e sem grandes sobressaltos.

Há tempos (exactamente em 21 de Março do ano corrente), sentindo que de um momento para o outro a idade já não lhe dará possibilidade de ser o mesmo profissional que sempre foi, tentou informar-se junto da Caixa Nacional de Pensões sobre o montante da sua pensão

quando tivesse de se reformar.

Tarde e a más horas (só a 14 de Junho último) recebeu a devida resposta daquele organismo. A morrendo de pasmo: segundo a Caixa Nacional de Pensões, o montante provável da sua pensão de invalidez, ao fim de trinta anos de profissão como motorista, será de... 2750\$00 mensais!

O sr. António Pereira não compreende muito bem. E chega aqui ao jornal e diz-nos através da sua justa indignação:

— Como é isto? Então não

avancámos nada no que respeito ao amparo dos trabalhadores na invalidez ou na velhice? Se eu sempre descontei, se eu trabalho desde os sete anos, não tenho direito a não morrer de fome no dia em que tiver de deixar de trabalhar? Então vêm dar-me o mínimo de reforma, como se eu tivesse descontado apenas durante dois anos? Isso está certo? Isto é justo?

Claro que não é, amigo António. E tem toda a razão em inquirir da CNP e dos nossos governantes, como se podem lesar assim os trabalhadores deste País.

Uma só lista no distrito de Castelo Branco

Como resultado do esforço de entendimento e unidade de diversas tendências sindicais, apenas uma lista se candidata às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco (sede na Covilhã), que se realizam no dia 8 de Julho.

Trata-se de uma lista unitária que engloba activistas sindicais de todo o distrito em função da palavra de ordem «Ninguém vergará os metalúrgicos». Dela fazem parte alguns dos actuais dirigentes.

«Unir a classe, defender os

seus interesses, reforçar o sindicato» são, em síntese, os objectivos desta candidatura, que adopta uma linha de acção fiel à tradição de luta do seu órgão de classe, na base da resistência «contra a exploração, aos atentados aos direitos dos trabalhadores» e da defesa da Constituição e das conquistas de Abril.

O sindicato tem cerca de 1500 trabalhadores filiados, que poderão votar numa das seis mesas de voto, a funcionar na Covilhã, Belmonte, Fundão, Castelo Branco, Cernache e Minas da Panasqueira.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

Avenida Miguel Bombarda, 96-1.º Dt. 76 43 21/31 LISBOA-1

COMUNICADO N.º 19

O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa, manifesta mais uma vez a sua grande preocupação face à demagogia e passividade dos I e II Governos Constitucionais, na resolução dos problemas que afectam os trabalhadores da Comunicação Social e em particular os trabalhadores da Empresa, «O Século».

O Governo decidiu, contra a vontade expressa dos trabalhadores, encerrar o «O Século» dizendo fazê-lo por um período de 3 meses e alegando ser a única saída possível para poderem proceder à sua reestruturação. Na prática assistiu-se efectivamente à concretização do encerramento só que, em vez de 3 meses já lá vão 16 e a situação mantém-se inalterável.

Apesar das propostas concretas apresentadas em devida altura pelos trabalhadores, no sentido de contribuirem para a resolução do problema da empresa, o Governo tem vindo a fazer sucessivamente ouvidos moucos, hesitando em apontar uma saída constitucional para o caso «O Século» como é defendido pelos trabalhadores.

Os meios de Comunicação Social estatizados pagos pelo Povo, sendo um importante instrumento de formação e consciencialização das massas populares e uma arma importante para a defesa da democracia e da liberdade, deverão ser colocados ao Serviço do Povo e nunca ao serviço das forças inimigas da liberdade e da democracia, contrárias à Constituição da República. Tais forças, na posse de uma tão importante arma, não deixarão de a utilizar para difundir as suas doutrinas fascistas ou fascizantes que visam o regresso ao passado e como tal põem em risco a democracia, as liberdades e a independência nacional.

O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa apoia a Manifestação promovida pelos representantes dos trabalhadores da Comunicação Social, no dia 28/6/78 às 19,30 horas, do Palácio Foz a São Bento.

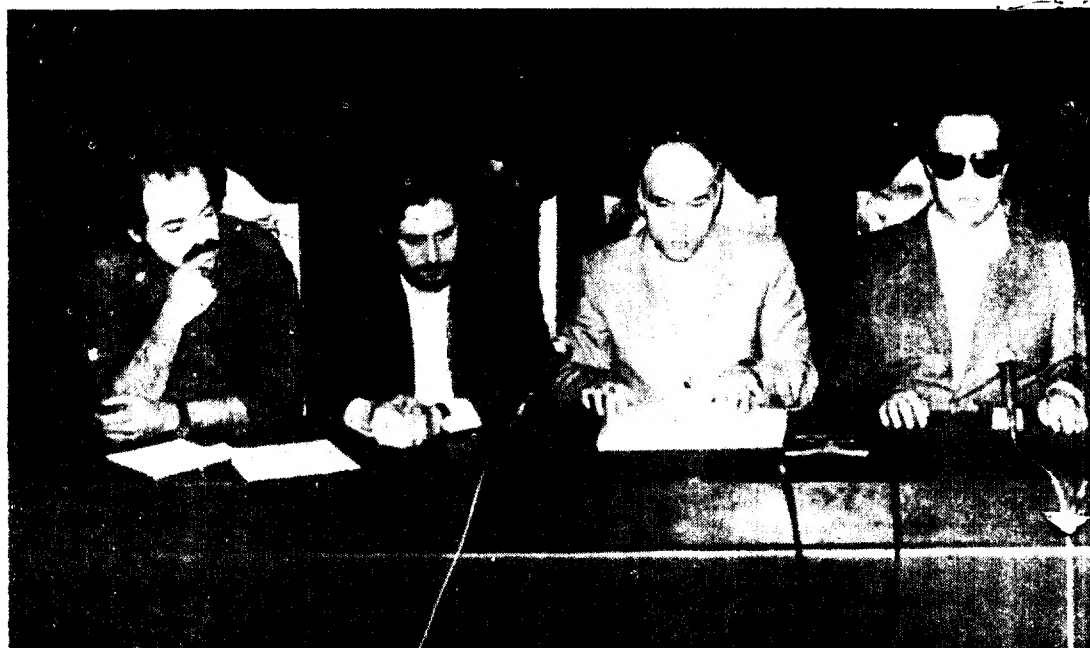
Apela a todos os trabalhadores do Distrito de Lisboa, que mais uma vez mostrem na prática a sua solidariedade e disposição em lutar por uma política de informação ao serviço do Povo.

Pelo Direito de Antena consagrado na Constituição!

Pela defesa das Nacionalizações, pelo Direito ao Trabalho, por uma solução constitucional para «O Século»!

O SECRETARIADO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

Lisboa, 26/6/78



A mesa que presidiu à conferência de Imprensa dos invisuais

ANUNCIADO EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA/ Invisuais preparam Organ dos Cegos Portugueses

A Organização dos Cegos Portugueses será, num futuro imediato, uma realidade. A notícia da criação desta organização unitária de âmbito nacional foi dada ontem, ao fim da tarde, no anfiteatro da Biblioteca Nacional, durante uma conferência de Imprensa promovida pelos elementos do grupo de trabalho que prepara o documento-base sobre o qual as três associações de invisuais mais importantes do País — a Luis Braille, a Liga de Cegos João de Deus e a Associação de Cegos do Norte — hão-de estabelecer um programa comum, com todas as vantagens inerentes a um trabalho de fundo que então será mais eficaz e proveitoso, porque unificado.

Com a criação desta entidade unitária de cegos pretende-se fortalecer não apenas o aspecto organizativo em si mas, sobretudo, obter um veículo que junto dos serviços oficiais assumam o papel de interlocutor qualificado, reconhecido e respeitado e através do qual se possa corrigir a visão distorcida com que a sociedade encara a problemática dos cegos e das cegueiras.

Para se ter uma perspectiva de como os Governos portugueses de há várias décadas a esta parte encaram o problema dos invisuais (ou como o não encaram de forma nenhuma), diremos que a última estatística sobre o número de cegos no nosso País foi feita em 1903 e, mesmo assim, com dados duvidosos. De facto, disse-se ontem na conferência de Imprensa (na qual foi notada e criticada a falta de comparência da RTP) que já em 1903 o número de cegos ascendia provavelmente a muito mais que os 8 mil da tal estatística de dados duvidosos. Quer isto dizer que hoje uma estatística séria era capaz de nos oferecer um número capaz de englobar várias dezenas de milhares de invisuais.

Para atingir as suas finalidades, a futura OCEP (Organização dos Cegos Portugueses) prosseguirá, entre outros, os seguintes objectivos:

- Estudar aprofundadamente a problemática dos deficientes visuais em ordem ao aproveitamento total da sua capacidade;
- Proceder, por todos os meios adequados, à formação duma imagem fiel dos deficientes visuais socialmente válidos, promover a sua difusão e propugnar a sua assimilação pela sociedade;
- Proceder ao levantamento de uma carta tifológica portuguesa, que revele, o mais detalhadamente possível, a situação actual do País, no que respeita a indivíduos, instituições particulares e serviços oficiais;
- Promover e realizar acções de esclarecimento público sobre:

- Os deficientes visuais, os aspectos específicos da sua condição física, psíquica e social;
- A necessidade de transformação da mentalidade social, com vista à desejável integração comunitária dos deficientes visuais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir adequadamente, e no espírito da Declaração dos Direitos dos Deficientes, a todas as medidas adoptadas por quaisquer entidades, quer públicas quer privadas, que sejam consideradas atentatórias dos interesses legítimos dos deficientes visuais;

— Manter, sempre que se considere conveniente, serviços de apoio aos deficientes visuais, sobretudo nos domínios em que a especificidade da sua situação o exija;

— Manter-se permanentemente documentada sobre as diversas linhas de reabilitação de deficientes visuais seguidas nos

suais;

— Denunciar os factores sociais responsáveis pela segregação dos deficientes visuais e lutar pela sua eliminação;

— Desenvolver fundamentalmente junto dos órgãos competentes do poder, seus departamentos e serviços, acções tendentes à tomada de todas as medidas indispensáveis à definição e execução da política de reabilitação dos deficientes visuais;

— Contribuir para a definição de medidas sociais compensatórias da cegueira e propugnar a sua aplicação;

— Reagir ade

DOENTES RENAI CONTINUAM A IR A ESPANHA

Funchal será o primeiro distrito a ter uma unidade de diálise

FUNCHAL, 27 — Em entrevista concedida ao jornal «Diário de Notícias», que se publica nesta cidade, o prof. Linhares Furtado, do Hospital da Universidade de Coimbra, revelou que o Hospital do Funchal será o primeiro estabelecimento hospitalar distrital do País a ter uma unidade de diálise.

Os doentes renais da ilha poderão assim tratar-se localmente, o que significa um notável benefício, dado que as unidades de diálise existentes no continente se encontram superlotadas, obrigando muitas pessoas a deslocar-se a Espanha. Linhares Furtado deslocou-se a esta ilha para criar o respectivo serviço e efectuar uma série de conferências.

Falando das transplantações renais efectuadas em Coimbra, o cirurgião afirmou que «infelizmente o efeito destas intervenções é quase nulo, dado que não tiveram a necessária sequência, por falta de instalações e de interesse da administração e ainda por dificuldades de com maior profundidade, dado o êxito de que se revestiram sempre as intervenções efectuadas por nós e por outras equipas de Lisboa e Porto».

«Devido às entidades responsáveis nunca terem dado uma resposta que seria de esperar à instalação desses serviços — frisou — hoje o Governo está seriamente preocupado com este

problema porque se vê obrigado a subsidiar doentes que foram e continuam a ir para o estrangeiro, representando assim a saída de centenas de milhares de contos em divisas».

«Presentemente — prosseguiu — «cada doente de diálise representa em Portugal um encargo financeiro de aproximadamente mil contos por ano, sendo naturalmente estes custos muito mais agravados no estrangeiro».

Depois de referir que «na cirurgia urológica a medicina portuguesa está ao mesmo nível de qualquer país», Linhares Furtado declarou que «fora dos grandes centros as estruturas hospitala-

res são na sua maioria deficientes e o número de médicos especializados é insuficiente».

Dentro dos nossos condicionaisismos — sublinhou — creio que Portugal nunca terá possibilidades de comportar uma organização de diálise que satisfaça as necessidades de todos os doentes».

Há por isso — concluiu — que desenvolver ao máximo a transplantação renal que além de ter a vantagem de ficar por um custo muito inferior concede aos doentes bem sucedidos uma vida praticamente normal, ao passo que a diálise obriga a muitas limitações.

Ramalhal contra sistema de pagamento de pensões

Em desacordo com a forma de pagamento das pensões aos rurais — agora anunciada pela Caixa Nacional de Pensões, a Comissão Directiva da Casa do Povo do Ramalhal (Oeste) decidiu enviar uma exposição ao ministro dos Assuntos Sociais na qual aponta os «contras» dessa atitude e se afirma na disposição de apresentar a demissão no caso de o referido sistema não ser suspenso ou alterado.

Na verdade, o pagamento através de vales a receber nas secções de Finanças, CTT ou Bancos «não resolve nem melhora a situação dos pensionistas». Antes, pelo contrário, além de comportar despesas para o Governo, dificulta a vida da grande maio-

ria dos pensionistas que habitam nos meios rurais. No documento da Casa do Povo do Ramalhal enumeram-se alguns dos inconvenientes trazidos pelo processo que a Caixa Nacional de Pensões pretende implantar nomeadamente a percentagem de analfabetos — o que contribui para dificultar a cobrança. Por outro lado a idade avançada e as condições precárias de saúde de muitos pensionistas impedem as deslocações visto que nos meios rurais não existem bancos, nem tesourarias e em alguns casos nem sequer estações dos CTT. Com a agravante ainda de o elevado custo dos transportes acarretar despesas insustentáveis para os pensionistas.

NSA
nização

países mais avançados, com vista ao aproveitamento de experiências alheias que se apresentem viáveis em Portugal;

— Estabelecer relações de cooperação internacional em todos os domínios que interessem aos deficientes visuais e promover o seu desenvolvimento.

Ao assumirem esta posição, os cegos portugueses estão certos de que contribuem para a construção duma sociedade nova, na qual, sem ignorarem as limitações que os afectam, possam utilizar todas as possibilidades que, apesar de tudo, ainda lhes restam.

Além dos cinco elementos do grupo de trabalho presentes — Pedro Matos Miguéis, da direcção da Luís Braille, J. Pinto Chaves, presidente da Liga João de Deus, Filipe Pereira Oliva, presidente da assembleia geral da Luís Braille, Guilherme Jorge, vice-presidente da Liga João de Deus, e Claudino Pinto, vice-presidente da Braille — encontrava-se na sala, tomando parte no debate final, o director do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Pensa-se que a OCEP, se devidamente apoiada pelas entidades oficiais, poderá arrancar dentro de menos de um ano.

namento
nfica

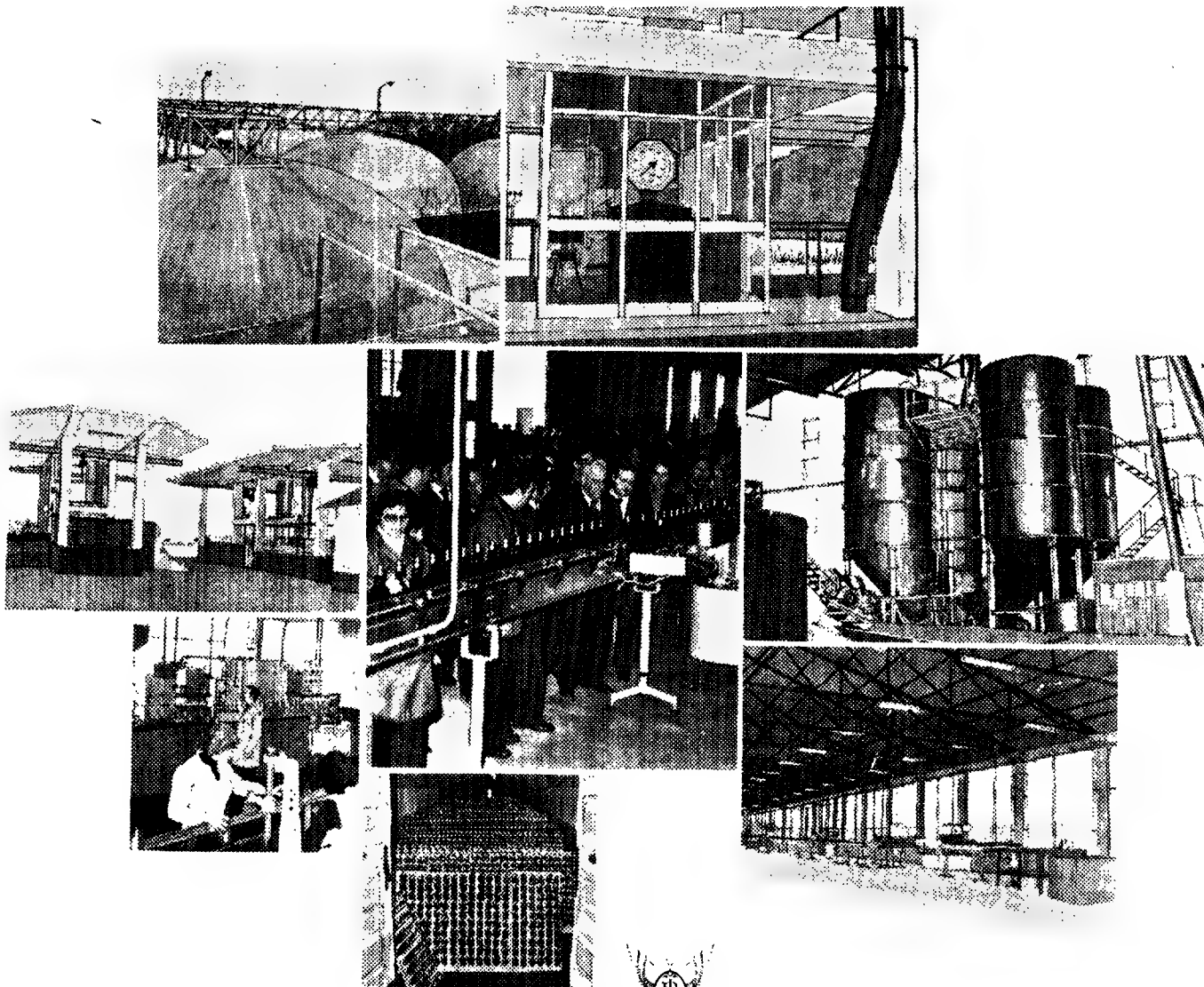
em varias regiões de Lisboa, os transportes públicos, por forma a que os respectivos utentes sejam beneficiados, sobretudo nas horas de ponta. Aquele veedor apontaria a urgência da instalação de um minicomputador na zona de Benfica, para além da imprescindibilidade da construção das faixas centrais e laterais em diversas vias lisboetas, devendo orçar as primeiras em 40 mil contos e as segundas entre 24 e 27 mil contos.

Registe-se ainda a inauguração, ontem à tarde, pelo dr. Athaide Ferreira, em representação do presidente Aquilino Ribeiro Machado, da exposição «Tipos e Costumes Populares de Lisboa», no Palácio dos Coruchéus, acto integrado nas Festas da Cidade, que como se sabe se prolongarão até ao fim do mês corrente.

Exploração
do "Infante
D. Henrique"

De acordo com um despacho publicado no «Diário da República», até às 11 horas do próximo dia 17 de Julho, recebem-se propostas, em carta fechada e lacrada, nos Serviços de Património do Gabinete da Área de Sines, na delegação de Lisboa, para a adjudicação da exploração do navio «Infante D. Henrique».

O acto público do concurso decorrerá às 12 horas do dia 17 de Julho nos Serviços de Património do Gabinete da Área de Sines, delegação de Lisboa. A caução provisória é de 500 contos.

QUANDO
O OBJECTIVO
É CRESCER...

BORGES

SOCIETATE DOS VINHOS BORGES & IRMÃO, S.A.R.L.

UM MILHÃO DE CAIXAS EM 1980

Para o nosso centenário, em 1984, prevemos uma produção que ultrapasse largamente um milhão de caixas por ano.

Um milhão é apenas a nossa meta em 1980.

Esta duplicação da nossa produção actual será o resultado que nos garante a conclusão das instalações, recentemente inauguradas, de Olival — Vila Nova de Gaia. Estas representam, na sequência dos empreendimentos de Vila Real (1964) e Lixa (1973), um passo firme e decisivo na nossa caminhada para o futuro. Porque o nosso objectivo é crescer... na continuidade de uma tradição sempre feita de autenticidade.

UNIÃO SOVIÉTICA

Visitando Moscovo e Leninegrado 1 SEMANA

PARTIDAS:
LISBOA 28 JUNHO
MOSCOW 18 JULHO
LENINGRADO 19 JULHO

INCLUINDO:

- Viagem em avião a jacto
- Estadia em Hotel 1*
- Pensão completa
- Transportes em terra
- Visitas e 2 espectáculos
- Assistência de delegado

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundado em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA A. da Liberdade 166 Tel. 171.41
PORTO A. dos Aliados 27 Tel. 317.921
COIMBRA Rua da Seta 2 Tel. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar 65 Tel. 25033/8
FUNCHAL Rua do Gorgulho 1 Tel. 31077/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

HA 30 ANOS, A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

Bento Caração contra "o medo generalizado"

Na sessão de 30 de Novembro de 1946, no salão de A Voz do Operário, o Movimento de Unidade Democrática afirmou-se como uma grande força política nacional e responsável. Foi nessa sessão que, presente e emocionado, Ferreira de Castro ouviu ler a mensagem que redigira e que constituiu um libelo sereno e forte contra a «censura». Dos oradores representativos da actividade cultural e científica, da actividade política, dos trabalhadores, da juventude, sem melindre se poderá destacar a oração do professor Bento de Jesus Caração. Essa análise corajosa e lúcida da situação da instrução pública no período do «Estado Novo» é um documento informativo e acusatório que tem a marca e o estilo de Bento de Jesus Caração.

«SENHOR PRESIDENTE, MEUS AMIGOS:

No documento lido pelo Prof. Azevedo Gomes, em nome da Comissão Central do MUD no início desta sessão, contém-se algumas interrogações acerca do problema da Educação Nacional em Portugal. Essas interrogações são de todo o ponto oportunas, dado que, entre a opinião manifestada pelo sr. presidente do ministério de que considerava urgente, há mais de 20 anos, naquele sector da Administração Pública uma vasta acção reformadora, e a inexistência dessa acção da parte dos sucessivos governos da sua presidência, existe uma patente contradição.

A esta pergunta legítima — onde está a Reforma de Instrução Pública do Estado Novo? — a quase totalidade dos portugueses responderá — essa reforma não existe. Tem-se mesmo chegado, por vezes, a anunciá-la. Pelo menos, se não uma reforma completa do nosso sistema de instrução, uma reformazinha em algum dos seus sectores — tal ministro anunciou uma reforma do Ensino Superior, e não foi capaz de a fazer, tal outro uma do Ensino Liceal, e recuou. De modo que, ao cabo de vinte anos, a situação é ou parece ser esta — nada de reforma, se bem que esteja sempre uma pronta a sair. E não faltará decerto aqueles que deste facto tirem a pronta ilação de incapacidade da chamada «democracia orgânica» para reformar o ensino em Portugal.

Pois bem, meus amigos, esta ilação não corresponde à verdade; nos últimos anos procedeu-se, no nosso País, a uma grande modificação no nosso sistema de ensino que constitui, não por certo uma vasta reforma, mas de seguro, uma profunda contra-reforma. Contra-reforma que não apareceu de uma vez, em bloco, nas colunas do «Diário do Governo», mas num conjunto de medidas pequenas, espaçadas, sem nexo aparente, mas não obedecendo menos a uma acção me-

tódicamente planeada, tenazmente executada.

É o enunciado de algumas etapas e dos resultados mais evidentes dessa contra-reforma que constitui o objectivo desta minha intervenção.

O GRAU DO NOSSO ATRASO

«Começamos por alguns factos facilmente referenciáveis por meio de datas, medidas administrativas e números.

Encontramos em 1937 a extinção das escolas oficiais infantis. O ensino infantil constitui hoje, em Portugal, um privilégio de classe só acessível a aqueles que podem arcar com as respectivas despesas. Da influência que esse facto tem na vida social do povo português conhece cada um pelas dificuldades próprias que ele lhe acarreta, conhecemos todos pelo espectáculo degradante que nos oferecem as ruas da cidade, peçadas de crianças nas mais aviltantes condições materiais e morais.

Encontramos ainda o encerramento das Escolas Normais em 1936, encerramento que se prolongou até 1942. Seis anos sem ensino de preparação de professores primários teriam de acarretar embaraços sérios para o funcionamento das respectivas escolas. Que o ensino primário entre nós nunca teve aquele grau de extensão e eficiência e aquela situação de proeminência que deve possuir em qualquer povo civilizado, sabemos-lo todos bem.

Mas que uma situação dessas, já suficiente para nos envergonhar há vinte anos, continue, não a mesma, mas agravada em forte medida, é facto que por si só chega para, sem remissão, condenar um regime.

E que não se trata apenas de termos estado, durante seis anos, sem escolas de preparação de professores primários. Esta medida deve ser considerada em conjunção com outra que a completa, agravando-a — a criação dos chamados postos de ensino ou postos escolares.

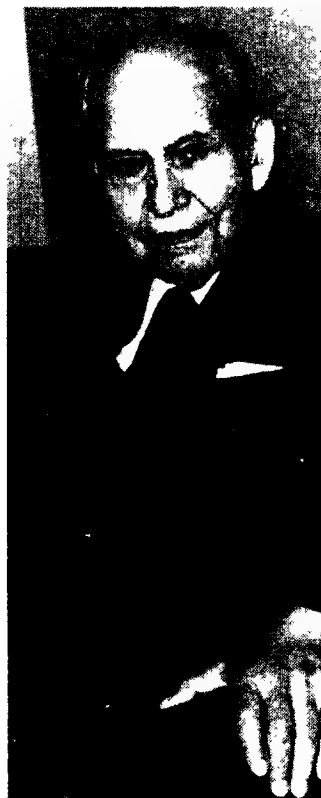
Toda a gente sabe o que são estes postos escolares — forma embrionária da escola elementar, lhes é chamado na introdução ao Decreto n.º 27279, de 24 de Novembro de 1936.

Neles se limita o ensino primário de 4 a 3 anos dando-lhes, por meio de professores reduzidos, os chamados regentes, às vezes semi-analfabetos, e com vencimentos reduzidos, a função reduzida de ensinar a ler, escrever e contar. Que esta medida foi tomada em larga escala, mostram-no os números oficiais seguintes — no ano lectivo de 1943-1944, havia 10.339 professores primários e 3.083, quase um terço, de regentes.

E não se julgue que, com a criação dos postos, se procurou apenas uma solução de emergência, como seria o caso

se eles fossem instalados em sítios onde não houvesse escolas primárias e enquanto elas lá não fossem criadas. Não, não só eles foram, por vezes, substituir escolas extintas, como ainda, na citada introdução ao Decreto n.º 27279, se diz que «pondo termo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas, ainda que de simpático bairrismo, o problema da educação popular só pode ser resolvido — e há-de sê-lo dentro do vasto programa de reconstrução nacional já aprovado — por meio de maior difusão de postos escolares».

A situação a que esta política de instrução nos conduziu é simplesmente esta — somos hoje o país da Europa com o



Ferreira de Castro: um libelo contra a censura

mais baixo esquema de instrução pública. Com efeito, somos o único país da Europa em que a obrigatoriedade de instrução pública para todos, se estende legalmente apenas pelos 4 anos que vão dos 7 aos 11 anos de idade.

Por toda a parte, o ensino para todos, começando aos 6 ou 7 anos, vai até aos 13 ou 14 e, nalguns países mais adiantados, ainda para além desta idade. Na Suíça, por exemplo, vai até aos 15, na Inglaterra até aos 15 e está sendo introduzido até aos 16, na Rússia até aos 15 e estava sendo introduzido até aos 18, antes da agressão alemã.

Se a isto juntarmos que os nossos postos de ensino reduzem ainda os quatro anos para três, fica bem patente, creio eu, o grau do nosso atraso, e até do que se retrocedeu nesta matéria nos últimos vinte anos.

VINTE ANOS DE «POLÍTICA DO ESPÍRITO»

«Eu não sei se todos os portugueses se deram já conta da nossa real situação a este respeito, mormente se nos recordamos de que vivemos numa época que bem pode designar-se por idade da técnica.

Creio bem que não, e julgo por isso oportuno oferecer à vossa meditação alguns números elucidativos.

Pelo último censo estatístico do povo português, verifica-se que a percentagem dos indivíduos maiores de 7 anos

que sabem ler é de 47,5 por cento, o que nos dá uma taxa de analfabetismo de 52,5 por cento. Mas estes números ainda nos não dizem tudo; a situação é muito mais grave, se pensarmos em que bom número daqueles que a estatística nos diz que sabem ler, são pessoas cujo grau rudimentar de instrução, adquirida em postos escolares, em escolas regimentais ou em ensino doméstico, não oferecem garantias de não serem ou virem a ser, a breve trecho, analfabetos totais. Procuremos, portanto, no censo da população, aqueles que possuem ao menos a instrução primária ou a frequentam ainda. Esses constituem apenas 19,5 por cento da população maior de 7 anos. Um índice mais expressivo ainda, nos é dado pelo estudo do grupo de população dos maiores de 20 anos. Num total de 4 milhões e 500 mil maiores de 20 anos há apenas 630 mil que possuem instrução primária completa, ou seja uma percentagem de 14 por cento, o que nos leva a taxa de iletrados reais para a casa dos 86 por cento.

Bem sabemos que tudo isto tem as suas raízes no passado, que não quero aqui isentar das culpas que lhe cabem. Mas 20 anos são 20 anos — países há que, em menos tempo, operaram uma viragem total — e as responsabilidades desses 20 anos são tanto maiores quanto eles constituem, conforme nos tem sido dito e repetido, a época da política do espírito.

Vejamos ainda, porque vale a pena, alguns números mais.

Há vinte anos, as despesas de instrução pública tomavam aproximadamente 9,3 por cento das despesas totais do Estado — percentagem baixa, vergonhosamente baixa, forçoso é afirmá-lo. Mas com não pequeno espanto se verifica que a política do espírito foi abaixando lentamente esta percentagem que, antes da guerra, tinha caído para 8 por cento e agora, passada ela, se fixou na casa dos 7 por cento.

Outros índices não menos expressivos nos oferece o último Orçamento Geral do Estado — o deste ano, 1946. Nele se atribui a toda a instrução primária no País uma verba (110 000 contos) inferior em mais de 10 000 contos à verba ordinária da segurança pública (Polícia e Guarda Nacional Republicana). Com a PSP gastasse, aproximadamente, o mesmo do que com todo o ensino universitário e de Belas-Artes. Só a verba ordinária atribuída à GNR é superior em mais de 1 000 contos às verbas somadas do ensino liceal e técnico elementar e médio.

Alguns destes números talvez tenham de ser revistos, dir-me-ão, pois há a contar com a verba extraordinária de 67 500 contos inscrita no Orçamento para a construção de edifícios escolares.

Esperemos pela publicação das Contas, para vermos o que aconteceu a essa verba — em 1944 foram orçamentados 20 000 contos para a construção de escolas primárias e não se chegaram a gastar 2800».

O MEDO GENERALIZADO

«Passemos agora a referir rapidamente alguns factos que, não sendo traduzíveis em números, não são no entanto menos elucidativos acerca do problema que estamos estudando.

Em que condições exerce

hoje o professor o seu mister de ensinar? Pergunta capital, em cuja resposta vai muito da eficiência da Escola e do valor intelectual e moral do ensino. Posso afirmar, sem receio de exagerar, que essas condições se caracterizam essencialmente assim: deficiência de meios pedagógicos; deficiência de meios materiais da vida do professor; limitação das condições de independência mental dos agentes educativos.

O professor hoje, em Portugal, vive com dificuldade de vida e com medo, esse terrível medo que se apoderou da quase totalidade da população portuguesa. Tenho já o tempo de vida bastante para poder ter observado, durante mais de 20 anos, a evolução duma certa corporação científica, e ter verificado nela a instalação e o alastramento desse processo de destruição progressiva do professor português. E é preciso registar que, a despeito de casos isolados de resistência heróica, esse processo de destruição tem produzido os seus efeitos.

A coisa vai mesmo mais longe — a política do medo não atingiu apenas uma determinada camada social ou profissional. Não, essa política foi a todos os sectores da vida nacional e a todos os núcleos de actividade privada e pública, procurando transformar-nos num povo aterrado, reduzido à condição jeprimente de passarmos a vida a desconfiar uns dos outros. Mas o que é mais curioso, nesta questão, é que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu apenas que os pequenos tenham medo uns dos outros e dos grandes, ou os indivíduos tenham medo das instituições. O próprio Estado foi vítima do seu jogo e acabou por ser tomado de medo dos cidadãos. Pois não é verdade que é a polícia política hoje quem supervisa o recrutamento dos funcionários e até a dos investigadores científicos? Porque é senão por medo, que se gasta mais com a segurança do que com a instrução primária?

E porque é ainda, senão por medo, que se não fazem eleições livres?

De forma que, temos de o concluir, a primeira coisa a fazer para sermos gente é extrair o medo dos corações dos portugueses, fazendo deles homens generosos e fortes, libertos da grilheta da mais aviltante das escravidões.

UMA ESCOLA ANTIDEMOCRÁTICA

«Um outro aspecto desta mesma questão é o resultado dum conjunto de medidas tendentes a fazer da nossa Escola uma Escola antidemocrática. Ela é-o de facto hoje, por vários motivos. Porque o seu ensino, nas matérias que a isso de perto ou de longe se prestam, é tendencioso; basta citar as deformações do ensino da História e da Moral nos Liceus, e esse monstro grotesco que é o livro único das escolas primárias. Muitos pais aqui poderiam dizer, melhor do que eu, das horas angustiadas que têm passado para conseguir libertar os filhos da deformação mental que a Escola de hoje lhes impõe.

É ainda antidemocrática pelas condições em que nela se faz a selecção dos estudantes. Contra o que tende hoje a ser praticado em toda a parte, o elemento fundamental da selecção entre nós é o dinheiro, cada vez mais dinheiro, trans-

formando a aquisição da cultura, para cima da instrução primária, no mais repelente dos monopólios. Ainda a este respeito, a estatística nos fornece um precioso elemento de apreciação. Pelo censo de 1940, a percentagem dos indivíduos da população maior de 7 anos que possui ou frequenta o ensino secundário em qualquer dos seus ramos é de 2,2 por cento. E se pensarmos em que o nível desse ensino secundário não vai por vezes além do do ensino obrigatório nalguns países civilizados, chegamos à dura conclusão de que 98 por cento dos portugueses estão fora daquele conjunto de conhecimentos que é hoje normal considerar como devendo ser possuídos por todos.

Haverá quem objecte por certo que isso não representa propriamente um monopólio de classe já que, graças ao sistema das bolsas de estudo, nos tais 2 por cento há certamente filhos de gente desprovida de recursos. Não o nego, mas atente-se na exígua percentagem de bolsas de estudo a conceder, e logo se notará que ainda aí operou o medo — desta vez o medo de poder vir a dar-se o caso de os filhos do povo irromperem em massa entre os senhores doutores.

A nossa Escola é ainda antidemocrática porque à massa estudantil que a frequenta foram há muito tirados os direitos de livre agremiação. E eu, que já fui professor, sei muito bem o papel salutar que desempenha numa escola a existência de associações académicas livres.

Meus amigos: De tudo o que disse resulta esta conclusão que eu bem desejaria que ficasse marcada a letras de fogo nas nossas consciências — é que o problema do ensino entre nós ultrapassou já de longe, o plano da urgência ou não-urgência da sua reforma.

Os estragos produzidos por um sistema decrépito de estudos, e que já agora levarão muitos anos a reparar, são de tal ordem que o problema se coloca noutra plano — o da existência nacional. É que eu não creio que tenha grande probabilidade de sobrevivência, por muito tempo, como nação de facto independente, um país que, na idade da técnica, tem, sobretudo nos ramos primários e técnicos, uma ruína de ensino como nós temos.

O Sr. presidente do ministério disse, no seu discurso, que se aproximam tempos em que uma grande divisão separe os portugueses — a divisão entre os que servem a Pátria e os que a negam. Eu estou convencido de que esses tempos não se aproximam — estamos neles. E ainda de que se todos os portugueses, em plena consciência e sentido de responsabilidade, tomarem o seu partido em relação a este problema crucial — ser por uma viragem total no sentido do nosso apetrechamento cultural e técnico, ou ser pelo prolongamento do abismo de ignorância e obscurantismo em que se está fazendo mergulhar o povo português — se todos tiverem a coragem de o fazer publicamente, então ficaremos sabendo bem quais são os portugueses que negam a Pátria e quais aqueles que a servem».

Em ALVERCA o

Diário de Lisboa

vende-se na

TABACARIA FERREIRA

R. Manuel Maria Vieira, 7

U.R.S.S.

VIAGENS DE TURISMO COM VISITAS SOCIAIS - 1 SEMANA

Partidas incluindo MOSCOVO e Jul. 18 KIEV-VOLGOGRADO
25 KIEV
Ago. 1 TALLIN-LENINEGRADO
8 ODESSA-KIEV
15 LENINEGRADO
22 LENINEGRADO-KIEV
22 KIEV
29 LENINEGRADO-KIEV
Set. 5 LENINEGRADO

TUDO INCLUIDO

Informações e inscrições das 15 às 20 h na

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-U.R.S.S.

R. S. CAETANO, 30-TELEF. 601099-601199-601194

ORGANIZAÇÃO DA MUNDIRAMA

MÉDIO ORIENTE

Iémen do Sul: calma após o golpe

A situação era calma hoje de manhã em Aden capital do Iémen do Sul, onde não se ouviu mais nenhum tiro, afirma a agência iraquiana de informação «INA» numa emissão captada em Beirute.

A rádio sul-iemenista retomou esta manhã as suas emissões normais que tinha interrompido ontem à meia-noite, acrescenta a agência. Um boletim noticioso foi difundido retomando os comunicados publicados ontem pela Frente Nacional (no Poder) designadamente o que anuncia a execução de dois membros do gabinete político, Hajem Saleh e Ali Salem Al Auar.

No espaço de poucas horas, a tendência dita pró-soviética venceu no Iémen do Sul, onde o chefe do Estado, Salem Robaye Ali, foi executado pouco depois de ter tentado tomar o poder pela força das armas.

Robaye Ali, que era favorável às teses chinesas e a uma aproximação com os Estados «moderados» do Golfo Pérsico, foi substituído pelo primeiro-ministro, Ali Nasser Moamede. Este é um colaborador íntimo de Abdel Fattah Ismail, secretário-geral da Frente Nacional (FN), no Poder.

A discórdia existia já há vários meses. Além da sua hostilidade à formação de um «partido de vanguarda», Salem Robaye Ali, segundo certas informações disponíveis, desenvolvia actividades políticas no seio do Exército consideradas «suspeitas». Segundo o

jornal libanês «Al Safir» (esquerda) Robaye Ali tinha estabelecido contactos secretos com a Arábia Saudita, e a sua suposta participação no assassinato no sábado passado do presidente do Iémen do Norte, o tenente-coronel Ahmad Al Ghachmi, foi a gota que fez transbordar o copo.

Evocando este assassinio, o comunicado final publicado hoje pela Frente Nacional confirmou implicitamente esta suspeita e condena «os actos unilaterais que não reflectem em nada o ponto de vista dos outros dirigentes do Iémen do Sul».

Para os observadores, o homicídio do presidente Al Ghachmi e a tentativa de golpe de Estado de Salem Robaye Ali visavam um mesmo objectivo: Assegurar o controlo «moderado» sobre os dois Iémenes para «cercear o perigo soviético que se tornou ameaçador».

O Iémen do Norte nunca foi um Estado turbilhão, dizem os observadores. O sucessor de Al Ghachmi, o cadi Abdel Kerim Al Archi, pode ser considerado como homem de religião, um firme guardião dos valores islâmicos e árabes tradicionais.

No Iémen do Sul, o poder está hoje nas mãos de dirigentes que proclamaram ser sua intenção «salvaguardar os laços naturais e de amizade com todos os Estados irmãos e amigos e todos os países da região, na base do respeito da soberania nacional».

EUROPA

Islândia: vitória da esquerda derruba Governo "centrista"

Ganhos espectaculares da esquerda nas eleições gerais islandesas derrubaram o Governo do primeiro-ministro, Geir Hallgrímsson, mas não conseguiram obter uma maioria no «Althing» (Assembleia Nacional).

Embora a coligação governante dos partidos da Independência e Progressivo tenha mantido uma maioria de quatro lugares na sequência do escrutínio de ontem, o partido Progressivo anunciou que se afasta do Governo.

Os partidos Comunista e Social Democrata obtiveram importantes sucessos, obtendo cada um 14 dos 60 lugares do «Althing». O partido da Independência, de Hallgrímsson e o partido Progressivo perderam cada um cinco lugares, mantendo 20 e 12 respectivamente.

Os sociais democratas reivindicaram a maior vitória, conquistando mais nove lugares desde a última eleição, há quatro anos.

Apesar do anúncio do partido Progressivo, Hallgrímsson ainda não indicou quando se demitirá.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Einar Agustsson,

líder do partido Progressivo (centrista) declarou que a enorme perda sofrida pelo seu partido tem de significar que os eleitores não querem que os progressivos participem no governo.

Pelo seu lado, o dirigente social democrata, Benedikt Gröndal, comentou que os enormes ganhos do seu partido foram uma grande surpresa.

O partido da Independência, que obteve 25 lugares em 1974, continua a ser o maior partido. Os progressivos, o segundo maior no «Althing» há quatro anos, sofreram uma pesada derrota, tornando-se o mais pequeno.

O principal tema da campanha eleitoral foram os salários, nesta nação onde a inflação se tem estado a cifrar em 40 por cento anualmente.

O primeiro-ministro anunciou ontem à noite que convocou para hoje uma reunião do Gabinete para «passar em revista a situação».

Esta é a medida correcta, nesta altura, porque a sua coligação continua a ser majoritária no Althing, declarou. Contudo acredita-se que a sua demissão seja apresentada neste encontro.

Polícia procura pistas dos bombistas de Versalhes

A Polícia francesa pesquisa hoje entre os destroços no Histórico palácio de Versalhes procurando descobrir pistas para chegar à organização responsável pela explosão de uma enorme bomba ontem que causou extensos danos em pinturas e mobiliários de valor incalculáveis.

Pelo menos três organizações reivindicaram a responsabilidade pela explosão mas a Polícia disse que apenas estava a considerar seriamente o Exército de Libertação Bretão (ARB), pois apenas os separatistas bretões têm conhecimentos e explosivos suficientes para realizar tal ataque, embora não haja provas definitivas de que estão envolvidos.

Hubert Landais, director do serviço de museus francês, declarou que os danos, apenas no edifício, poderiam ser de pelo menos cinco milhões de francos (45 milhões de escudos) mas declarou que os estragos causados em tesouros ali existentes eram incalculáveis.

Cerca de dez salas foram atingidas e o conteúdo de três foi praticamente destruído.

Severamente atingida foi uma enorme pintura de 1812 mostrando Napoleão a entregar as primeiras Legiões de Honra da França. O curador do museu declarou que a tela foi reduzida a farrapos mas tinha possibilidades de recuperação.

Diplomata soviético desaparece na Suíça

Um diplomata soviético, Vladimir B. Rezoun, desapareceu há duas semanas do seu posto em Genebra, soube-se hoje de fonte diplomática.

Rezoun é secretário da missão permanente da URSS na ONU. O seu nome encontra-se em 34.º lugar na lista oficial dos 40 diplomatas acreditados em Genebra.

Também se desconhece o paradeiro da sua mulher e dois filhos.

Segundo fontes diplomáticas,

indica-se que a missão soviética pediu às autoridades suíças que as informasse sobre o destino de Rezoun, mas as referidas autoridades parecem ignorar tudo sobre o caso.

A mesma diligência foi efectuada nos Estados Unidos e o Departamento de Estado deu uma resposta idêntica, segundo anunciaram fontes americanas.

Na missão soviética o conselheiro Alexandre I. Ivanov recusou-se a responder aos jornalistas e não forneceu qualquer detalhe sobre o caso.

AFRICA

FLNC rejeita "amnistia" oferecida por Mobutu

A Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) e dois outros grupos da oposição zaireense rejeitam a «amnistia» oferecida há três dias por Sua Excelência o general do Exército Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu Na Za Banda, presidente-fundador do Movimento Popular da Revolução e presidente da República do Zaire, aos seus adversários políticos exilados.

A FLNC, que esteve por trás da rebelião do mês passado na província de Shaba, denuncia num comunicado a amnistia proposta como «uma armadilha política destinada a preparar um novo banho de sangue».

«A incapacidade política e económica do regime foi provada durante os seus doze anos no Poder. A sua demissão imediata continua a ser a única solução para as massas congolesas», afirma.

O comunicado salienta que ao mesmo tempo que era declarada a «amnistia», pessoas continuavam a ser assassinadas no Shaba — que confina com a Zâmbia e Angola — bem como na província de Kasai, no Norte de Shaba, e mesmo em Kinshasa.

ÁFRICA DO SUL:

FALA-SE EM SUFRÁGIO UNIVERSAL

O Congresso Provincial do Natal do Partido Progressista-Federal (PPF) — oposição parlamentar oficial — pronunciou-se, pela primeira vez, a favor do sufrágio universal na África do Sul, soube-se aqui, na segunda-feira.

Se este exemplo for aceite pelas outras secções do PPF, seria a primeira vez que um partido representado no Parlamento racista de Vorster se pronuncia a favor do sufrágio universal. Na África do Sul, até agora, apenas os brancos elegem representantes para o Parlamento do Cabo.

ZAPU DESMENTE MASSACRE DOS MISSIONÁRIOS

A ZAPU, uma das componentes da Frente Patriótica do Zimbábue, afirmou ontem que não era responsável pelo assassinio de 12 missionários brancos na Rodésia, endossando todas as responsabilidades por este massacre para as tropas especiais de Ian Smith.

Um porta-voz da organização, Saul Ndlovu, indicou, em Lusaca, que a Frente Patriótica não tinha nenhum motivo para matar os missionários que, acentuou, sempre simpatizaram com a causa da maioria negra. «Este tipo de acções», indicou ainda Ndlovu, «é obra do regime de Smith que, dessa forma, pretende desacreditar a Frente Patriótica».

EUA

Carter: relações com a URSS são estáveis

O presidente dos EUA, James Carter, afirmou que são estáveis as relações EUA-URSS e que se conseguem êxitos nas conversações importantes travadas entre os dois países, ao mesmo tempo que correm rumores de uma nova possível troca de prisioneiros entre Washington e Moscovo, clima que é influenciado por um aparente abrandamento da retórica da guerra fria.

Uma hora após as suas declarações numa conferência de Imprensa, funcionários da Secretaria de Estado revelaram um sinal de optimismo: as autoridades soviéticas concordaram em libertar o homem de negócios norte-americano Jay Crawford, passando-o para a custódia do embaixador dos EUA, Malcolm Toon, enquanto se desenvolvem novos procedimentos judiciais.

Na Nova Jersey, entretanto, um tribunal dos EUA concordou em libertar dois cidadãos soviéticos, acusados de espionagem, colocando-os sob a custódia do embaixador Anatoly Dobrynin, até ao julgamento.

«Tudo leva a crer que se prepara uma troca» — comentou um funcionário de Washington.

Na conferência de Imprensa, ontem concedida, Carter renovou o seu convite para que Brejnev visite Washington. Disse, no entanto, não acreditar na viabilidade imediata dessa visita, pelo menos até que se consiga um acordo nas negociações em curso.

Afirmou que os EUA querem a paz tanto com a China como com a União Soviética, numa resposta às afirmações de sábado de Brejnev, de que os EUA se preparam «para jogar a cartada chinesa», lançando Pequim contra Moscovo, em benefício de Washington.

Suárez com Hassan

O primeiro-ministro espanhol Adolfo Suárez chegou ontem a Marrocos para uma visita de dois dias a fim de efectuar conversações com o rei Hassan sobre a tensa situação no noroeste da África.

Suárez, na sua primeira missão diplomática em África, seguiu directamente para o palácio real em Fez para conferenciar com o monarca.

Círculos oficiais disseram que o primeiro-ministro espanhol e o soberano marroquino discutiram a «maneira de aliviar a tensão, particularmente no Sara Ocidental», que foi «cedido» pela Espanha ao Marrocos e à Mauritânia há dois anos. Desde então a Frente Polisário apoiada pela Argélia — tem estado a travar uma guerra pela independência do país.

A questão das ilhas Canárias, que o Marrocos reconhece como território espanhol soberano, será também abordada em face de uma decisão da Comissão de Libertação da Organização da Unidade Afri-

cana (OUA) de apoiar o movimento de independência das Canárias que tem a sua sede na Argélia, o MPAIAC.

Um aumento na «cooperação bilateral» e o futuro dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, na costa setentrional do Marrocos, também figuram entre os tópicos discutidos.

MIRAGES

Entretanto, a assinatura de um contrato de compra de 48 «Mirage F-1» pelas forças armadas espanholas à França foi confirmada oficialmente pelo ministério da Defesa.

Estes aviões de combate virão a juntar-se, entre 1980 e 1982, aos 30 «Mirage III» e aos 24 «Mirage F-1» que já estão em serviço na Força Aérea Espanhola. Em 1982 a Espanha disporá de uma centena de aparelhos franceses de primeira linha e de outros tantos aparelhos americanos. A Espanha possui actualmente «Phantoms», «F-4» e «Northrop F-5».

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Em OLHAO o **Diário de Lisboa** esta a venda no Quiosque da Praça Patrão Lopes

1 semana na SUÉCIA e DINAMARCA

JUNHO 5 JULHO 17 AGOSTO 7, 14, 21 SETEMBRO 4, 18

- Viagem em avião
- Estadia no Hotel
- Transportes em terra
- Acompanhante

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade, 150 • Telef. 371341
AV. dos Aliados, 207 • Telef. 317821
PORTO Rua da Sola, 2 • Telef. 27011/2
COIMBRA Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 25035/6
FARO Rua do Gorgulho, 1 • Telef. 31077/8
FUNCHAL Rua do Gorgulho, 1 • Telef. 31077/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

FÉRIAS NA MADEIRA

1 SEMANA

Partidas às 2.ªs, 5.ªs e Domingos

Preços excepcionais desde **3.700\$**

INCLUINDO:

- Viagem em avião a jacto TAP
- Estadia no Hotel
- Transportes em terra
- Visita turística
- Assistência de delegado

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade 150 Telef. 371341
AV. dos Aliados, 207 Telef. 317821
PORTO Rua da Sola, 2 Telef. 27011/2
COIMBRA Rua Cons. Bivar, 65 Telef. 25035/6
FARO Rua do Gorgulho, 1 Telef. 31077/8
FUNCHAL Rua do Gorgulho, 1 Telef. 31077/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Critica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

'OS AMANTES DO ANO I' de Jaroslav Balík

FICHA:

Título original: Milenci y Roco jedna

Realização: Jaroslav Balík

(Checoslováquia-1973)

Argumento: Jan Otcenasek e J. Balík

Fotografia: Jan Curik

Música: Karel Mares

Interpretação: Marta Vancirova (Helena), Viktor Preiss (Paul), Libuse Svormova (Olga), Petr Svojtka (Eugene), Jana Svandova (Jana), Ota Sklenicka (o realizador), etc.

Distribuição em Portugal: Astória filmes

Cinema: Quarteto — sala 4

Classificação: Não acons. men. 13 anos.

A cinematografia checa é uma das muitas que só com extrema raridade chegam aos ecrãs portugueses. Um filme checo em estreia poderia, assim, ser uma espécie de acontecimento. Infelizmente não é o caso.

De facto, na década de 70, a cinematografia checa perdeu não só o impulso que, nos anos



Uma história de amor banal no eterno cenário da guerra

60, a catapultara para o primeiro plano das atenções mundiais (através de nomes como Milos Forman, Vera Chytilova, Jaromil Jires, Jan Kadar, Jiri Menzel, Jan Nemecek), como se anquilosou a um extremo lamentável. De todos os países do Leste Europeu a Checoslováquia produziu hoje o cinema mais conformista e menos dinâmico, ela que chegou a estar na vanguarda. Hoje esse lugar está ocupado pela Polónia e pela Hungria (cinematografias também pouco divulgadas entre nós).

Os amantes do ano I não foge ao marasmo geral. E de no-

vo o fantasma da última guerra que está em cena, é ainda uma história banal e sem qualquer força que serve de argumento; um trabalho de funcionário. Seria aliás curioso que um dia se fizesse uma estatística sobre a percentagem de filmes que, na generalidade dos países do Leste Europeu, vão à guerra buscar os temas a encenar. Os resultados seriam, por certo, intrigantes. É quando em todo o mundo, a guerra é já um fenómeno longínquo, naqueles países ela é trazida com (inexplicável?) frequência para os ecrãs. E já passaram trinta longos e conturbados anos. Claro que é possível afirmar-se que a guerra é, para aquelas nações, um momento decisivo da sua História Contemporânea, momento de dor e regozijo. Mas, mesmo assim, esse olhar para o passado, olhar nem sequer crítico e distanciador, não pode

deixar de ser interpretado como um recalamento do presente, o diluir das contradições no esquematismo maniqueu da época da Libertação. O que levanta graves e irrespondíveis questões.

De resto as cinematografias polaca e húngara há muito que mandaram para o sótão essa obsessão. Curiosamente a Checoslováquia regressa a ela, em força, esta década. Uma vez sob a forma de espectaculares mamutes históricos (como os filmes de Otakar Vavra), outras sob a mediocridade destas histórias de amor (de que Os amantes do ano I é, no entanto, das mais visíveis).

Como foi possível o afundamento da cinematografia checa, eis uma questão que não cabe neste texto mas que, cedo ou tarde, será necessário equacionar e resolver. Escamoteá-la é que, certamente, não serve a ninguém.

Guarany já recuperou

Já totalmente recuperado da última colhada que sofreu, o «diestro» Fernando Guarany procura provar que aquilo foi apenas um acidente de percurso. Na sua última corrida, no Alvor, o cigano brasileiro entusiasinou o público frente a um touro de grande cornea e com 450 quilos de peso.

Abrindo a parte apeada da corrida, Guarany lanceou o capote com muita expressão, desenhando meia dúzia de verónicas cingidas que saíram bem, apesar do vento que soprava. Na muleta, conseguiu o máximo com a mão esquerda desenhando uma série de naturais (música) intercalados com derechazos numa enorme variedade de passes.

Teimoso como sempre, Gua-



rary já conseguiu distanciar-se daqueles «tempos» que passou à porta do Campo Pequeno, em greve de fome, metido num caixão, exigindo uma oportunidade.

"Nanouk o Esquimó"

Realizado por Robert Flaherty em 1922, «Nanouk o Esquimó» é projectado hoje, pelas 18.15, no cinema do Palácio Foz.

Refira-se que R. Flaherty foi um dos pioneiros do cinema documental e mostra-nos, nesta sua obra, a forma como se consegue compor na tela o estado natural de uma vivência humana, com todo o seu realismo.

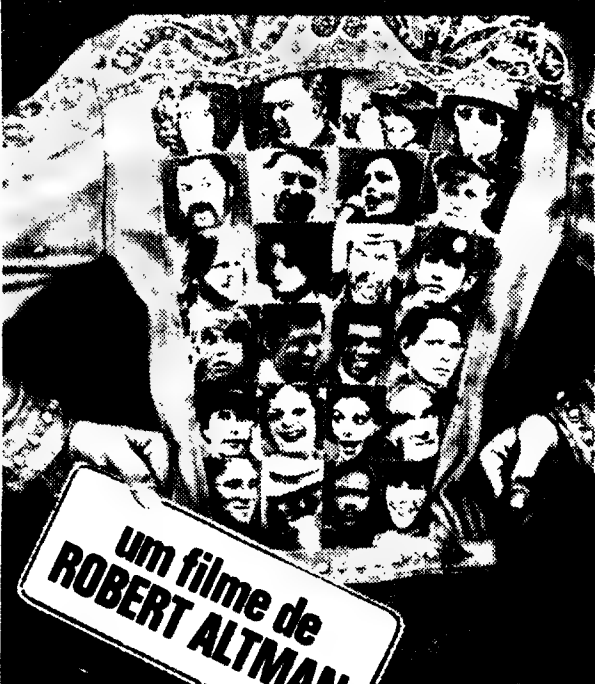
Em «Nanouk o Esquimó»,

sem dúvida um marco glorioso do cinema documental, vemos os rebanhos de renas, a aspeira da vegetação, a eterna presença da neve, descrevendo no pitoresco uma realidade na luta de viver contra o tempo, organizando a vida no quadro dos meios naturais.

Ao exibir este filme de Robert Flaherty, o «Foz» vem permitir o debate do cinema como arte e como linguagem.

A grande epopeia musical da juventude!

Todos os caminhos vão dar a
NASHVILLE



um filme de
ROBERT ALTMAN

DAVID ARKIN
BARBARA BAXLEY • NED BEATTY • KAREN BLACK • RONEE BLAKLEY • TIMOTHY BROWN
KEITH CARRADINE • GERALDINE CHAPLIN • ROBERT DOQUI • SHELLEY DUVALL • ALLEN
GARFIELD • HENRY GIBSON • SCOTT GLENN • JEFF GOLDBLUM • BARBARA HARRIS • DAVID
HAYWARD • MICHAEL MURPHY • ALLAN NICHOLS • DAVE PEEL • CRISTINA RAINES • BERT
REMSEN • LILY TOMLIN • GWYNETH HUGHES • KEENAN WYNN
IN COLOR • PANAVISION

A PARTIR DE HOJE
ÀS 21.15



Oscar da academia para
a melhor canção original.

Filmes Lusomundo

A grande aventura do homem
desde a sua origem.

A BÍBLIA



com

PETER O'TOOLE • GEORGE C. SCOTT

RICHARD HARRIS • AVA GARDNER

GABRIELE FERZETTI • FRANCO NERO

JOHN HUSTON • ELEONORA ROSSI DRAGO

com MICHAEL PARKS - Adão • ULLA BERGRYD - Eva

Produção de DINO DE LAURENTIIS - Realização de JOHN HUSTON

A PARTIR DE HOJE Technicolor

ÀS 15.00

Berna

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

TEATRO ABERTO

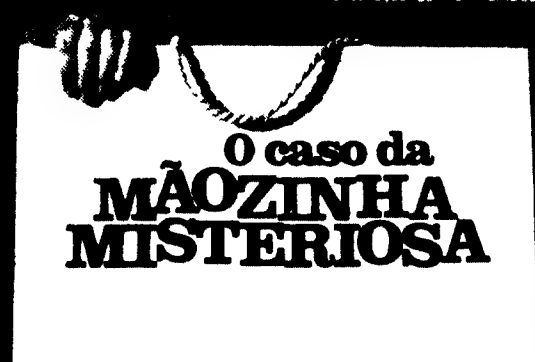
P de ESPANHA
(metro PALHAVA)

telex 77 09 69

grupo 4
APRESENTA

a sátira musical

de ARY DOS SANTOS • AUGUSTO SOBRAL • RUI MENDES
FERNANDO TORDO • PAULO DE CARVALHO • PEDRO OSÓRIO
encenação de RUI MENDES



um espetáculo de 3 F.C.

espetáculo não aconselhável a menores de 13 anos

3.ª, 4.ª, 5.ª, e 6.ª, FEIRAS: ÀS 21.45
SÁBADOS: ÀS 20.30 E 23 HORAS
DOMINGOS: ÀS 15.30 E 21 HORAS

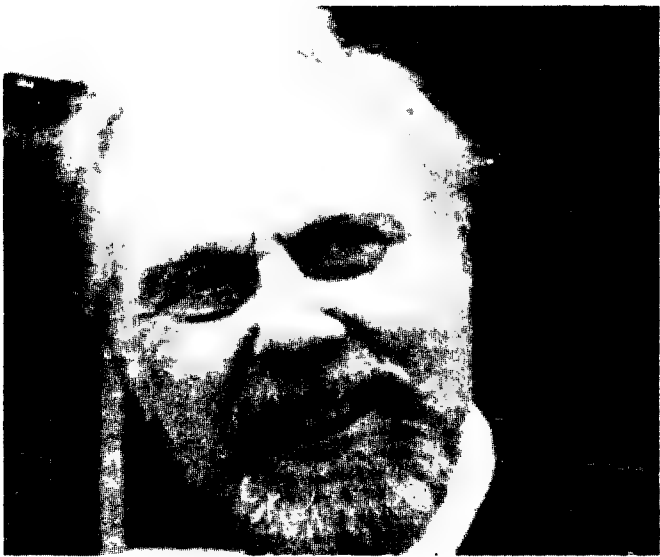
3.º MÊS

UM CASO SÉRIO (DE MORRER A RIR) COM



HENRIQUETA MAYA	PAULO DE CARVALHO	FERNANDO TORDO	RUI MENDES
MORAIS CASTRO	LUISA BASTO	PEDRO OSÓRIO	HELENA ISABEL
FERNANDA COMBRA	CARLOS GONÇALVES	ALVARO FARIAS	ADELAIDE FERREIRA
PAULO GODINHO		MANUEL MENDONÇA	

Hoje



«O Perito»

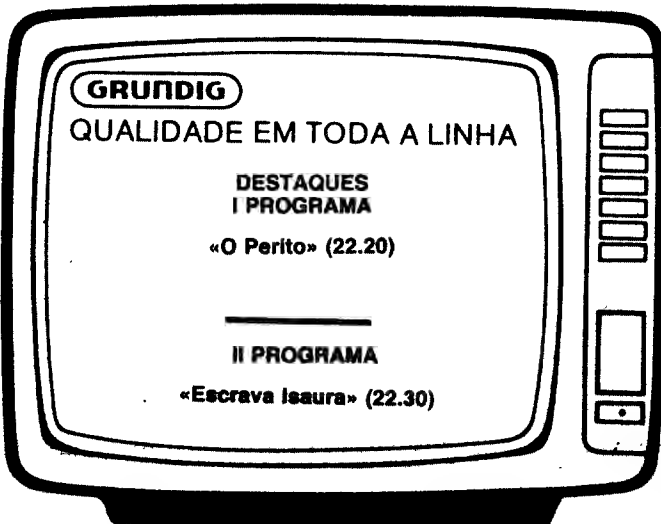
I PROGRAMA

- 18.25 **Telejornal** - 2.ª edição.
 18.32 **Lições de Basquetebol** - 6.ª lição.
 18.55 **Um Mundo para Descobrir**
 19.25 **Colectividades**
 20.00 **Telejornal** - 3.ª edição.
 20.35 «O Casarão» - episódio n.º 127 da telenovela de Lauro César Muniz. Realização de Daniel Filho. Produção da Central Globo de Televisão.
 21.10 **O Tempo**
 21.20 **Forum** - o debate, o comentário e a documentação.
 22.20 «O Perito» - 8.º episódio: «Falsa Segurança».
 23.15 **Telejornal** - 4.ª edição.
 23.20 **Fecho**

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

- 19.00 **Ano Propedéutico**
 22.00 **Telejornal**
 22.30 «Escrava Isaura» - repetição do episódio n.º 89.
 23.03 **Fecho**



Amanhã

I PROGRAMA

09.15: Ano Propedéutico; 12.10: Falemos de Agricultura; 12.40: «Escrava Isaura» - episódio n.º 92; 13.15: Telejornal - 1.ª edição; 18.35: Telejornal - 2.ª edição; 18.32: «Sandman»; 18.45: «Filopat e Patefil»; 18.50: «Corrida do Ouro» - 1.ª edição; 19.15: Lamié; 19.45: Vamos Jogar no Totobola; 20.00: Telejornal - 3.ª edição; 20.35: «O Casarão» - episódio n.º 128; 21.05: O Tempo; 21.15: Concurso 31 de Bocas; 22.25: A Viagem - «Maio Extremadura»; 23.30: Telejornal - 4.ª edição; 23.40: **Fecho**.

II PROGRAMA

19.00: Ano Propedéutico; 22.00: Telejornal; 23.30: «Escrava Isaura» - repetição do episódio n.º 90; 23.05: **Fecho**.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
 COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ
 E EFICIENCIA
 DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO
 PERMANENTE

Telefs. 88 27 86 - 89 98 26

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Maceu, 8

Canal da Crítica

PALAVRAS CARAS E RENDAS NA PROPORÇÃO DAS PALAVRAS

Pois a ópera...o **Trovador** à segunda-feira...Num dia destinado ao teatro...Vocês sabem, não tenho nenhum preconceito em relação à ópera, a não ser queixar-me de se transmitir tão pouca pela Televisão portuguesa. Simplesmente, a segunda-feira era para teatro, teatro propriamente dito, e devia respeitar-se a tradição. Já agora quero recordar uma promessa, relativamente ao teatro, feita pelos então responsáveis da programação, promessa não cumprida. A provar as palavras cheias de sabedoria o Vinicius de Moraes: homem que diz que vai, não vai. Isto, meus caros, quando se fala muito...

Por acaso, até estou a lembrar-me do discurso de Sousa Franco, do qual se transmitiu ontem uma parte. Ninguém terá percebido onde estava a ponta da corda para orientação naquela fluência excessiva de palavras. Com uma excepção; foi quando Sousa Franco declarou não estar ainda organizada a Direita. Segundo ele, a Direita não tinha operacionalidade política directa. Pelo que, em tal óptica, o PSD e o CDS não são partidos de Direita...Compreende-se, não é verdade? Trata-se de uma palavra tão degradada que só o mau político da Direita diz que é da Direita. A coisa não representa novidade. Pois não vigorava em Portugal, antes do 25 de Abril, numa «democracia orgânica»?

Bom, o prot. Sousa Franco lamenta a inexistência de uma estruturação específica da Direita, pois isso evitaria a infiltração dos elementos da Direita, nos «partidos democráticos». Esclareça-se que, para Sousa Franco, os «partidos democráticos» são o PSD o CDS e o PS...

Não deixa de ser curiosa esta situação dos «partidos democráticos» que albergam (di-lo Sousa Franco) os elementos mais reaccionários. Fala quem sabe. Quem somos nós para desmentir? Como o outro que diz: **O Kafka, anda cá abaixo outra vez!**

Infelizmente certos políticos ainda não aprenderam a falar de maneira a serem entendidos, em particular quando se dirigem a uma audiência tão diversa como a de Televisão. Não se trata de uma questão de paternalismo, trata-se de uma questão de realismo. A menos...Bem, a menos que eles não queiram ser entendidos, a menos que não se sintam muito à vontade quanto às medidas e às «soluções» — e nesse caso o melhor é fugir por essa espécie de porta que não podendo por estética ser a gaguez, se transforma no linguajar novo-rico ou tecnocrático. No fundo, a tática do velho pároco de aldeia que esmaltava as famílias e sermões de remendos latinos.

Ontem, no **Telejornal**, houve uma referência à maneira escandalosa como se processara a distribuição de verbas para saneamento básico. João Quelhas, da Junta de Freguesia do Tortosendo (terra-mártir da luta antifascista, pormenor que nos tempos de hoje mais parece razão de castigo que de prémio...) denunciou o facto em palavras simples dirigidas ao concreto: os 6500 contos atribuídos à Covilhã não davam nem para servir a mais modesta freguesia...

A propósito, o dr. Sousa Gomes veio ao **Telejornal** que sim, que eram situações herdadas, que a situação ia ser revista, que em 1979 a Covilhã podia queixar-se de tudo menos da falta de verbas, etc, etc.

Depois, as rendas de casa. Aumentam, não aumentam, aumentam umas, não aumentam outras, algumas rendas modernas, por especulativas até terão de baixar, quanto às rendas antigas, enfim, não sei que os «plafonds» máximos, não sei que **macro-económico**, enfim, isto é um povo de eruditos e bem falantes...

Curiosamente, do ponto de vista do ministro as baixas rendas estão na base da ausência de investimento o qual não se sentirá devidamente compensado. Mas então, ó senhor ministro, mas o senhor não falara antes nas rendas modernas que até seriam especulativas? Como é, o «incentivo» ao investimento é pouco ou é excessivo? E de que espécie de investimento quer falar? E antes de alhear as rendas não haverá outros incentivos a considerar?

Diz-se que o Estado auxiliará os orçamentos familiares onde a renda de casa ultrapasse os 25 por cento.

Primeiro, não se vê bem como se fará esse auxílio tão pesada seria a máquina burocrática. Depois repare-se na ausência de pudor ao considerar-se impli-

tamente como justa, moral e correcta a percentagem de 25 por cento ocupada pela renda de casa no orçamento familiar! Pense-se nos pesados encargos e impostos (profissional, complementar, previdência, etc, etc), pense-se no custo da água, luz, gás, telefone, transportes, etc, etc, e depois se verá quanto fica para a alimentação e para a cultura.

Sabe-se que nos países socialistas a renda de casa, incluindo todos os encargos com ela, representam uma percentagem mínima do orçamento familiar. Para já não falar na gratuidade da assistência e da instrução, nos transportes baratos, etc, etc. São elevadas as verbas investidas na construção social. Não me consta, que, lá, o investimento esteja à mercê da rentabilidade das habitações...

E não pode estar, meu caro. Habitar é um direito humano dos mais sagrados. Sem isso, a protecção à família não passa...de uma anedota. Protecção à família com rendas a 25 por cento? Deixem-me rir...

Ai, ai, senhor ministro, pela boca morre o peixe...

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

HOJE ÀS 21.45 HORAS
 ÚLTIMA SEMANA
 SÓ ATÉ DOMINGO

AUTO DA GERAÇÃO HUMANA

ATRIBUIDO A GIL VICENTE
 E

O ALFAGEME DE SANTARÉM

DE ALMEIDA GARRETT

A bilheteira abre às 13 horas — Tel. 32 22 10
 DOMINGOS ESPECTÁCULOS ÀS 16 e 21.45 h.
 Preços: de 50 a 100 escudos
 (Espectáculos para todos)

VEJA NOVAMENTE O FILME
QUE INAUGUROU ESTE CINEMA

UMA COMÉDIA ALUCINANTE!



Barbra Streisand
Ryan O'Neal
 em
QUE SE PASSA
DOCTOR?
 (What's Up Doc?)

Uma produção **PETER BOGDANOVICH**
 BARBRA STREISAND - RYAN O'NEAL in WHAT'S UP DOC? A Peter Bogdanovich Production
 Co-Starring KENNETH MARS - AUSTIN PENDLETON - SORRELL BOORE - MICHAEL MURPHY
 And Introducing MADELINE KAHN - Screenplay by Buck Henry and David Newman & Robert Benton
 Story by Peter Bogdanovich - Directed and Produced by Peter Bogdanovich - TECHNICOLOR
 From Warner Bros. A Warner Communications Company

PELA 1.ª VEZ VERSÃO INTE-
 GRAL — HOJE ÀS 21.30 NO

CASTIL

TRINDADE
INATEL

Apresenta
 Hoje, às 21.30 e só até
 ao dia 9 de Julho
«OS CÓMICOS»
 com a peça

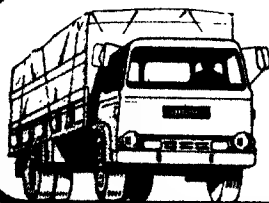
O EDEN CINEMA

original de
Marguerite Duras
 Domingo (espectáculo único)
 às 16 horas
 Segunda-feira (descanso)
 (Não acons. a men. 18 anos)

A BARRACA



Rua Alexandre Herculano, 70
 Telefone: 68 63 00 — (M/13)
 LOTAÇÕES ESGOTADAS
 3.ª a SÁB.: 20H30 — 22H30
 DOMINGO: 16H00 — 21H30



Sr. Camionista

Ao conduzir
 um veículo pesado,
 tome todas as precauções
 para uma boa
 arrumação da carga.

FUTEBOL

Federação veta Francisco Lobo como "internacional"

Louvável atitude da Federação de Futebol: a proposta apresentada por Saldanha Ribeiro (como representante da Comissão Administrativa da Comissão Central de Árbitros) no sentido do setubalense Francisco Lobo ser indicado à FIFA e UEFA como juiz internacional para a temporada próxima, foi vetada. O árbitro que «dirigiu» a 1.ª final da «Taça de Portugal», fica nas covas, enquanto outros parceiros mais competentes (António Garrido, César Correia, Mário Luís, Inácio de Almeida e Porém Luís) recebem o justo beneplácito federativo. Aliás, muito compreensivelmente: Lobo não reúne (pelo menos de momento) condições absolutas para a direcção de uma partida do futebol caseiro, quanto mais internacional...

Entretanto, no último fim-de-semana registaram-se exames de promoção arbitral a diversas categorias. Segundo relata o nosso colega «Record», na promoção à 1.ª categoria nacional: o panorama foi o seguinte: para as seis vagas deixadas em aberto pela despromoção de Carlos Paranhos, Leitão Soares, Miranda Dias, Mário Soares e Fernando Laje e pelo pedido de licenciamento de Melo Acúrsio, ficaram aprovados: António Azevedo Duarte (Braga), Adélio Pinto (Porto), Américo Barradas (Setúbal), Vítor Correia (Lisboa), António Jorge Rodrigues (Santarém) e Aventino Ferreira (Braga). O árbitro da Regional de Santarém, Alfredo Ribeiro que se apresentava com a segunda melhor pontuação no decurso da época ficou reprovado.

Promoção a 2.ª categoria nacional: dezoito candidatos e onze vagas. Os primeiros cinco classificados: Celestino Alexandre (Vila Real), Fernando Gomes Silva (Viseu), José Conceição Martins (Leiria), Raul Ribeiro (Aveiro) e José Trigo (Beja). Apenas o candidato Fernando Silva (Viseu) foi considerado inapto.

Promoção a 3.ª categoria nacional: vinte e um árbitros prestaram provas tendo sido reprovado Joaquim Pinho (Leiria). Nos primeiros lugares ficaram os juizes de campos Carlos Valente (Setúbal), Cassiano Valadas (Évora), Tolentino Marques (Lis-

boa), Fernando Mendes (Faro) e Manuel Maurício (Évora).

MUDANÇAS DE SIMBOLOS

O Grupo Desportivo de Bragança contratou o ex-internacional benfiquista Joaquim Santana para treinador da sua formação.

O Olhanense firmou compromisso com Cajuda e Farias (que alinhavam no Farense). Ruas e Domingos (que jogavam no Lusitano de Évora).

FÉRIAS PARA KEITA

O sportinguista Keita recusou acompanhar a equipa de Alva-

lade à China: preferiu ir gozar férias no Mali, seu país natal.

NORTON DE MATOS NA BÉLGICA

O dianteiro Norton de Matos, assinou um contrato de dois anos com o Standard de Liège, da 1.ª divisão do campeonato belga de futebol.

Norton de Matos, que esta época jogou no Belenenses, deu resultados positivos no jogo-teste entre o Standard e o Brunschwieg (da Alemanha) que terminou com a vitória belga, por 1-0.

A direcção do Standard anunciou a contratação do avançado

portugues, não mencionando verbas. Norton de Matos regressa agora a Portugal, para gozar duas semanas de férias antes de iniciar a preparação na sua nova equipa.

BENFICA VAI GANHANDO

Em Toronto, segundo jogo do Benfica na sua digressão pelo Canadá e nova vitória: 7-0 a um grupo integrado por jogadores de diferentes nacionalidades (entre os quais figurava o brasileiro Gijo, que em tempos alinhava pelo Montijo). Os benfiquistas apresentaram-se com Fidalgo, Pietra, Humberto, Eurico e Alberto; Toni (Pereirinha), Alves e Sheu (Jorge); Rui Lopes (Celso), Nenê e Chalana (José Luis). Golo português por Chalana, Rui Lopes, Humberto, Jorge, Nenê e Celso (2).

ATLÉTICO DE CARA NOVA

Divulgado hoje (no «Record») pelos dirigentes alcantarenses Paulo de Medeiros e Agostinho Gil: o Atlético cedeu o jogador Cascais (por uma temporada) dispensando os serviços de doze outros futebolistas do «team» deste ano (Rui Silva, Azevedo, Sena, Juvenal, José Maria, Armando, Nelo, Cardoso, Luis Filipe, Pires, Sérgio e Orlando), revalidando compromissos com Baltasar, Agradito, Costa, Tozé, Monteiro, Rogério, Quintino e Silva, contratando Barbosa (Montijo), Almeida e Artur (Oriental), Moura e Marcelino (Almada) e Jacinto (Riachense), e fazendo subir a seniores os juniores Portela, Moca e Guillas. Ao mesmo tempo, a directiva da Tapadinha mantém negociações para prolongar a permanência de Avelar e Pereira nos seus quadros. O brasileiro Luis Carlos («preso» ao Olhanense) é também, um dos nomes indicados para o novo «plantel» de Carlos Silva.



A turma da Associação Desportiva de Oeiras, única representante de Portugal na alta roda actual do hóquei mundial (finalista da «Taça das Taças», para defender o troféu que conquistou na temporada passada). Em cima, a partir da esquerda: Salema, Carvalho, José Pereira e Cristóvão. Em baixo: Vítor Rosado, Carlos Alves, José Manuel e José Rosado

MODALIDADES EM DESFILE

HÓQUEI EM CAMPO

Prosseguiram os campeonatos nacionais de hóquei em campo de juniores e da 1.ª divisão. Todos os jogos se realizaram em recintos portugueses.

O União de Lamas (1.ª divisão) e o Ramaldense (juniores) comandam isolados as duas provas. Resultados na 1.ª divisão: FC Porto, 1-Belenenses, 0; União de Lamas, 2-Benfica, 1; Ramaldenses, 3-Odivelas, 0; Ramaldense, 4-Belenenses, 0; FC do Porto, 2-Odivelas, 0; Desportivo Viseu, 1-Benfica, 3. Juniores: Ramaldense, 4-Belenenses, 0 e F.C. do Porto, 2-Belenenses, 9.

REMO

Integrado nas «festas do mar», realizou-se o primeiro Convívio Nacional das Escolas de Remo da Direcção-Geral dos Desportos.

Participaram 16 escolas (num total de 130 remadores) tendo um dos elementos responsáveis afirmado que este primeiro Con-

vívio Nacional representou o ponto alto de um ciclo de actividades enquadradas no plano de desenvolvimento do remo.

A iniciativa, que contou com o apoio da Junta de Turismo local, da Fimar (Comissão das Festas do Mar) e dos clubes locais (Associação Naval Primeiro de Maio e Ginásio Figueirense), constou de actividades culturais e desportivas, estas últimas sem qualquer distinção de ordem etária.

Para o princípio do próximo mês de Outubro está já prevista a realização de um outro convívio, então com a representação de todas as escolas de remo, o que não aconteceu agora devido às dificuldades de alojamento nesta altura do ano.

ATLETISMO

«Meetings» de atletismo na Finlândia e na Suécia vão ter a participação dos atletas sportinguistas Fernando Mamede, Aniceto Simões e José Carvalho, que hoje iniciaram o passeio voando para Helsínquia.

Andebol internacional vem animar Lisboa

Amanhã, no pavilhão da Ajuda, inicia-se aquela que poderá ser a mais importante competição de andebol até hoje efectuada em Portugal: o «II Torneio Internacional Festas da Cidade», com a participação da selecção nacional portuguesa, da selecção nacional da Dinamarca (4.º classificado no Mundial), a selecção regional do Saar (RFA) e a equipa do Zaporozje, campeã da Ucrânia e uma das melhores da URSS.

A selecção portuguesa tem estado a preparar-se para este torneio, que faz parte do programa com vista ao Campeonato do Mundo. Estão seleccionados os seguintes elementos: Carlos Silva, José António e Mesquita, guarda-redes; José Manuel, Hernâni, Jorge, Brito, Fernando Jorge, João Gonçalves, Janeiro e Areias, «meia-distância»; João Manuel, Vasco Vasconcelos, Espadinha, Pinto, Montenegro, Sousa e Miranda, «pontas» e «pivots». Daqui sairá a equipa que fará três jogos em dias seguidos.

A Comissão Central de arbitragem nomeou já as duplas de arbitragem: Dúlio Oliveira/Jerónimo Silva e Florentino Pereira/José Vilarinho, do Porto; Manuel Mendes/João Martins e Joaquim Mateus/Manuel Abreu, de Lisboa.

O programa dos jogos (a cumprir no Pavilhão da Ajuda) indica para **Amanhã** Dinamarca-Saar (RFA), às 20 e 30; e Portugal-Zaporozje, às 21 e 45.

Quinta-feira: Dinamarca-Zaporozje, às 20 e 30; Portugal-Saar, às 21 e 45. **Sexta-feira:** Saar-Zaporozje,

às 20 e 30; e Portugal-Dinamarca às 21 e 45.

Hoje às 19 horas a Associação de andebol de Lisboa entidade organizadora (com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa e da Direcção-Geral dos Desportos) oferece um beberete no Solar do Vinho do Porto, às equipas participantes e aos órgãos da Comunicação Social.

Entretanto, a equipa campeã da Ucrânia defronta esta noite (22 horas) o Almada Atlético Clube, no pavilhão da Escola António da Costa, em jogo integrado nas Festas da Cidade. Antes (21 horas) defrontam-se, em femininos, o Clube de Almada e o Liceu Maria Amália, equipa vencedora da Taça de Portugal.

HOMEM PREVENIDO VALE POR DOIS

Quando voltarem a, beliscar-me os ouvidos com essa de, em Portugal, no Portugalzinho de hoje, ainda existir forte implantação de burocracia, bato o pé e berro logo: não. Já morreu. Hoje, tudo é diferente. Tudo está simplificado.

E dou exemplo. Vejam só: às 18 e 30 de sábado nas cabanas do Estádio Nacional, quando ia para o banho depois de ter dirigido o jogo entre o Sporting e o FC do Porto (final n.º 2 da Taça de Portugal) o juiz santarenense Mário Luís foi convidado para ir aliado, até à China, num passeio que demorará apenas duas semanas e tal, coisa como uns 17 ou 18 diazitos. Mário Luís não demorou muito tempo a aceitar a proposta: logo concordou e, como por acaso tinha até as malas prontas, como por acaso até já previa um demorado repouso para os nervos após o

esgotante trabalho no Jamor, como até por acaso já tinha passaporte arranjado (certamente com «visto» para visita aos mais longínquos países, medida que qualquer sujeito previdente deve adoptar, não vá o Diabo tecê-las e sair-lhe um totobola chorudo), como igualmente por mero acaso a família já estava preparada para uma demorada ausência do seu chefe, tudo se concluiu.

E, umas horas decorridas (quinze, se tanto) lá estava no aeroporto da Portela, certamente alegre e feliz dentro do seu fatinho novo, já incorporado na caravana que ia demandar os ares a caminho do ignoto mundo de Cristo que fica lá pelos orientes.

Ainda bem. Ao menos uma vez fica provado que a vida pode ser facilmente vivida se cada um de nós souber vivê-la.

NEVES DE SOUSA

"Taça do Mundo" em causa

Não é justo, e os organizadores reconhecem-no, que equipas como a do México a Tunísia e o Iraque cheguem à fase final de um Campeonato do Mundo enquanto países onde se pratica bom futebol, como a Inglaterra, Uruguai e Checoslováquia, ficam de fora. Na verdade, o México, que nunca ultrapassa um nível médio, conseguiu chegar à fase final de quase todos os campeonatos do mundo realizados depois da Segunda Guerra Mundial. E o Haiti, Zaire, Coreia do Norte e Turquia (nomes raramente invocados quando se fala de futebol competitivo), participaram em fases finais contra as melhores seleções da Europa e América do Sul.

Por outras palavras, as dezasseis equipas que chegam à fase final do Campeonato não são, de modo nenhum, as 16 melhores seleções do mundo futebolístico. Ninguém discute isto, mas ninguém encontra uma solução para o problema. A questão é parcialmente geográfica e política, mas muito especialmente financeira. Quando as eliminatórias se iniciam, três anos antes da final, os jogos são disputados em zonas que qualificam os representantes da Europa, América do Sul, América do Norte, e Central, Ásia e África.

Justifica-se este esquema porque, por exemplo, seria impossível a um país não muito rico, como a Zâmbia, deslocar-se ao Uruguai para disputar um jogo. Por isso, as eliminatórias

A FIFA elaborou este esquema de modo a permitir que na final esteja representado proporcionalmente o potencial futebolístico mundial através de 10 seleções europeias, 3 sul-americanas, uma africana, uma asiática e uma da América do Norte e Central. Isto significa que em cada fase final, haverá pelos menos duas equipas fracas: as da Ásia, e da África, pois nestes continentes o futebol ainda não atingiu bom nível. E também por isso que o México conseguiu estar presente em sete das oito finais efectuadas depois do segundo conflito mundial.

Até agora não tem encontrado adversário à altura, vencendo facilmente as eliminatórias. Pode ser que no futuro (e o futuro pode acontecer na qualificação para o Mundial de 82) os Estados Unidos consigam mostrar-se capazes de pôr o México em dificuldades.

Para igualar o nível dos dezasseis finalistas ter-se-ia de cortar as representações dos três continentes mais fracos e distribuir os três lugares pela Europa e América do Sul. Claro que os protestos de carácter político seriam ensurdecedores.

Entretanto, os países do Terceiro Mundo começaram já a mover influências para aumentar a sua representação no Mundial de Futebol. E embora a FIFA tenha aprovado uma resolução que permite o aumento do número dividida segundo um critério geográfico.

mero de equipas finalistas para 20 ou 24, não estabeleceu nenhum mecanismo para alterar o sistema de apuramento. Portanto, tudo leva a crer que, a manterem-se os dezasseis, continuará a haver treze boas equipas e três «bombos da festa».

Mas a presença de equipas fracas também tem os seus atractivos. Há sempre a expectativa de ver se há «tombagigantes». E também ninguém põe em dúvida a boa exibição dos tunisinos, que contribuíram para uma melhoria da imagem do futebol africano.

TOTO BOLA

jogue connosco

LONDRES
FIM DE SEMANA
MINI SEMANA

FINIS DE SEMANA
Quintas e Domingos
MINI SEMANA
Domingos e Quintas

Partidas semanais de Julho a Outubro
em aviões especialmente fretados à TAP

Preços
excepcionais
desde * **6.350\$**

* a vantagem dos voos especiais

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1940

UMA EMPRESA PRIVADA DINÂMICA
E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade 160 Tel. 371341
PORTO Av. dos Aliados 267 Tel. 37321
COIMBRA Rua da Solta 7 Tel. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar 65 Tel. 25011/2
FUNCHAL Rua do Ginguinho 1 Tel. 3117/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PALMA DE MAIORCA

PARTIDAS EM AVIAO ESPECIAL TAP
TODAS AS 48 FÉRIAS

DE: 12 DE JULHO A
20 DE SETEMBRO

1 OU 2 SEMANAS

Preços
excepcionais
desde * **7.210\$**

* a vantagem dos voos especiais

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1940

UMA EMPRESA PRIVADA DINÂMICA
E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade 160 Tel. 371341
PORTO Av. dos Aliados 267 Tel. 37321
COIMBRA Rua da Solta 7 Tel. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar 65 Tel. 25011/2
FUNCHAL Rua do Ginguinho 1 Tel. 3117/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS



"MUNDIAL" DE FUTEBOL

Coordenação de NEVES DE SOUSA e JÚLIO RODRIGUES

Como em 1936

A vitória no «Mundial» não mudará em nada nem as características, nem a realidade argentina: os «desaparecidos» não «aparecerão», as prisões continuarão a ser «pontos de encontro» dos democratas que «ousam» contestar a ditadura de Videla e do imperialismo, as dificuldades económicas das classes populares (120 por cento de inflação este ano) manter-se-ão inalteráveis (se não se agravarem). Isto é: hoje será igual a antes (desde que a Junta chegou ao poder), sempre na esperança de um amanhã risonho. A luta pela democracia permanecerá viva.

Que fique claro, todavia, que os militares, com Videla na vanguarda, tentaram fazer deste «Mundial» (e dele recolher louros e dividendos políticos que o Mundo lhes recusa) o mesmo que Hitler em 1936, por ocasião dos Jogos Olímpicos: impressionar o Mundo, dizer que uma força (diga-se violência fascista) assenta nas baionetas que os homens de corpo inteiro não temem.

No entanto, cada jogo da selecção «albiceleste» (Argentina) era seguido em todas as cidades do país por manifestações de massas, talvez as primeiras desde o golpe de Estado militar. Os desfiles onde o branco e o azul dominavam, recordavam estranhamente as grandes festas peronistas e eram muitas vezes com músicas dessa época que os entusiastas, com letras adaptadas, cantavam a sua alegria. Sobre alguns dos tambores que marcavam o ritmo destas cantigas, ainda se podiam distinguir as mal apagadas inscrições dos sindicatos, hoje sob controlo militar. Em Buenos Aires, na principal rua comercial, alguns jovens até gritavam «Argentina campeã, queremos eleições».

Em cada dia, esse povo, naturalmente caloroso e acolhedor, apaixonado pelo futebol, ao mesmo tempo que apoiava fervorosamente a sua equipa, celebrava a arte da «fiesta» o que há tanto tempo já não tinha ocasião de fazer, porque, ao que parece, depois de longas hesitações, a Junta decidiu deixar a festa seguir o seu livre curso. Além disso, os militares, bem e caramente aconselhados por um gabinete americano de relações públicas («Burton and Masters») permitiram à imprensa mundial que trabalhasse quase livremente.

Mas, que o «Mundial» ocasionou uma gigantesca operação de simpatia dirigida para o estrangeiro, é bem verdade. Todavia, como o fazia notar um padre dos arredores de Buenos Aires, «não é porque a URSS organizará, perfeita e provavelmente sem incidentes de maior, os Jogos Olímpicos de 1980, que o Gulag desaparecerá». Da mesma maneira, o sucesso do «Mundial» não apagará as manifestações das que os militares qualificam de «loucas», e que continuam à espera de notícias dos seus parentes, dados como desaparecidos ou presos. Isto não faz esquecer o facto de que a final do «Mundial» decorreu a oitocentos metros da Escola de Mecânica da Marinha, denunciada pela oposição como um dos locais onde se praticava a tortura. Isto não faz esquecer a lista dos 7 mil desaparecidos, entregue à Junta em 20 de Novembro de 1977, pelo secretário de Estado americano, Cyrus Vance.

Tudo isto, a despeito da Junta ter anunciado, durante o «Mundial», algumas medidas de liberalização: anulação de decretos proibindo as agências de imprensa internacionais de informarem sobre a Argentina, próxima libertação de 14 dirigentes sindicais, convite à Comissão Interamericana dos Direitos do Homem a ir à Argentina para estudar o que são, na realidade, «as medidas excepcionais que tiveram de ser tomadas no exercício do direito de legítima defesa contra os ataques do terrorismo».

Vontade de abertura ou consequência das pressões internacionais, nomeadamente do presidente Carter? O «post-mundial» poderá fornecer a resposta.

Vejamos como a Junta argentina pensou agir como Hitler em 1936: «Mostrar ao Mundo inteiro o que o nosso Estado era capaz de realizar» — palavras dirigidas aos futuros campeões do Mundo pelo general Jorge Rafael Videla, nos balneários do «Argentina-Peru (6-0)», ilustram a

Terminado o 11.º Mundial de 1978, e enquanto se aguarda o próximo Campeonato do Mundo (a realizar em Espanha em 1982), preenche-se mais uma rubrica nas várias classificações do Mundial. Assim, a lista dos campeões e vice-campeões:

ANO	LOCAL	CAMPEÃO	VICE-CAMPEÃO	RESULTADO DA FINAL
1930	Uruguai	Uruguai	Argentina	4-2
1934	Itália	Itália	Checoslováquia	2-1
1938	França	Itália	Hungria	4-2
1950	Brasil	Uruguai	Brasil	2-1
1954	Suécia	Al. Federal	Hungria	3-2
1958	Suécia	Brasil	Suécia	5-2
1962	Chile	Brasil	Checoslováquia	3-1
1966	Inglaterra	Inglaterra	Al. Federal	4-2
1970	México	Brasil	Itália	4-1
1974	Al. Federal	Al. Federal	Holanda	2-1
1978	Argentina	Argentina	Holanda	3-1

DERROTA DOS COMPUTADORES

«Computa, computador, computa», mas não te metas em futebolis eis o melhor comentário a fazer à concludente demonstração de que, em questões de futebol e totobola, o melhor é a gente continuar a fiar-se no simples acaso e nos palpites. Efectivamente, o «Mundial» da modalidade saldou-se pela esmagadora derrota dos computadores, que não acertaram «uma para a caixa», quanto a previsões: poucos dias antes do início da competição, o órgão do partido socialista checoslovaço «Svobodne Slovo» interrogou um computador, que foi peremp-



António Garrido: como vai sendo habitual, o nosso País apenas aparece na alta roda do futebol através de elementos da arbitragem. Desta feita (rezam as crónicas) o juiz leiricense esteve na estreia argentina e duas vezes como fiscal de linha

vontade dos militares no poder de capitalizar no plano político o 11.º Campeonato do Mundo de Futebol, assim como o sucesso de Mário Kempes, de Ubaldo Fillol, de Daniel Passarella e companhia... Nunca, desde os Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, uma manifestação desportiva desta importância teve um tal alcance político.

Um dos responsáveis pela organização do «Mundial», o contra-almirante Alberto Lacoste, tinha, aliás, explicado o que estava em causa há vários meses. Respondendo a certos militares e a certos representantes do mundo dos negócios preocupados com o custo da operação (700 milhões de dólares), tinha salientado: «O essencial é que a decisão de organizar o «Mundial» tenha sido política. Ora, o benefício político que a Argentina poderá conseguir não pode ser avaliado numericamente».

Milhões de chineses "viram"

Dezenas de milhões de chineses adeptos do futebol concentraram-se, ontem, em frente dos «ecrans» da televisão, a fim de seguirem a final, passada em diferido, da Taça do Mundo, disputada 24 horas antes, em Buenos Aires.

Vinte das 29 províncias e regiões autónomas chinesas, servidas por cerca de 130 cadeias de Televisão, beneficiaram desta retransmissão.

Em Pequim, as salas de televisão dos principais hotéis estavam repletas e os trabalhadores tinham-se instalado em cadeiras e nos tapetes a fim de assistirem ao Holanda-Argentina.

Tele vendo radiouvimos

Diferentemente do que vinha acontecendo desde o início do campeonato e do que o «televimos» genérico destas páginas significa, o jogo da final entre a Argentina e a Holanda viu-se pela televisão mas ouvimo-lo pela Rádio. A verdade é que, como até então não tinha sucedido (mas compreende-se que só agora a ideia se tenha concretizado, dada a importância excepcional do jogo), a RDP resolveu fazer uma cobertura da final nos seus estúdios, com os locutores Fernando Correia e Romeu Correia mais três «experts» da matéria: o árbitro Joaquim Campos, o técnico Pires Bandeira, e o jornalista Neves de Sousa, nosso ami-

go e camarada de trabalho. Feita nos estúdios e sobre a imagem da televisão vinda via satélite de Buenos Aires, foi um bom trabalho. Esta a nossa impressão. Mas correspondeu apenas à nossa expectativa e foi nesta expectativa que logo no início desligámos o som da televisão e passámos a servir-nos apenas da imagem, enquanto iam ouvindo o que na rádio se dizia. Isto não é tanto pôr em questão a cobertura verbal feita no Lumiar por Nuno Brás, como sugerir que era um trabalho idêntico que a televisão devia ter feito também, senão desde o início do campeonato, pelo menos neste jogo final.

M.R.

E agora, que futuro?

Morto o «Mundial» de futebol de 78, encontra-se já aberto o debate sobre o torneio de 1982, em Espanha, incidindo as discussões principalmente sobre dois temas: o da fórmula a adoptar e o número de equipas. Para já, Argentina (como campeã mundial) e Espanha (como país organizador), têm a presença assegurada na próxima competição mundial, visto se encontrarem ambas dispensadas da fase eliminatória. Mas o número total de participantes só em Novembro próximo será determinado, na reunião de Madrid, entre o Comité Organizador Espanhol e o Comité Executivo da FIFA.

Já por várias vezes o presidente da FIFA, João Havelange, declarou que será de 24 o número de equipas presentes em Espanha. Mas esta não é a opinião da maioria nem dos elementos mais representativos do futebol mundial. Estes últimos, particularmente os europeus, gostariam de que certas equipas da Europa e não as de menor gabarito e categoria (trata-se da Inglaterra, Checoslováquia, Jugoslávia, URSS, Portugal, etc.), pudessem encontrar uma abertura suplementar. Mas, de qualquer modo, todos desejam preservar a unidade da competição.

Na Colômbia, em 1986, já se encontra assente que não haverá mais de 16 equipas. Então perguntam eles — por que passar em 1982 o número de participantes para 24, se, quatro anos mais tarde, tudo voltará aos tradicionais 16, e, para um futuro mais a prazo, ninguém sabe ainda o que acontecerá?

Um outro assunto, embora de menor importância, respeita ao processo da competição

mundial. Para alguns, a aplicação integral da fórmula «Campeonato» privaria a competição de uma grande parte do seu carácter espectacular. Preconizam, por isso, o regresso (após uma primeira volta tipo «campeonato»), à eliminação directa (quartos de fi-

nal), como sucedeu em 1970, no México. Outros, contudo, consideram que a fórmula «campeonato» integral é a mais lógica e a mais regular, por permitir que os melhores venham ao de cima mesmo se, por acaso, tiverem qualquer «percalço» num dos jogos.

SOLTAS E LEVES

OS TRÊS MELHORES

Vedeta da final e melhor marcador do mundial com seis golos, o argentino Mário Kempes foi plebiscitado pelos jornalistas desportivos que assistiam ao Mundial como o melhor jogador do 11.º Campeonato do Mundo de Futebol. Em segundo lugar está o avançado-centro italiano Paolo Rossi, e em terceiro o brasileiro José Dirceu. O troféu do «Fair Play» foi atribuído à Argentina.

KEMPES: O DOS GOLOS

Os melhores marcadores de 78 são os seguintes: 1.º Mário Kempes (Argentina) 6 golos; 2.º Robbie Rensenbrink (Holanda), e Teófilo Cubillas (Peru) 5; 3.º Leopoldo Luque (Argentina) e Hans Krankl (Áustria). 4. Cinco jogadores marcaram três golos: Rummeningge (RFA), Dirceu (Brasil), Roberto Brasil, Paolo Rossi (Itália) e Rep (Holanda). Dez jogadores marcaram dois golos: Flohe (RFA), Mueller (RFA), Nelinho (Brasil), Gemmill (Escócia), Boniek (Polónia), Bettga (Itália), Lato (Polónia), Haan e Brandts (Holanda) e Bertoni (Argentina). Quarenta jogadores mar-

caram um gol: muitos, sem dúvida.

ASSISTÊNCIA: «RECORD» QUE CONTINUA DE PÉ

1.729.292 espectadores assistiram aos 38 jogos (média 45.507), ou seja: 88 por cento da assistência máxima. O recorde pertence ao Mundial de 1970, no México, onde em 32 jogos houve 1.673.975 espectadores, ou seja: uma média de 52.312. Os melhores resultados (6-0) foram obtidos pela RFA, perante o México, e pela Argentina, face ao Peru. Em 38 jogos, foram feitos 57 avisos, menos que em 1974 (84). Estes avisos provocaram a suspensão (um jogo) de quatro jogadores: Velasquez (Peru), Eskandarian (Irão), Tardelli e Benetti (Itália).

Açores

AVIÃO, BONS HOTÉIS, TRANSPORTES EM TERRA, ASSISTÊNCIA (24H)

Circuito Açoriano - 8 dias

S. MIGUEL - TERCEIRA - FAIAL (PICO)

Partidas todos os Domingos

Última partida 29.10

Preços excepcionais desde

8.900\$

Circuito Açoriano - 9 dias

S. MIGUEL - TERCEIRA - FAIAL (PICO)

Partidas todas as 5.ªs feiras de 15/6 a 28/9

Preços excepcionais desde

9.250\$

8 DIAS NA ILHA DE S. MIGUEL

Partidas todas as 5.ªs feiras de 15/6 a 5/10

Preços excepcionais desde

6.750\$

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade 150 Tel. 171341

PORTO Av. dos Aliados 207 Tel. 317821

COIMBRA Rua da Seta 2 Tel. 27011/2

FARO Rua Correio 65 Tel. 25035/6

FUNCHAL Rua do Gurgulho 1 Tel. 31077/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

1 SEMANA EM ITÁLIA

VIAGENS ACOMPANHADAS POR DELEGADO

ROMA PARTIDAS TODOS OS DOMINGOS desde 4 de Junho a 1 de Outubro Incluindo: avião, hotel, transportes em terra e visita da cidade.

GRANDE CIRCUITO ITALIANO ROMA, FLORENÇA, PÁDUA VENEZA, MILÃO e PISA PARTIDAS TODOS OS DOMINGOS desde 2 de Julho a 24 de Setembro

Incluindo: avião; circuito em autotúliman, hotéis e visitas.

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade 150 Tel. 171341

PORTO Av. dos Aliados 207 Tel. 317821

COIMBRA Rua da Seta 2 Tel. 27011/2

FARO Rua Correio 65 Tel. 25035/6

FUNCHAL Rua do Gurgulho 1 Tel. 31077/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

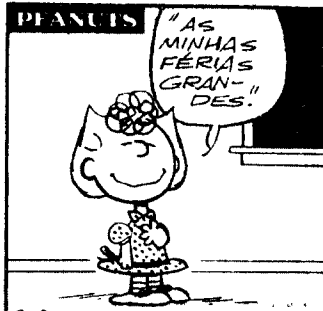
Provérbio: FOME DE RIO SEDE DE MATO

Programas de Cinema e Teatro

Lisboa Turno 14 Até às 22 horas ALMEIDA DIAS — Largo da Graça, 38-A.39. Tel. 862909; ANDRADE RIBEIRO — Av. Infante Santo, 66-B. Tel. 666971; ASCENSO — P. Norte, 11-A (B. Encarnação). Tels. 311216-310172; BELO — Av. Roma, 553-A. Tel. 776314; CURIE — Av. Madame Curie, 15-A. Tel. 778439; DOURO — Alameda das Torres, 93-A-B. Tel. 791131; ESTÁCIO — P. D. Pedro IV, 60-63 (Rossio). Tels. 327067-324224; FÉNIX — F. Cruz dos Poais, 52. Tel. 608531; GARANTIA — Av. Padre Manuel da Nóbrega, 5-A. Tel. 727300; IMPARCIAL — R. GeneralTTaborda, 28. Tel. 680931; LEMOES — Rua Cidade da Beira, lote 19-A. Tel. 331692; LINAIDA — Rua Ferreira Borges, 30. Tel. 660955; MACEDO — Estr. Poco do Chão, 69-C. Tel. 703697; MAGALHÃES — Av. Almirante Reis, 4-D-F. Tel. 549479; MANUEL VICENTE JESUS — Largo do Rato, 3-C-D. Tel. 681947; MARBEL — Av. de Roma, 131-A. Tel. 776235; MARLUZ — C. da Picheleira, 140-B-C. Tels. 720703-728395; PEREIRA, SUCR — Rua do Paraíso, 98-100. Tel. 863224; SALDA-NHA — Av. Praia da Vitória, 53-55. Tel. 43938; S. BARTOLOMEU — V. Paulo Jorge, 1. Tel. 790969; S. JOÃO — Estr. da Luz, 124-A. Tel. 783179; S. SEBASTIÃO — L. S. Sebastião da Pedreira, 1-9. Tel. 548642; TANARA — R. Rodrigo Reinel, 3-A. Tel. 611814; TELES — Rua João de Barros, 2-F. Tel. 638176; VALE — Av. Marquês de Tomar, 45-49. Tel. 773043; VITALIS — R. Moraes Soares, 69. Tel. 841779. Permanente FÉNIX — Rua Cruz dos Poais, 52. Tel. 608531; ANDRADE RIBEIRO — Av. Infante Santo, 66-B. Tel. 666971; CURIE — Av. Madame Curie, 15-A. Tel. 778439; MARBEL — Av. de Roma, 131-A. Tel. 776235; LINAIDA — Rua Ferreira Borges, 30. Tel. 660955; VITALIS — Rua Moraes Soares, 69. Tel. 841779; PEREIRA, SUCR — Rua do Paraíso, 98-100. Tel. 863224; SALDA-NHA — Av. Praia da Vitória, 53-55. Tel. 43938; S. BARTOLOMEU — V. Paulo Jorge, 1. Tel. 790969; TELES — Rua João de Barros, 2-F. Tel. 638176. NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.	Linha de Cascais ALGÉS — Cabrita — Miraflôres. Tel. 2101486; ALCABIDECHÉ — Carvalho — Até às 21 horas; PORTO SALVO — Ferreira Bastos — Até às 21 horas; CARCAVELOS — Central — Até às 24 das 0 às 9 horas; CARCAVELOS — Vilar — Até às 22 horas; S. DOMINGOS DE RANA — Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29-B. Tel. 260085. Até às 22 horas; PAÇO DE ARCOS — Godinho — Av. Patrão Lopes, 4. Tel. 2432039. Até às 22 horas; OEIRAS — Central — R. Conde Ferreira, 29. Tel. 2430058. Até às 24 das 0 às 9 horas; NOVA OEIRAS — Leal — Até às 21 horas; PARADE — Brandão — Av. da República, 77-C. Tel. 2471054. Até às 24 e das 0 às 9 horas; PARADE — Junqueiro Mendes — Até às 21 horas; AMOREIRA — Amoreira — Tels. 262313-267314. Até às 22 horas; ESTORIL — Parque — Arcadas do Parque, 3. Tel. 260191. Até às 21 horas; CASCAIS — A. Costa — R. Freitas Reis, 24-C. Tel. 280214. Até às 21 horas; Cordeiro — Av. Comb. G. Guerra, 40. Tel. 280170. Até às 24 e das 0 às 9 horas. Linha de Sintra AMADORA — Carnele — R. Elias Garcia, lote 28. Tel. 933303. Permanente; Dias — Av. Marquês de Pombal, lote Tel. 934589. Até às 22 horas; DAMAIA — Lemos — R. da Goa, 21-A. Tel. 971121; QUELUZ — Serra e Pinto — Av. D. António C. Sá, 50-E. Tel. 957619; CAMARATE — Nova — R. Cid. Lisboa, 94. Tel. 25118726; CACÉM — Garcia — Av. dos Missionários, 2. Tel. 2942181; MEM MARTINS — Quimica — Est. Mem Martins 173-B. Tel. 2910012. Até às 24 horas; AGUALVA-CACÉM — Mira Sintra — P. N. Torre, 310. Até às 20.30 horas; MERCES — Claro Russo — Permanente; RIO DE MOURO — Riomouro — Av. Oscar Mont. Torres, 8. Tel. 2960194. Até às 23 horas; SINTRA — Gomes da Silva — Portela. Permanente; COLARES — Abreja — Tel. 299088. Porto (De dia e só até às 22 horas) CONSTITUIÇÃO — Rua da Constituição, 93. Tel. 490813; FERREIRA DE CARVALHO — Rua do Bonjardim, 354. Tel. 27640; RAMOS — Praça do Exército Libertador, 91. Tel. 64935; FIGUEIREDO, LDA — Rua de Cedofeita 125. Tel. 21620; SOUSA SOARES — Rua de Santa Catarina, 141. T. 22145; VITÓRIA — Rua de S. Roque da Lameira, 756. Tel. 52225. (De dia e toda a noite) PARENTE — Rua das Flores, 114. T. 21611; CANAVARRO — Rua da Restauração, 53. Tel. 60754; PADRAO — R. de Santo Ildefonso, 342. Tel. 52149; SANIL — Rua do Paraíso, 214. Tel. 23935. Coimbra (Das 9 horas às 9 do dia seguinte) VEIGAS & COELHO — Rua da Sofia, 19-21. Tel. 22089.	CINE 803055 Centro Comercial de Alvalade As 14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.30 CADÁVERES INCOMÓDOS Não acons. men. 13 anos Sala B — Não acons. men. 13 anos As 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 ANNIE HALL Com Woddy Allen ALVALADE 897480 Av. de Roma 15.15, 18.15 e 21.15h Amor! Aventura! Música! Emoção! A VINGANÇA DUM FILHO Com Feroz Khan, Parveen Baby, Prem Chopra, Fanda Jalal, Colindo Não acons. men. 13 anos APOLO 763319 Av. Julio Dinis, 10-A 4ª semana As 13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30 A obra prima do cinema alegre! HA FESTA NA ALDEIA um filme de Jacques Tati Para todos Hoje às 23.30h — Comédia — (6 anos) UMA ESPADA PARA HOLLYWOOD com Jerry Lewis AVIS 547163 Av. Duque D'Ávila, 45 2ª semana As 15.30, 18.30 e 21.30 h Não acons. men. 18 anos ENCRUZILHADA PARA UMA FREIRA O drama de uma mulher duramente ultrajada! Com Rosanna Schiaffino e John Richardson BERNA 776098 Av. Marquês de Tomar Hoje às 15.00, 18.00 e 21.15h Peter O'Toole, George C. Scott, Richard Harris em A BIBLIA um filme de John Huston Technicolor Não acons. men. 13 anos — 70m/m CALEIDOSCOPIO 795093 Campo Grande Sessões às 14.00, 17.30 e 21.00h DOUTOR JIVAGO Omar Sharif, Geraldine Chaplin, Julie Christie um filme de David Lean Technicolor Não acons. men. 13 anos CASTIL 580194 Rua Castilho As 21.30h Barbara Streisand e Ryan O'Neal em QUE SE PASSA, DOUTOR? (What's up, Doc?) O filme de Peter Bogdanovich As 15.30, 18.30 — Últimas de VERTIGENS Int. men. 18 anos	CINEBOLSO 573407 Rua Actor Taborda, 27-B As 12.30, 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 O retrato dramático de uma mulher banda pela sociedade Int. men. 18 anos A RAINHA DA RUA As 24 horas — Grupo D 18 anos CHAMAVAM-LHE REI Com: Richard Harrison, Klaus Kinski CINE CITY Rua Tomás Ribeiro, 34 As 14.30, 16.45, 19 e 21.30 Int. men. 13 anos O GOSTO DA AVENTURA Michel Piccoli, Sylvia Kristel e Gerard Depardieu As 23.45 — N. acons. men. 18 anos — CINECENTRO — CHINATOWN de Roman Polansky CONDES 322523 Av. da Liberdade, 2 As 14, 16.30, 19 e 21.30h ADEUS AMIGO com Bronson-Delon Int. men. 13 anos DOIS MIL 2100055 Av. Bombeiros Voluntários Lote 113 — Algos As 15.30 e 21.30h HARDCORD Int. men. 18 anos D. JOÃO V 971794 Praça Centro Comercial — Damaia As 21.15h — Grupo D.M. 18 anos O PISTOLEIRO DO DIABO Com: Clint Eastwood e Verna Bloom Western EDEN 320768 P. dos Restauradores, 21 As 14, 16.30, 19 e 21.30h Kan Kuo-Liang, Maggie Li em AS SERPENTES DO MAL Interdito a menores de 18 anos ESTUDIO 555135/5 Al. Afonso Henriques, 35 15.30, 18.30, 21.30 — N. ac. m. 18 anos 15.º Ciclo de Cinema da Casa da Imprensa — América, anos 70 — YAKUSA de Sidney Pollack (filme após início da sessão) Todos os dias um filme diferente	LONDRES 801313 Av. de Roma, 7-A As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h Não acons. men. 18 anos JULIA 6ª semana Com Jane Fonda MONUMENTAL 555131 P. Duque de Saldanha As 15, 18.15 e 21.30h Int. men. 13 anos O pânico e o terror de um inferno de fogo! ... E O HORIZONTE FICOU EM CHAMAS com Ernest Borgnine, Vera Miles, Patty Duke Astin MUNDIAL 538743 R. Martens Ferrão, 12-A 15, 18.15 e 21 h CLEOPATRA em 70 m/m Elizabeth Taylor, Richard Burton, Rex Harrison Não acons. m. 18 anos O filme começa a projectar-se logo após o início das sessões NIMAS 574362 Av. 5 de Outubro, 42-B As 14.30, 16.45 e 19 horas TRÊS MULHERES de Robert Altman Int. m. 13 anos Estreia às 21.15 — Int. m. 13 anos NASHVILLE de Robert Altman NOVOCINE 840678 Av. General Roçadas, 7 As 15.15 e 21.15 — Int. men. 18 anos Bruce Lee escolhe o seu sucessor! SAI O DRAGÃO ENTRA O TIGRE Com: Bruce Lee e Lung Fei ODEON 326283/4 R. Condes, 12 a 20 As 15.15, 18.15 e 21.15 h Não acons. men. 13 anos DUAS ALMAS — DOIS DESTINOS Com Ramesh Khanna Amritabh Bachchan e Rekha (filme e projectado no início da sessão) OLYMPIA 325309 Rua Condes, 11 a 23 Sessões contínuas a partir das 14.00 horas HERANÇA EROTICA Cont. cen. event. chocantes Int. a men. 18 anos PATHE 821933 R. Francisco Sanches, 122 As 14, 16.30, 19 e 21.30 h Sadhana, Sanjay, Balraj Sahni em O FILHO DO PECADO um filme de Devendra Goel Eastmancolor Não acons. m. 13 anos POLITEAMA 326305 R. Portas de St. Antão em 8ª semana As 14.15, 16.30, 18 e 21.30 DOCES PENETRAÇÕES Int. men. 18 anos Este filme contém cenas eventualmente chocantes QUARTETO 771378 R. Flores do Lima, 16 SALA 1 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 N. ac. m. 18 anos BONNIE E CLYDE SALA 2 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h Int. men. 18 anos A MULHER, O CORPO E O ESPÍRITO SALA 3 — As 15, 17, 19, 21 e 23 h OH, SERAFINA! N. ac. men. 18 anos SALA 4 — As 15, 17, 19, 21 e 23 h N. acons. men. 13 anos OS AMANTES DO ANO 1 Realiz. J. Balik	RESTELO 810375 Av. Torre de Belém As 21.30 horas — N. ac. men. 13 anos O melhor e o maior James Bond! 007, AGENTE IRRESISTÍVEL Com: Roger Moore, Barbara Bach e Cud Jurgens ROMA 887778 Av. de Roma, Lote JRB As 15.30, 18.30 e 21.30h RAIVA NOS OLHOS Não acons. m. 18 anos O pânico e o terror de um inferno de fogo! com Yul Brynner, Barbara Bouchet ROXY 548560 Av. Almirante Reis, 20 As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 A OUTRA FACE DE ROMA com Marcel Bozzuffi Não acons. men. 18 anos SÃO JORGE 579144 - 579344 Av. da Liberdade, 175 As 15.15, 18.15 e 21.30 2ª semana Spencer Tracy e Mickey Rooney O MUNDO MALUCO A Comédia louca de Stanley Kramer Grupo B — 10 anos SATELITE 562632 Av. Fontes Pereira de Melo, 61 15, 17, 19 e 21.30 Não acons. men. 13 anos SORRISOS DE UMA NOITE DE VERÃO com Ulla Jacobsson e Harriet Andersson N. B. — Projectação do filme cinco minutos após o início do espectáculo STAR 804210 Av. Guerra Junqueiro, 14-C As 14.30, 16.45, 19 e 21.30 Int. men. 13 anos Uma comédia deliciosa O GOSTO PELA AVENTURA Michel Piccoli, Sylvia Kristel e Gerard Depardieu TERMINAL (CINE-ESTUDIO) 371573 Estação do Rossio As 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h NÃO HA DOIS SEM TRÊS 11ª semana Richard Dreyfuss Não acons. men. 13 anos TIVOLI 570595 Av. da Liberdade, 188 As 15.15, 18.30 e 21.30 h Alberto Sordi, Sara Franchetti, Evelyn Stewart em O MÉDICO DA CAIXA um filme de Luigi Zampa Scope Technicolor VOX 880808 Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879 As 14.15, 16.30, 19 e 21.30 h SCORCHY Com Connie Stevens Não acons. men. 18 anos
--	--	--	--	--	---

PLÁTANO EDITORA
o prazer da leitura

ANIMAIS! ANIMAIS!
Uma lição de zoologia
conduzida com imaginação e imensa graça



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO: RUA CASTILHO 185-1
TELEFONES 654521/2
REDAÇÃO: PUBLICIDADE E SERVIÇOS
TECNICOS: RUA LUZ SORIANO 44
TELEFONES 321154/5, 322711/2, 3
32025, 312, 81/2
SERVIÇO DE NOITE (DEPOIS DAS 21h)
PORTO 321154 PUBLICIDADE 308740
MENSAGENS GRAVADAS 320275
ENDEREÇO: TELEGRÁFICO DIBOA, TELEX 12363
LISBOA - PORTUGAL

Prémio "Ricardo Malheiros" para Agustina Bessa Luís

A Academia das Ciências de Lisboa acaba de atribuir o Prémio "Ricardo Malheiro", edição de 1977, ao romance "As Fúrias", da autoria de Agustina Bessa Luís.

Outros prémios atribuídos pela Academia referentes ao mesmo período: Prémio "General Casimiro Dantas", ao ensaio "Do Significado Oculto da Menina e Moça", de Helder Macedo, Prémio Calouste Gulbenkian (Poesia), "ex-aequo" à tradução de Fernando Guimarães ("Poesia Romântica Inglesa") e à tradução de Egitto Gonçalves ("Poesia Romântica Inglesa"), e Prémio Calouste Gulbenkian (Prosa), à tradução de António Nogueira Santos ("Marxismo e Poesia", de George Thomson).

Comício de amizade luso-húngaro

A delegação do Partido Socialista Operário Húngaro chefiada por Károlyi Nemeth, do "Bureau Político e do Secretariado do PSOH, que se encontra de visita a Portugal, estará amanhã no Porto a fim de participar num "comício da amizade" que terá lugar no cinema Vale Formoso. Por parte do Partido Comunista Português estará presente Angelo Veloso

ÓDIO VELHO NÃO CANSA
No diário da manhã "O Dia" lê-se: "É certa em termos físicos a presença em Bissau dos «olhos e ouvidos» do sr. Melo Antunes, todavia como figura rante, cremos que apenas,

OIT apela à libertação de sindicalistas presos

A 64.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho aprovou hoje um relatório apelando para a libertação dos sindicalistas presos na Argentina e no Uruguai e para o fim da discriminação política contra trabalhadores no Chile.

O relatório da Comissão que supervisa a aplicação das convenções da OIT manifestou, também, apreensão pelo atraso verificado na libertação dos detidos na Indonésia.

O mesmo documento exorta à aplicação na Guiné-Conakry e na Libéria, das convenções proibindo o trabalho forçado e garantindo o direito de formação de sindicatos. Ao Haiti foi pedido que aplicasse na lei e na prática, a convenção relativa a trabalhos forçados.

Hoje foi também aprovada uma "lista negra" de países que não prestaram as informações

pedidas sobre as condições de trabalho e aplicação das convenções da OIT. Figuram no rol o Tchad, Laos, Costa Rica, Afeganistão, Nepal, Emiratos Árabes Unidos, Guatemala, Tanzânia, Benin, Guiné, Jordânia, Malawi e Malta.

FALTA DE "QUORUM" MANTÉM POLÍCIA CHILENO

A falta de "quorum" impediu que a 64.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, que decorre em Genebra, aprovasse uma proposta para serem retiradas as credenciais do "representante" dos trabalhadores chilenos, uma vez que se trata de um agente da DINA (polícia política chilena).

Os resultados finais da vota-

ção foram os seguintes: a favor, 184 delegados; abstenções, 149. O "quorum" exigia a participação de 248 delegados, motivo por que a proposta não foi aprovada.

Na sequência, os representantes dos trabalhadores acordaram a sala onde decorria a reunião, sob proposta do presidente do grupo dos trabalhadores, o canadiano Josef Maurriez.

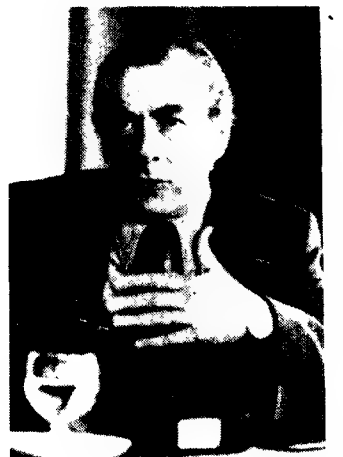
A retirada de credenciais ao chileno foi proposta pela Federação dos Sindicatos Mundiais (FSM), Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) e Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT). Objectivo: "Não aceitar as credenciais do delegado dos trabalhadores do Chile, por este não ser representativo".

Do ponto de vista português, e mais concretamente do delegado governamental, assistiu-se

a um recuo. Na verdade, tanto o delegado escolhido pelo Governo como o representante do patronato (CIP) enveredaram pela abstenção, contribuindo, portanto, para uma posição menos vigorosa face ao regime fascista chileno.

Além do mais, trata-se de um "recuo" em relação a uma moção de idêntico teor apresentada no ano passado, altura em que o delegado governamental português votou favoravelmente.

Nos trabalhos de hoje serão votadas a convenção relativa aos trabalhadores da Função Pública e uma resolução apresentada pelos Governos da Síria e da Líbia condenando a discriminação e a violação das liberdades praticadas pelos israelitas nos territórios árabes que mantêm ocupados.



Brizola quando hoje falava aos jornalistas

Leonel Brizola anuncia regresso ao Brasil em breve

Leonel Brizola, ex-governador do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, exilado do seu país desde 1964, anunciou esta manhã, antes de partir para os EUA, onde vai proferir várias conferências, que tentaria regressar ao Brasil "dentro em breve".

Todavia, aquele dirigente político brasileiro condicionou o eventual regresso ao seu país «à utilidade política» que o facto poderá acarretar, não desejando que o momento do regresso possa vir a retardar a desejada abertura política.

Falando numa rápida, conferência de imprensa realizada esta manhã, Brizola classificaria ainda a «abertura» anunciada por Geisel como «continuista», e muito aquém das expectativas do Povo.

Novos dirigentes do MDP/CDE

Na reportagem que ontem publicámos sobre o III Congresso do MDP/CDE por lapso indicámos como formando a Comissão Nacional os elementos que constituem o Secretariado Nacional. Pelo que nos cumpre fazer a respectiva rectificação. Com efeito, a Comissão Nacional do MDP/CDE é constituída por 200 elementos de todo o País, enquanto o Secretariado Nacional é constituído por 20 membros de entre os quais sai um presidente e quatro vice-presidentes.

(Hoje 28 páginas)

UM "CASO" NO BARREIRO PS critica a Câmara e defende o Governo

As dificuldades ultimamente surgidas entre a Câmara Municipal do Barreiro e o Ministério da Administração Interna, designadamente no tocante à falta de verbas com que o Município se defronta para resolver os inúmeros problemas de um concelho onde habitam cerca de cem mil pessoas, dificuldades que obrigaram já a drástica redução dos transportes públicos no último fim-de-semana, suscitou da Federação de Setúbal do PS um comunicado no qual se critica asperamente o conselho de administração dos Serviços Municipais locais.

A FSPS entende que, naquele concelho predominantemente operário, os preços de os transportes (1\$50 e 2\$50) são «escandalosamente ruinosos para os custos actuais de exploração». Também a água é considerada barata: a védua (de quatro escudos por metro cúbico) não pagaria o custo do próprio produto, estando «muito aquém dos preços cobrados pela EPAL em Lisboa e pelos Serviços Municipais das Câmaras de Setúbal e de Almada». A FSPS critica também o que considera a «admissão ilegal e injustificada de muitos trabalhadores que, agora, asfixiam as finanças do Município» e, desmentindo fron-

talmente afirmações públicas e recentes do presidente da Câmara Municipal, diz que o «Governo central tem procurado resolver o problema durante todos estes meses para não chegar à situação de ruptura, sem quaisquer resultados práticos, pois a administração irresponsável e demagógica continuou».

Um aforamento marcadamente político no comunicado da FSPS: diz este órgão regional do PS que «a APU», «ex-FEPU» tem actuado sectariamente cuidando essencialmente dos seus interesses partidários, pelo que, neste distrito, quase todas as Câmaras da maioria APU têm praticado graves irregularidades, o que exige dos socialistas o redobrar de militância e uma indispensável denúncia».

Recorda-se que, na última reunião pública, um dos elementos do Conselho de Administração da Câmara do Barreiro denunciava o comportamento do Governo PS-CDS em relação àquele órgão autárquico, considerando-o, pelo menos, dilatório da verdadeira solução dos problemas, e sugeria a existência de manobras políticas contra uma Câmara progressista que o povo, pelo voto escolheu.

Militante da UEC sofre nova agressão

Da direcção da organização do Ensino Secundário da UEC recebemos um comunicado que dá conta de nova agressão (a quarta) de que foi vítima o militante daquela organização José Manuel Viana, de 16 anos, estudante da Escola de Artes Deco-

rativas Soares dos Reis, atacado na tarde do passado dia 25 por dois indivíduos identificados com

o MRN. O agredido teve de receber tratamento hospitalar.

O comunicado da UEC interroga: «Como é possível que, 4 anos após o 25 de Abril, tais factos aconteçam? Porque não tomam as autoridades medidas imediatas que levem a detenção de tais criminosos? Porque se espera? Que a violência atinja proporções muito maiores, com consequências imprevisíveis?»

Morre de cancro uma pessoa por dia no distrito de Viana

PORTO, 27 — Morre uma pessoa por dia no distrito de Viana do Castelo vitimada pelo cancro, segundo estatística feita pelo Centro de Actualização de Estudos Médicos daquela cidade do Alto Minho. Esta afirmação foi feita ontem por elementos do conselho coordenador daquele

Centro, durante uma conferência de imprensa que serviu para anunciar uma série de sessões científicas sobre o cancro que estão a decorrer no Hotel do

Parque, daquela cidade, e em que participam médicos portugueses e estrangeiros.

Greve de professores

Continuação da pág. 1

cusou levar à prática o seu próprio compromisso: aceitar ou apresentar alternativas às propostas sindicais. Há quatro meses que o MEC recusa uma reunião de trabalho com os sindicatos. Na sua acção contra os professores o MEC não hesita em recorrer à arbitrariedade e à ilegalidade. A suspensão sem vencimento, e com base na legislação fascista, de 70 professores da Escola Preparatória Visconde de Juromenha é disso exemplo.

A luta dos professores — conclui a direcção — é a luta de todos os trabalhadores por um ensino democrático.

A Federação Nacional dos Professores, segundo se depreende da assembleia ontem realizada no Porto é o projecto que não deverá ser atingido por estas tomadas de posições tão diferentes face ao MEC. De facto, a proposta aprovada no Porto aponta para uma discussão nas escolas, com vista à reformula-

ção do caderno reivindicativo nacional e de um plano de luta que passe pela constituição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores, análise da Lei de Base da Função Pública e Lei de Bases do sistema educativo, devendo ser tomadas posições definitivas sobre estas questões em congressos constitutivos da Federação Nacional dos Professores a convocar até ao fim deste ano.

Um dos motivos de forte contestação por parte do Sindicato dos Professores é a recente criação do 10.º e 11.º anos por um simples despacho ministerial, quando a sua importância, e bem assim as alterações que provocará no ensino justificavam dever ser discutida pela Assembleia da República. Depois de se referir ao «carácter improvisado da reestruturação», o Sindicato protesta por não ter sido ouvido em mais esta decisão do MEC, que poderá ter graves implicações na vida dos professores. Implicações que ultrapassarão, aliás, de longe a própria escola.

NOTA OFICIAL

A propósito da greve dos professores prevista para amanhã, relembramos a seguinte nota oficial do MEC.

«No dia 28 de Junho independentemente da continuação de provas de avaliação de vários níveis de ensino iniciam-se as provas escritas do exame do curso complementar do ensino liceal. Trata-se como é do conhecimento geral de provas com evidente repercussão na vida escolar dos estudantes e que em caso algum poderão ser descuradas.

Entretanto, as direcções de alguns sindicatos de professores, alheias a chamada de consciência profissional e social que lhes foi dirigida, insistem na convocação de um dia de greve para 28 do corrente.

O Ministério da Educação e Cultura, perante essa posição esclarece o seguinte: 1 - Mantém-se a realização de provas escritas do curso complementar dos liceus em 28 de Junho

2 - Nos casos em que as provas não possam realizar-se totalmente, por falta de professores vigilantes, os estudantes poderão prestar as provas correspondentes em segunda chamada.

3 - Não haverá posteriormente qualquer outra chamada»

ARMÁRIOS ESTANTES ROUPEIROS
ou quaisquer outros móveis, executamos por desenhos todas as medidas.
FÁBRICA DE MÓVEIS SUPERCONFORTE
RUA MARIA ANDRADE, 64 (Aos Anjos) — Tel. 84 87 19

URSS
sensacionais viagens em 1978
Moscovo, Kiev, Leninegrado, Riga, Tallin
Sensacional viagem de 17 dias
Partida única: 20 Julho 1978
Lugares e prazo de inscrição limitados
Faça já a sua reserva

ALGARVE 78
APARTAMENTOS E VILAS
JULHO • AGOSTO SETEMBRO
PORTIMÃO
PRAIA DA ROCHA
MONTECHORO
PRAIA D'ANA
SOLFÉRIAS — Praia do Carvoeiro
CLUB PRAIA DA OURA
SAGRES
VILAMOURA
Informações e reservas:
Europeia
Av. da Liberdade, 211 LISBOA — Tel. 536121
Rua Nova de Almeida, 19 LISBOA — Tel. 561141
Av. Tomas Cabreira — Veneza Santa Ana
Praia da Rocha — ALGARVE — Tel. 23377
membro WATA em Portugal

FÉRIAS NA PRAIA PALMA MAIORCA
8 DIAS desde: 5950\$00
15 DIAS desde: 8450\$00
Partidas todas as 2.ªs feiras (diurno) voo directo «TAP» apenas hora e meia de viagem.
INCLUI:
Passagem aérea — Transporte aeroporto/Hotel/aeroporto — Estadia no Hotel/aquartas com banho — Todas as taxas de aeroporto e hotel — Assistência permanente.
Informações e inscrições:
CATUR
Largo da Biblioteca Pública, 17 — Tel. 36 79 74 (6 linhas) Lisboa - 2

Alimentação: O mapa da fome no mundo

Guatemala: Cem índios massacrados

França: Política africana

Zola: Dreyfus e os direitos humanos

Dólar: A desvalorização

O EPÍLOGO DO ESCÂNDALO LEONE

ROMA — Foi um homem emocionado mas, principalmente, exausto, que leu pela televisão, no dia 15 de Junho, a sua última mensagem aos italianos. Falou depressa, como um orador profissional, e com a pronúncia napolitana que, desta vez, era como que um desafio. Nem um sorriso nem uma lágrima. O desejo de acabar com tudo, depois de se ter agarrado, durante tanto tempo, à cadeira presidencial. Logo que acabou o discurso, Leone mandou fazer as malas e saiu com a família do Quirinal, dirigindo-se para a vivenda dos arredores de Roma, bela propriedade que esteve na origem do ataque.



Leone com a esposa

Nada disto punha verdadeiramente em perigo Giovanni Leone. Mas quando os comunistas entraram em cena, compreendeu que só tinha uma coisa a fazer: o seu discurso de demissão. O presidente do conselho, Giulio Andreotti, o secretário-geral da Democracia Cristã Benigno Zaccagnini

escreve o jornal *Unità*, de um acto ao mesmo tempo traumatizante e construtivo, em todo o caso o único que permite resolver os dois aspectos do problema: a defesa pessoal de Leone e a necessidade de dissipar toda a especulação possível e todas as manobras em volta da mais alta magistratura republicana.

Robert Solé

LE MONDE

tura republicana. O jornal comunista reconhece que Leone nunca ultrapassou as suas prerrogativas, nem pôs obstáculos à evolução do quadro democrático.

O CASO LOCKHEED

Dois assaltos sucessivos foram feitos a Leone. O primeiro na Primavera de 1976, quando os dois irmãos Lefebvre, seus amigos napolitanos (e amigos bastante comprometedores), foram acusados de envolvimento no caso Lockheed, e o seu nome foi mesmo associado ao misterioso «Antelope Cobbler» que teria negociado «luvas» com a firma aeronáutica americana. Na mesma Primavera surgiu nova tempestade com a publicação de um livro altamente comprometedor, a *Carreira de um Presidente*, que fez a fortuna da sua autora, a jornalista Camilla Cederna.

L'Espresso passou a publicar em todos os seus números «revelações» perturbadoras sobre as actividades do presidente Leone e dos seus três filhos.

A aparente consistência das últimas informações (fraude fiscal e imobiliária) não basta, porém, para explicar o rápido desenvolvimento do caso. Para fazer transbordar a taça era necessário mais do que essas gotas de água. Que terá le-



precipitaram-se, de resto, para a presidência, a fim de lhe explicar de viva voz que o Partido Governamental também era favorável à sua saída. A notícia surgiu imediatamente com grandes títulos nos jornais da tarde, tal como por ocasião do caso Moro, mas sem causar a inquietação e os movimentos de massas de então.

Os próprios radicais já não tinham razões para prosseguir o seu «sit-in» diante do imenso palácio presidencial que teve outrora reis e papas como locatários.

Leone nunca teve tantos elogios. A Democracia Cristã fustiga os autores de uma campanha iníqua para denegrir Leone e elogia o sacrifício do presidente. A sua decisão exemplar, diz ela, permitindo-lhe há reencontrar todos os meios de defender a sua honra e a da sua família.

Embora mais reservado, o PCI não deixa de saudar o gesto — de Leone, que contribui para a estabilidade democrática. Trata-se,

“Ah, que desgraça ter um filho”

As acusações feitas a Giovanni Leone talvez não fossem tão fortes se não tivessem sido reforçadas com aquelas que eram feitas aos filhos, principalmente ao mais velho, Mauro Leone, que logo desde a eleição do pai para a presidência teve o papel de seu conselheiro privado e sempre omnipresente, mesmo durante as conversas mais confidenciais. Aldo Moro ter-lhe-ia mesmo pedido um dia que saísse, o que deixara o presidente Leone muito espantado.

Mauro Leone era muito censurado por um gosto imoderado pelos privilégios e pela prática do tráfico de influências e um

sentido da amizade que levava para além de todos os limites.

Este caso, que está longe do seu fim, recorda as condições da demissão de Jules Grévy, presidente da República francesa, a 2 de Dezembro de 1887. Personalidade apagada, que, pelo menos, soube mostrar coragem e sentido político durante o grave incidente franco-alemão do «caso Schnabele», Jules Grévy tinha uma confiança ilimitada no genro, Daniel Wilson, que era deputado, vivia no Eliseu e utilizava o papel presidencial para os seus assuntos pessoais.

Um tráfico de Legiões de Honra fez rebentar o escândalo

vado os dois grandes Partidos — Comunista e Democrata Cristã — a provocar a queda do presidente, numa altura em que tanto um como outro recebiam uma «desestabilização» do quadro político?

Primeiro, sem dúvida alguma, o resultado do referendo de 11 e 12 de Junho, sobre o financiamento público dos partidos. Com a sua habitual rapidez de reacção, o PCI foi o primeiro a aprender a lição. E matar dois coelhos de uma só cajadada: mostrou a sua imagem de partido de mãos limpas e voltou a ser através da iniciativa, um partido de luta.

A Democracia Cristã não podia deixar de o seguir, até porque nos últimos tempos se mostrara distanciado de Leone. O seu interesse era, de resto, esse. O chefe do Estado era o negativo da nova imagem do Partido Governamen-

em 1887. Depois de uma campanha de Imprensa, a Câmara constituiu uma comissão de inquérito. O prefeito da Polícia teve de pedir a demissão e Clemenceau deitou abaixo o Gabinete Rouvier. E em Paris cantava-se: «Ah, que desgraça ter um genro!». Grévy não viu outra solução que não fosse a de renunciar ao seu mandato. Foi substituído por Sadi Carnot, enquanto que Daniel Wilson, absolvido de um delito de burla, continuava a sua carreira.

Foi neste clima que o general Boulanger, as ligas nacionalistas e as campanhas contra a República, progrediram. ●

O MAPA DA FOME NO MUNDO

Grande parte da África, vários países do Extremo-Oriente (Laos, Vietname, Nepal) assim como o Equador, na América Latina, estão a braços com graves penúrias alimentares.

A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) que, através do seu «Sistema de Informação Global e de Alerta Rápido» está seguindo constantemente a evolução da situação alimentar, assinalou que a Etiópia se encontra actualmente numa fase «crítica». São de temer a ocorrência de grandes fomes nas províncias de Wollo, de Tigrá e de Shoa, por causa da seca. As colheitas totais para 1978 poderão ser inferiores em 300 a 400 mil toneladas em relação às do ano passado, que, com 4,5 milhões de toneladas, já eram insuficientes.

Ao flagelo da seca soma-se o da invasão de gafanhotos cujos enxames, no «Corno de África», cobrem uma zona de 2000 quilómetros quadrados segundo o governo etíope, a fome ameaça actualmente cerca de 1,5 milhões de pessoas.

Nos países do Sahel, que conhecem um défice alimentar crónico há já vários anos, a situação continua grave mas a fase crítica já foi ultrapassada.

Cerca de 350 mil toneladas de cereais já chegaram aos portos da África Ocidental. Mas a falta de infra-estruturas rodoviárias cria dificuldades problemas de transporte para o interior dos países.

O Senegal, o Mali, o Níger e o Tchad também sofrem de penúrias importantes. Angola e Moçambique encontram-se numa situação difícil. Nas zonas costeiras de Angola, as culturas são atingidas pela seca enquanto que nos planaltos do centro as chuvas torrenciais devastam a produção agrícola. A penúria alimentar foi agravada pela chegada de mais dez mil refugiados na Namíbia.

Em Moçambique, as cheias do Zambeze, no passado mês de Março, atingiram três províncias e 218 mil pessoas, 60 mil das quais são crianças, que ficaram sem os seus lares. As cheias também atingiram os 42 mil refugiados do Zimbábue (Rodésia). A FAO aprovou o envio de 10 mil toneladas de cereais para as vítimas das cheias.

No Extremo-Oriente, o Laos e o Vietname também sofrem de falta de alimentos. O frio e as secas comprometeram as co-

lheitas de arroz, em várias regiões do Vietname, pelo terceiro ano consecutivo.

Também para lá foram enviadas ajudas alimentares que durante vários meses serão consumidas pelas cerca de 500 mil pessoas atingidas.

Na América Latina, somente o Equador conhece penúrias alimentares anormais. Pelo segundo ano consecutivo a seca atingiu as regiões do Centro e do Sul do país. As chuvas favoreceram as zonas de pasto mas provocaram cheias nas zonas costeiras. Dez mil famílias equatorianas estão a receber auxílio alimentar.

A FAO afirma que o número de pessoas que sofrem actualmente de má nutrição, em todo o mundo, pode ser avaliado em cerca de 500 milhões. Desde a

Conferência Mundial sobre a Alimentação, que teve lugar em Roma, em Novembro de 1974, os organismos das Nações Unidas recensearam os países que «precisam prioritariamente de ajuda alimentar». Quarenta e três países, com mais de metade da população dos países em vias de desenvolvimento, integram-se nesta categoria.

Estes países têm, um rendimento por habitante inferior a 500 dólares anuais (cerca de 23 500 escudos), um défice agrícola de pelo menos 20 por cento em relação ao consumo previsto e um aumento insuficiente da produção alimentar. Em oito países a situação é qualificada de «extremamente grave»: no Bangla Desh, no Alto Volta, no Mali, no Níger, na Somália, na Tanzânia, no Iémen do Sul e no Iémen do Norte. ●

GUATEMALA

UNS CEM ÍNDIOS TERIAM SIDO

MASSACRADOS PELO EXÉRCITO NO DIA 29 DE MAIO

□ Jean-Claude Buhner
LE MONDE

O balanço dos choques havidos entre os camponeses sem terra e forças da ordem no dia 29 de Maio, em Panzós, no departamento de Alta-Verapaz, no Norte da Guatemala, é muito maior do que as autoridades o deram a entender. Segundo certos meios sindicais e religiosos, perto de cem índios encontraram a morte no decurso daquilo que parece, na realidade, ter sido um autêntico massacre. Os factos contados pelos próprios camponeses diferem, na verdade, da versão oficial que se limitava a referir quarenta e seis mortos.

A acreditar nas autoridades, os índios sem terra que ocupavam alguns terrenos na região de Panzós, teriam atacado o quartel dessa localidade, «instigados por

organizações extremistas e religiosas». Armados, mas inferiores em número, os soldados teriam atirado para se defender. Segundo narrativas de testemunhas, várias centenas de índios tinham-se reunido em Panzós a fim de protestar contra uma repartição de terras de Alta-Verapaz, particularmente injusta. Os soldados não hesitaram em abrir fogo sobre a multidão. Numerosas mulheres e crianças em pânico ter-se-iam afogado ao tentarem refugiar-se na outra margem do rio.

Para os sindicatos, a principal responsabilidade do conflito caberia a um grande agrário intransigente. Por seu lado, o bispo de Alta-Verapaz achou que estes incidentes sangrentos eram consequência de uma situação social injusta: a terra pertence a uma minoria ínfima enquanto que os camponeses nada possuem. Os acontecimentos de Panzós continuam a provocar reacções na Guatemala. Correspondendo ao apelo dos sindicatos e várias organizações de estudantes, vários milhares de pessoas participaram no dia 1 de

Junho, na capital, numa manifestação de protesto, em que se exigia a abertura imediata de um inquérito.

O massacre de Panzós é revelador da situação dos índios, da acuidade do problema da terra, e também do clima exacerbado de violência. Talvez mais claramente do que outros países de forte proporção indígena, a Guatemala mantém-se profundamente dividida em dois mundos: o dos índios, essencialmente rural e montanhês, e o dos outros habitantes, de tradição hispânica, que geralmente vivem nas cidades, instalados no Leste e na costa do Pacífico. Deliberadamente mantida à margem da sociedade oficial, a população indígena, que representa 60% dos seis milhões de guatemaltecos, é a principal vítima do subdesenvolvimento. Os índios estão ainda mais expostos do que o resto dos seus compatriotas à pobreza, ao analfabetismo, à mortalidade infantil e à desnutrição. Eternamente esquecidos são também os primeiros a sofrer com a flagrante desigualdade da repartição das riquezas e das

terras. Enquanto que uma minoria de 5% concentra nas mãos mais de metade do lucro nacional, a maioria da população rural tem que se contentar com uma receita «per capita» de 70 quetzales (1 quetzale é igual a 1 dólar).

A população autóctone começou a ser desapossada das suas terras durante a conquista e isso continuou inexoravelmente. Os índios ficaram reduzidos ao cultivo de parcelas minúsculas nos planaltos mais elevados ou a alugar a sua força de trabalho por salários de miséria. Em 1,3 milhões de trabalhadores agrícolas, mais de metade não tem emprego permanente. Todos os anos dezenas de milhares de índios descem temporariamente com as famílias e trabalham por dois dólares por dia nas grandes propriedades da costa, durante as colheitas de café, de algodão e de cana-de-açúcar. «Na verdade», explica José Castañeda, director do Instituto Indigenista da Guatemala, «todo o nosso sistema económico repousa na pobreza e na exploração do indígena.»

Desenha-se pois uma tomada

de consciência, embora tímida, entre os índios. Principalmente alguns jovens já não se sentem dispostos a curvar a espinha sem reagir. Houve mesmo o ano passado uma tentativa, logo abafada pelas autoridades, de organizar um partido índio e, principalmente as comunidades começam a defender-se contra a «usurpação» das suas terras pelos grandes agrários. Os conflitos multiplicam-se e a situação é particularmente tensa em Alta-Verapaz, como o mostram os sangrentos acontecimentos de Panzós.

O mandato do general Laugervd termina pois num clima de violência. Os grupos para-militares mais ou menos ligados ao Poder continuam activos. A flâmula da guerrilha foi retomada pelo exército dos pobres. As forças da ordem mantêm-se ao serviço dos possidentes, e, após uma eleição vivamente contestada no mês de Março, o general Romeo Lucas, que no dia 1 de Julho sucederá ao presidente Langervd não terá uma tarefa fácil. ●

O EPÍLOGO DO ESCÂNDALO LEONE

1
tal. O actual grupo dirigente, composto de católicos progressistas — Zaccagnini, Galloni, Bodrato — nunca causou desconfiança a ninguém. O caso Moro modificou-nos. Alguns costumes políticos vão deixar de ser tolerados, declarava recentemente Galloni ao Le Monde. A demissão muito digna do ministro do Interior, Francesco Cossiga, no dia 10 de Maio, seria a primeira prova. A de Leone foi outra.

Em princípio, era Zaccagnini quem deveria entrar para o Quirinal no próximo mês. Este ex-pediatra de sessenta e seis anos, chegado à política por acaso, simboliza me-

lhor do que ninguém o «anti-Leone», mesmo pertencendo ao mesmo partido do presidente demissionário.

O segundo nome citado é o de Amintore Fanfani, presidente do Senado e duas vezes candidato infeliz do Quirinal. É muito competente, tem reputação de homem forte, mas uma imagem de direita e muitos adversários. A Democracia Cristã pode propor Giulio Andreotti que, por um lado, tem todas as qualidades necessárias a um presidente, e conseguiu nos últimos anos, a simpatia dos comunistas. Mas a sua idade relativamente jovem (cinquenta e nove anos) é um handicap. Que faria ele depois do septenato?

Os socialistas e os sociais-

democratas pedem que a regra de alternância seja aplicada, isto é, que um «laico» suceda a Leone. Mas os candidatos faltam-lhe. Se Aldo Moro foi fisicamente suprimido pelas Brigadas Vermelhas, o antigo secretário-geral do PSI, Francesco de Martino, foi politicamente demolido o ano passado, depois do rapto misterioso do filho, o que o obrigou a negociar um resgate. Os «laicos» citados são Ugo La Malfa, Antonio Giolitti, Sandro Pertini e Norberto Bobbio.

Um candidato laico não agradaria forçosamente ao PCI, que desconfia muito da oposição dos socialistas ao compromisso histórico. A escolha de Berlinguer será determinante. Ele não se lançou de olhos fechados nesta aventura. ●



Giovanni Leone ao ser proclamado presidente em 1971

FRANÇA

OUTRA POLÍTICA AFRICANA?

□ LE MONDE

Apanhada em África numa vasta rede de acordos e solidariedades de interesses, preocupada em tranquilizar os seus «velhos amigos» e contrariar a crescente influência da URSS e dos seus aliados cubanos, a França encontrou-se a pouco e pouco metida numa série de intervenções «pontuais» que podem vir a exceder as suas possibilidades militares e logísticas, arrastando-a para uma política perigosa. Podia agir de outro modo? Estaria em posição de levar a cabo uma política africana coerente e eficaz sem faltar às suas promessas, fugir às suas responsabilidades ou abandonar os seus nacionais? Foi a essa pergunta que Mitterrand tentou responder no dia 11, em «Europa 1».

Essa tomada de posição, incompleta mas com nuances, judiciosa sob certos pontos de vista, reflecte, como é evidente, o facto de a oposição não ter de tomar decisões difíceis.

Neste ponto Mitterrand esforçou-se por dissipar a impressão inicial segundo a qual desaprova não as modalidades da operação mas a sua finalidade.

É necessário fazer algumas perguntas sobre o papel que a França

pode ter na estabilização de um continente agitado e que se tornou a aposta prioritária das rivalidades planetárias. A complexidade das situações locais não permite dar respostas preparadas com antecedência. No Tchad, sem ir ao ponto de «combater a etnia dos Toubous», como o assegura Mitterrand, a França tomou posição numa querela interna. Ela apoia pelas armas um governo desacreditado, preocupado com uma rebelião. O argumento invocado pelo governo, segundo o qual o facto de os cooperantes franceses estarem no local dos combates, explica o envio de forças mais importantes, é especioso e poderia justificar todos os abusos. A França não pode entrar em operações cuja legitimidade política e moral seja pelo menos, contestável, a não ser que se tratasse de mandar um corpo expedicionário para fortalecer os regimes.

A França não pode, com efeito, e o próprio Mitterrand o disse, armar em «ano da guarda da estabilidade actual da África», com meios limitados e aliados reticentes. O papel de «Cubanos do ocidente» não convém à sua vocação nem às suas ambições a longo prazo.

Os tons de cruzada contra o domínio «comunista» no continente, que por vezes se ouvem em Paris, simplificam até à caricatura

uma realidade africana que Mitterrand fez por descrever mais rigorosamente. É certo que os Estados do continente negro buscam por vezes os aliados onde os encontram e vêem-se obrigados pela irresolução dos Ocidentais ou pela sua política ambígua com os regimes racistas da África Austral a fazer alianças que, como se viu recentemente na Somália, são ocasionais e revogáveis. Considerar a Líbia um país «comunista» ou este ou aquele chefe de Estado progressista um «agente de Moscovo» são pura simplificação misticizadora.

Está actualmente em jogo no continente negro uma partida de grande importância, visto que o seu objectivo é o controle das matérias-primas de que o subsolo é muitíssimo rico. Se não se encontrar nenhuma réplica convincente, a URSS, cuja «subida em força» militar preocupa a NATO, continuará a marcar pontos. Mas também é evidente que a França — mesmo que por vezes tenha sido levada a mostrar que não recua perante a carta da força — não deveria em nenhum caso surgir como causadora de rixas e agitadora de oposições.

Resumindo numa só frase a atitude que atribui ao governo, Mitterrand encontrou a fórmula: Visto que há conflito e choque, vamos para a frente! •

A DESVALORIZAÇÃO DO DÓLAR

□ Novosti

Os primeiros meses de 1978 foram marcados por um novo recrudescimento das contradições monetárias e financeiras no mundo do capital. Desta vez, o seu agravamento provocou uma queda sem precedentes no curso do dólar americano. O futuro do dólar e as tentativas feitas para fazer abrandar a crise prolongada é um dos aspectos mais salientes das relações económicas internacionais do mundo capitalista.

Este último decénio distinguiu-se por alterações substanciais na correlação de forças entre os países capitalistas. Se, antes do meio dos anos 60, os Estados Unidos tinham a predominância na economia mundial, actualmente, competem com ele toda uma série de países. O aumento do potencial económico da Alemanha Federal e do Japão levou à perda, pelos EUA, duma parte das saídas estrangeiras e à acentuação da concorrência no mercado interno americano. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos dependem cada vez mais das importações de numerosos tipos de matérias-primas e de produtos energéticos (em 1977, importaram cerca de 45 mil milhões de dólares em petróleo), cujos custos já não podem ser cobertos pelas receitas provenientes das suas exportações.

As causas principais

Deste modo, seguiu-se um crescimento desenfreado do défice da balança comercial do país, que atingiu, no ano passado, 31,4 mil milhões de dólares. Segundo certas previsões, o passivo no comércio ficará pouco mais ou menos ao mesmo nível

durante este ano.

As cadências mais elevadas, de 3 a 4 por cento, da inflação nos Estados Unidos, em relação aos seus principais parceiros comerciais, constituem um factor importante que compromete a estabilidade da moeda americana. A situação está em riscos de se deteriorar. De acordo com cálculos efectuados, a subida de preços dos artigos industriais nos EUA poderá atingir, em 1978, 7 ou 8 por cento, contra um ou dois na Alemanha Federal e no Japão.

Estas previsões apresentam-se bastante reais, se for levado em consideração o défice incessante do orçamento de Estado norte-americano. Nestes últimos três anos, o excedente das despesas sobre as receitas atingiu a soma impressionante de 172,8 mil milhões de dólares, incluindo os 61 mil milhões do ano em exercício. A sua causa principal reside nas elevadas despesas militares que, para 1978, são de 116,7 mil milhões de dólares.

A situação é ainda agravada pelo facto de numerosos detentores de dólares estrangeiros, nomeadamente os países da OPEP, procurarem diversificar os seus fundos através da sua conversão noutras divisas.

Entretanto, não se pode considerar explicada a queda do dólar apenas em razão destes factores. Por exemplo, a envergadura desta queda não corresponde, de modo nenhum, às cadências de inflação em diversos países. Com efeito, embora a distância entre as cadências de aumento dos preços dos EUA e da Alemanha Ocidental represente 3 ou 4 por cento em média, por ano, a alta do marco em relação ao dólar foi de 16 por cento, só no decurso do segundo semestre de 1977.

Consolidar posições à custa de outrem

A baixa do curso da moeda americana é uma parte da política seguida pelo governo de Carter, visando alterar a situação à custa dos seus principais concorrentes, a Alemanha Federal e o Japão. Procurando consolidar as suas posições na exportação, os EUA exigem desde há muito tempo que aqueles países tomem medidas enérgicas de inactivação da sua economia. No entanto, esta proposta é encaráda com frieza, o que foi claramente expresso na última sessão anual do FMI e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Apesar do acordo sobre a estabilização das moedas, estabelecido na sessão da Jamaica, em 1974, do Comité dos Vinte do FMI, e tendo em conta a resistência oferecida às suas operações de estabilização do dólar. Com isto, não só exploram a sua queda como um meio de aumentar as exportações, mas, ameaçando com a possibilidade de futuras desvalorizações, os EUA conseguem assim que os seus parceiros principais partilhem com ele o fardo do ajustamento da sua própria balança de pagamentos. É preciso dizer que os 500 mil milhões de dólares que estão em circulação para lá dos limites dos Estados Unidos, oferecem uma oportunidade ideal de financiar a economia americana à custa de outrem. O facto é que o dólar continua a ser a principal moeda de cálculo dos pagamentos internacionais e das reservas. Visto isso, praticamente todos os

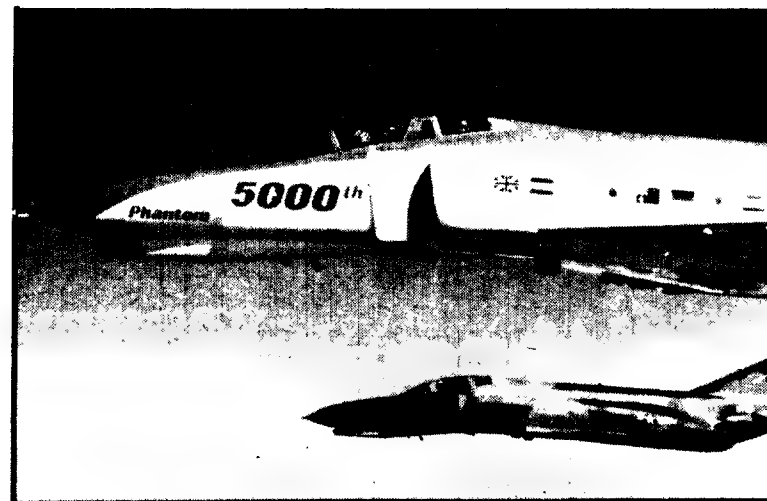
FOTO
EXCLUSIVO



A venda do mobiliário e dos objectos artísticos da cantora Maria Callas tem feito um enorme sucesso nos amplos salões do conhecido hotel George V, em Paris. O riquíssimo industrial italiano Gianbattista Meneghini, primeiro marido da artista, tem sido o principal comprador de tudo que é colocado em hasta. Na foto da Keystone, é leiloado um precioso jarro de prata. No canto direito da foto, de casaco aos quadrados, cabelo branco e olhar felino, Meneghini pensa no lance que dará a seguir para levar a peça para casa



Na Porte de Versailles, em Paris, especialistas no assunto de todo o mundo têm um encontro marcado no salão «Europlastique». Aí está exposto o plástico sob todas as formas actualmente utilizáveis (para desespero dos ecologistas). A foto da Keystone mostra um «operário» (também de plástico) apresentando peças plásticas usadas para a embalagem industrial



Desarmamento? Pois... pois. A maior produção mundial de aviões de guerra foi agora alcançada pelo conhecido «Phantom» que atingiu as 5.000 unidades. Lançado em 1953, em versões logicamente menos evoluídas, o «Phantom» (fantasma) aumentou em tamanho e potência e promete ser a unidade aérea norte-americana mais procurada, pelo menos até 1980, tal é o seu mortífero sucesso. Os «Phantom» são hoje em dia usados pelas forças aéreas do Reino Unido, RFA, Irão, Israel, Japão, Brasil, Grécia, Coreia do Sul, Espanha e Turquia. Aqui está este guardião da civilização «ocidental e cristã», sobrevoando as aristocráticas parias de Long Beach, a das «misses», na sua versão número 5.000, para festejar a ocasião. Representados na fuselagem, as bandeiras dos países que se endividaram até aos olhos para comprá-los aos Estados Unidos

ZOLA, DREYFUS E OS

UM RETRATO, UMA CARICATURA

Saudamos, antes do mais, em «Emile Zola ou a Consciência Humana» a coragem e o talento. Mas seria necessário esmagar Dreyfus para falar de Zola? Seria preciso ceder ao rito imutável, apresentar uma caricatura miserável e uma descrição ridícula daquele capitão? Que demónio e que ignorância arastaram os autores para um tal caminho de facilidade? Quando se atribui às pessoas frases autênticas não se pode admitir a mistura de géneros. Os autores recorreram à história para apresentar Zola. Mas em relação a Dreyfus usaram

tribuno, do actor, ou do advogado. Não declama, não é teatral, nem cabotino. Não grita, não gesticula, não desmaia. Trata-se de um homem extremamente nervoso, de um emotivo que se domina e tem dificuldade em exteriorizar os seus sentimentos e em comunicar com os outros. É muito possível que em criança tenha escolhido a carreira militar porque esta lhe aparecia — dada a sua hierarquia rigorosa — como tranquilizante e protectora...

Em Rennes, os amadores da inquisição defenderam o seu encarceramento. Como se não lhes bas-

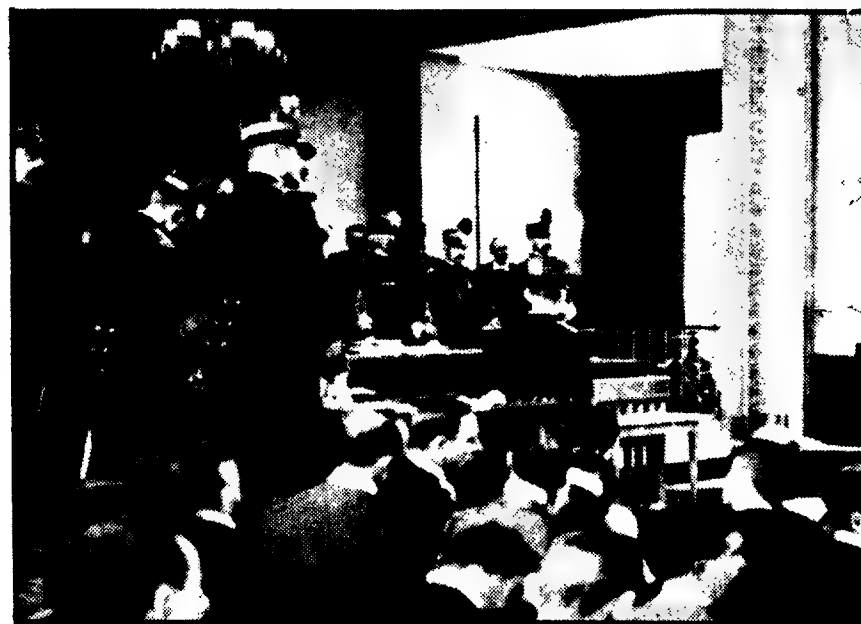
zes e censores de Dreyfus no processo de Rennes. Isso é ainda mais evidente actualmente, quando alguns dramas contemporâneos — do presidente Aldo Moro ao barão Empain, dos presos políticos aos internados em hospitais psiquiátricos — nos deveriam tornar mais modestos e prudentes. Hoje como ontem ninguém se colocou no lugar de Dreyfus.

Imaginem esse forçado, esse velho de quarenta anos, a desembarcar de noite, em plena tempestade, num silêncio de morte, numa costa francesa. Fere-se ao subir a escada da carruagem. Treme de febre. Sofre de desintéria e de malária. Está paralisado por uma anclorose vertebral. Cairam-lhe os dentes e o cabelo. Quase perdeu, ao longo de quatro anos, o uso da fala. Alimentou-se de leite e biscoitos. Está tão magro que foi necessário acolchoar o seu uniforme quando compareceu diante dos juizes. Não sabe para onde o conduzem. Dá por si numa cela da prisão de Rennes. A cidade está em estado de sítio... Desconhece a sua própria história. Acredita ainda — continua a acreditar — que foi o general Boisdeffre quem o libertou. Durante trinta e sete noites — e embora não podendo concentrar-se mais de um quarto de hora seguido — levantou-se pela alvorada para consultar as peças do seu dossier e as do processo de Zola, que lhe são gradualmente entregues pelo seu advogado Demange. Lucie e Mathieu Dreyfus tentam igualmente ajudá-lo. É a destruição, a subversão total do edifício mental que lhe permitiu sobreviver aos rigores da prisão de forçados, ao longo de cinquenta meses de deportação.

A MAIOR TERNURA

É no quarto episódio do filme que o autor assume maiores liberdades em relação à verdade histórica. Pôr Labori a dizer no seu leito de enfermo que «Dreyfus acredita ainda que foi Boisdeffre quem o salvou» é apresentar Dreyfus como um débil mental. É certo que acreditava nisso no momento do desembarque, a 1 de Julho de 1899. Mas seis semanas depois (o atentado contra Labori deu-se a 14 de Agosto) já sabe o que se passa. Quando o general Boisdeffre foi, a 19 de Agosto, depor no tribunal, Dreyfus nem sequer o olhou. Limitou-se a dar uma réplica altiva: «Não quero responder ao general Boisdeffre».

Na cena do «jantar» em casa de Zola — imaginada apenas para corresponder às necessidades do filme, porque na realidade foi Mathieu quem apresentou o seu irmão a Zola — a má-fé consegue ultrapassar o mau gosto. Tudo é deformado para proporcionar à imagem de Epinal, para denegrir aquilo que já é uma caricatura. Como é possível vêr Dreyfus no actor que se inclina à prussiana e recusa a mão estendida de Zola? Não podemos esquecer que poucos meses antes da sua morte Zola escrevia em Vaughan a respeito de Dreyfus: «Mantive por ele a maior admiração e ternura». Já depois da morte do escritor todas as cartas de Ale-



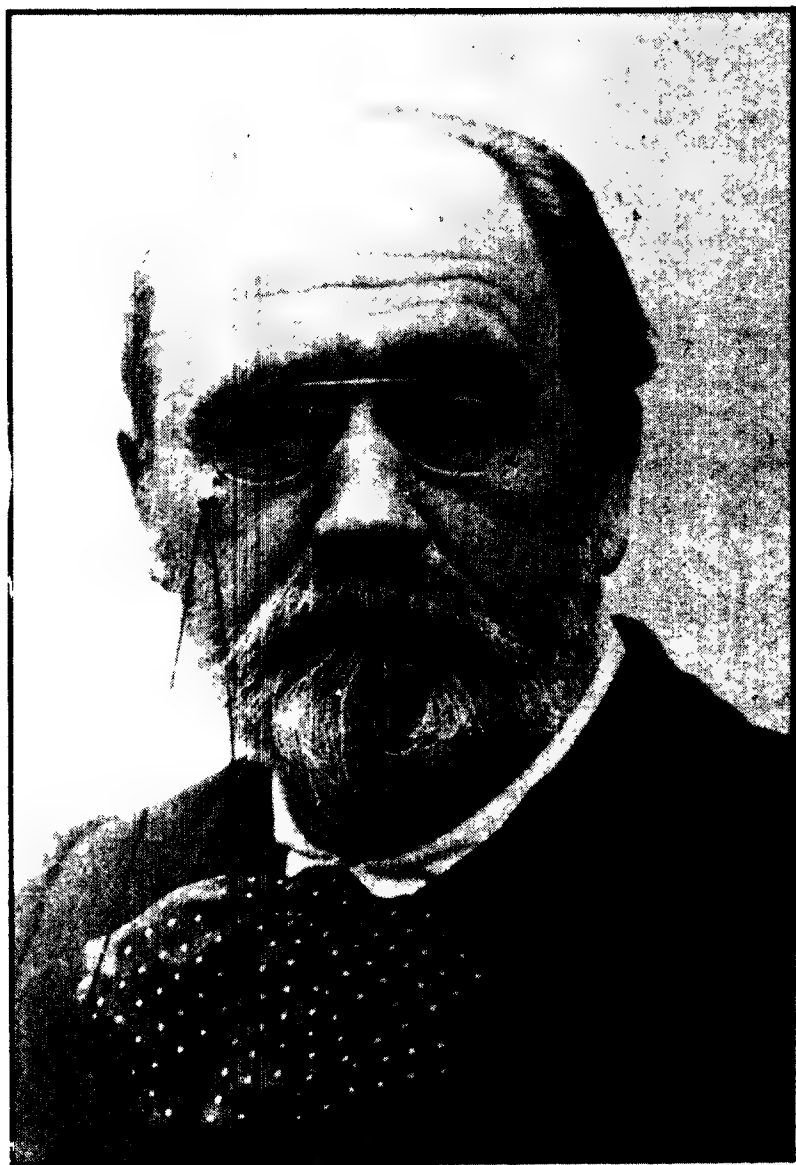
Leitura da sentença no conselho de guerra de Rennes

xandrine Zola terminavam por um «abraço-vos meu caro comandante». E em 12 de Junho de 1906 escreveu-lhe dizendo: «Sei que sob uma aparência um tanto fria há um coração quente e pleno de afecto e de veneração pelo meu muito querido marido de que chorais, como outros, a dolorosa separação e tendes razão porque depois de vos conhecer apreciá-vos muito e posso assegurar-vos que foi o vosso mais ardente defensor».

Como será possível reconhecer Dreyfus (que fez chegar à ilha do

Diabo em que se encontrava deportado toda a obra de Balzac), nesse actor que «nunca leu romances»? Como é possível identificar o homem que responde secamente «não tenho qualquer recordação da ilha do Diabo» com um Dreyfus cujas noites foram perturbadas, até ao dia da sua morte, por um despertar angustiado e pesado sobre o tempo de deportação?

Mas há ainda factos mais graves. Como se poderá justificar que se ponha «Dreyfus» a dizer, sem qualquer explicação, «não sou um 'dreyfusard'»? Toda a gente sabe



Zola

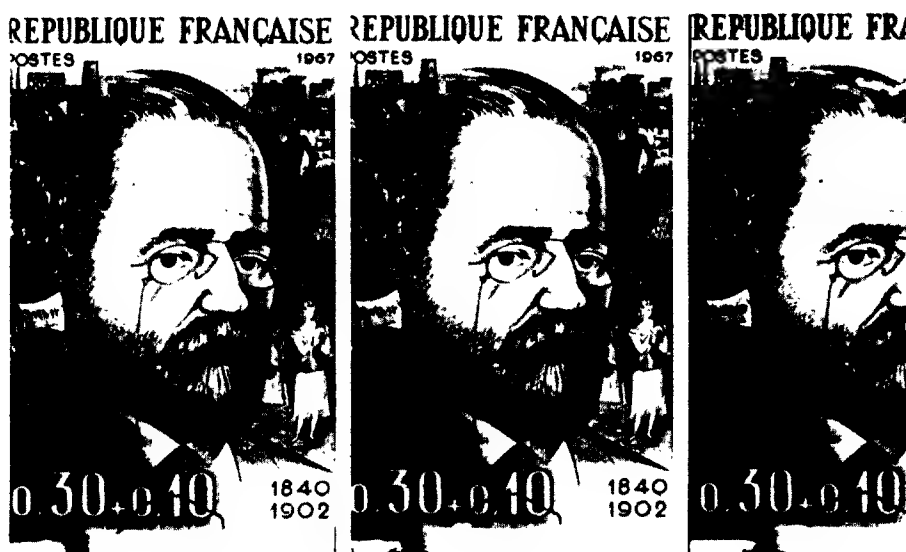
a ficção, ou mais exactamente, a pior das lendas: a das calúnias. Perdeu-se uma oportunidade única de restituir a Dreyfus o seu verdadeiro rosto: o de um homem que não escolheu o seu papel, que não nasceu para ele, mas que o assumiu com uma grandeza e heroísmo que foram reconhecidos pelo mundo inteiro. Já Bernard Lazare exprimia o seu espanto a Péguy:

«Não percebo nem o que querem nem o que pedem. Não compreendo o que lhe exigem. Pedem-lhe tudo e esperam encontrar nele todas as virtudes só porque foi injustamente condenado. Está inocente. Isso já é muito.»

Mas, na verdade, esta atitude racional não é escutada no meio das paixões desencadeadas. Dreyfus é um estóico que não possui a fluência nem os gestos do

tasse o espectáculo da sua extrema infelicidade, desprendimento e coragem! E não há dúvida que o venenoso sarcasmo de Clemenceau — «Tem um ar de comediante de lápis» — resistiu tanto melhor ao tempo quanto menos relação tem com aquilo que estava de facto em causa. É certo que este oficial burguês é um produto do seu meio: é conservador. É inegável que este judeu assimilado de finais do século dezanove, é um produto do seu tempo. Apesar de anotar a Bíblia na ilha do Diabo e de nela procurar febrilmente, depois dos acontecimentos de Rennes, os modelos e as imagens do seu mundo, não possui a exaltação mística de um Bernard Lazare nem o profetismo político de Theodor Herzl.

Tudo isso é verdade. Mas não há dúvida que ultrapassam todas as marcas os que se arvoram em juí-



AS FORÇAS ARMADAS

As atenções são naturalmente atraídas por um «ballet» lamentável, em que rodopiam se pavoneiam e tropeçam alguns uniformes de diferentes galões: os Sandherer, Gonse e Henry. Todos eles têm um aspecto pesado e aparecem como convencidos e vazios, comprometidos nas suas manobras, perdidos em intrigas grosseiras e inexoravelmente arrastados para a humilhação e a queda. É precisamente por serem pintados com cores muito vivas que deixam para a história uma imagem que se impõe de tal modo que acaba por fazer esquecer a instituição que pretendiam encarnar e com a qual a opinião pública no seu conjunto tende, retrospectivamente, a identificá-los. Mas serão estes homens realmente, ou simbolicamente representativos dessas Forças Armadas de que se recla-

mam e em nome das quais falam e actuam? Será toda uma sociedade militar, todo um meio social, que é possível compreender, identificar e descrever através deles? Por detrás deles, sob o mesmo uniforme, que atitudes colectivas, que géneros de vida, que maneiras de pensar e de sentir existem realmente? Omitir tais interrogações é negligenciar, sem dúvida, alguns dados essenciais do «caso Dreyfus».

O momento em que «o caso surge coincide com o fim da importante obra de reestruturação militar na qual os homens de Estado da República, que acabara de surgir, depositavam conjuntamente com a política escolar, o maior dos orgulhos. Foi meses antes da condenação do capitão Dreyfus que se elaborou, sob a égide do general Boisdeffre, (cujo comportamento na tormenta que se avizinhava não

DIREITOS HUMANOS

□ LE MONDE

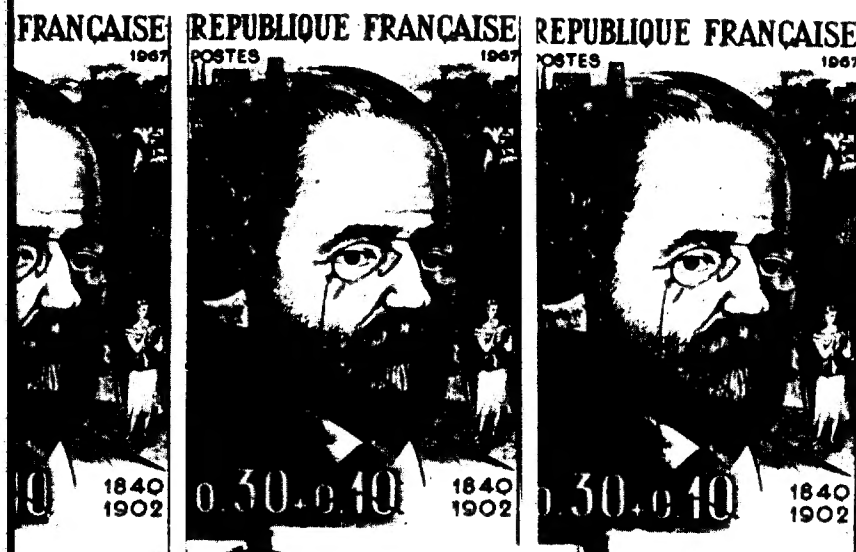


que existem três «dreyfusismos»: o familiar, o moral e o político. Se se pretende dizer que Dreyfus não foi um «dreyfusard» político afirma-se apenas uma evidência. Nem o seu meio, nem o seu temperamento, nem a sua profissão o predispu-
nham para isso. Se assim não fosse teria tido uma excelente oportunidade de fazer carreira e fortuna! Mas comete-se uma calúnia se se pretende insinuar que o capitão Dreyfus deu cobertura, to-
lerou, ou admitiu — em relação a outros — um crime semelhante àquele de que foi vítima.

É certo que a coligação heteró-
genea dos «dreyfusards» se des-
fez — como em geral sucede —
quando os seus principais objecti-
vos foram alcançados. É verdade
que aquele formidável impulso de
justiça e de humanidade acabou na
amargura porque eram diferentes
as opções dos que o viveram.
Quem poderá criticar a Lucie,
Mathieu, a Demange ou a Reinach,
o facto de terem querido salvar físi-
camente Dreyfus? (O doutor Del-
bet que examinou o detido depois
deste ter sido preso em Rennes
deu-lhe pouco tempo de vida no
caso de permanecer na prisão).
Quem poderá espantar-se de que
Labori e Clemenceau, Lazare e
Péguy se tenham mantido apaixoa-
damente ligados às incidências
universais do caso a que se vota-
ram de corpo e alma? Quem não
será capaz de compreender o
grande sonho de Jaurès que con-
sistia em promover, precisamente
a partir do caso Dreyfus, uma so-
ciedade em que a repetição de tais
casos fosse impossível?

Passaram oitenta anos... A ci-
dade de Rennes acaba de se hon-
rar ao conceder o nome do capitão
Dreyfus à rua onde se encontra o
liceu e se desenrolou o julgamento.
A cidade de Paris honrar-se-ia se
reerguesse sobre o pedestal de
onde os alemães a retiraram a es-
tátua de Zola e concedesse a uma
parte da Rua de Cherche-Midi o
nome do homem que nela esteve,
injustamente, preso.

Jean-Louis Levy, neto de Alfred
Dreyfus



S NO CASO DREYFUS

deve escamotear a sua verdadeira
estatura), a versão definitiva do
primeiro plano de mobilização ge-
ral. Foi também no início desse ano
de 1894 que se verificaram os últi-
mos aperfeiçoamentos do canhão
e 75. Nos anos anteriores haviam
entrado progressivamente em
serviço o foguete Lebel, o morteiro
de 220 e o obus de 55. Não existiu
escreveria mais tarde o general De
Gaulle, instrumento caixa de
munícões ou barco de que não
tenham sido adaptados novos
modelos entre 1875 e 1900. «A
este balanço é necessário acres-
centar o imenso trabalho de fortifi-
cações empreendidos sob a direc-
ção do general Séré de Rivières e
que teve uma influência decisiva
no desenrolar da Primeira Grande
Guerra na medida em que levou o
Estado-Maior alemão a realizar
um movimento de envolvimento

através da Bélgica.

A esta renovação técnica e ma-
terial (que não pode deixar de pro-
vocar admiração pela sua ampli-
tude e coerência de inspiração)
veio juntar-se um esforço não
menos considerável no plano inte-
lectual e moral. A recém-formada
Escola de Guerra reagiu contra o
dogmatismo do período prece-
dente e orientou deliberadamente
o ensino para o estudo crítico dos
acontecimentos militares entendi-
dos como realidades concretas.
Mas foram sobretudo as modifica-
ções introduzidas pela República
no modo de recrutamento do corpo
de oficiais que contribuíram para
elevar, de um modo sensível, o
nível médio dos quadros militares.
Ao contrário do que se passava
com as Forças Armadas da mo-
narquia constitucional e do II Impé-
rio em que «os oficiais de fortuna»,

antigos suboficiais saídos do corpo
de soldados, beneficiavam de forte
preponderância numérica, temos
agora uma situação em que a Es-
cola de Saint-Cyr, para a infantaria
e a cavalaria, e a Escola Politéc-
nica, para a artilharia e engenharia
fornecem cerca de metade dos
oficiais anualmente promovidos.

É certo que, mantendo-se a car-
reira militar como um importante
factor de promoção social, conti-
nuam a afluír a ambas as escolas
alguns elementos de origem mo-
desta, filhos de camponeses e de
artesãos ou mais geralmente de
funcionários de baixa categoria e
de pequenos comerciantes. Mas na

A emulação, às esperanças e à
actividade febril posteriores a 1871
começa a suceder-se uma sono-
lência pesada e a estagnação
numa existência medíocre. Para
todos aqueles e são a grande
maioria, que não foram atraídos
pela aventura colonial, a lentidão
nas promoções torna-se cada vez
mais dolorosa. A duração média da
permanência no posto de tenente é
de quinze a vinte anos e na de
capitão de duas dezenas de anos.
Os mais capazes só alcançam o
posto de comandante cerca dos
quarenta e seis ou quarenta e oito
anos. Esta situação é tanto mais
penosa quanto os soldados se man-



Dreyfus

grande maioria o recrutamento é
feito entre os representantes das
«classes letradas» que durante
muito tempo tinham estado afasta-
das da vocação militar, a saber,
entre a velha aristocracia e a alta e
sobretudo média burguesia de
funcionários e das profissões libe-
rais.

UM MUNDO FECHADO

É este quadro aparentemente
brilhante que explica o enorme
prestígio de que goza a instituição
militar aos olhos da maioria da
opinião pública. Mas é necessário
completar tal quadro com algumas
sombrias por vezes bem sombrias.

Este imenso trabalho de re-
construção do sistema militar não
quebrou de modo nenhum o isola-
mento das Forças Armadas no seio
da sociedade nacional. Predomina
o sentimento de solidariedade, o
orgulho de assumir uma vocação
privilegiada e de pertencer a um
mundo fechado, deliberadamente
voltado para si, ao abrigo das tor-
mentas e vicissitudes do século.

têm extremamente baixos. No fim
do século um tenente recebe de 7 a
8,5 francos e um capitão de 9,7 a
13 francos. Com um tal ordenado,
calcula um pouco mais tarde um
bom observador das questões
militares, um oficial celibatário
pode fazer, à justa face às suas
despesas; mas se e casado tem
dificuldade em assegurar a ma-
nutenção da família que em cer-
tos casos terá de viver miserá-
velmente... Os lares dos tenentes
e capitães são humildes e têm difi-
culdades em economizar para vi-
ver, são dignos de respeito pela
sua reserva, os seus sacrifícios
desconhecidos e a sua resignação
silenciosa e não podem deixar de
dar uma imagem enternecedora da
vida militar. Para alguns «filhos de
família» afortunados existe um sem
número de casais necessitados
que, de braço dado e seguidos da
sua progenitura vestida com rou-
pas emprestadas, se passeia, nas
tarde de domingo pelos pátios das
subprefeituras...

Fechado sobre si mesmo, man-
tendo apenas contactos frágeis
com a sociedade civil (os comer-
ciantes, o baile na perfeitura) o
meio militar, tende, desse modo, a
viver dentro de um sistema bem
estabelecido de princípios solida-
mente definidos e constantemente
vigilados pelo conformismo hierár-
quico: respeito quase sagrado pela
instituição, os seus chefes e regras
disciplinares; a desconfiança em
relação aos intelectuais e às suas
«extravagâncias»; gosto pela
ordem e a autoridade e uma des-
confiança ainda maior para com a
«política» os seus homens e deba-
tes. Em relação a esta última ques-
tão existe uma atitude ambígua
mas em relação à qual poucos
pensam infringir: indiscutíveis pre-
conceitos antidemocráticos (pelo
menos este o caso da maioria),
mas também disposição para a
obediência e a submissão de prin-
cípio ao Governo estabelecido e ao
poder «legal». Na «Orme du mail»
de Anatole France, onde edescrita
a sociedade provinciana da Repú-
blica oportunista, o comandante da
guarnição, general Cartier de
Chalmot, monárquico e cristão,
tem em relação à República uma
atitude de reprobção plena, si-
lenciosa e simples. Mas nenhuma
das suas convicções íntimas, faz
notar Anatole France, o impediu
de mandar prender o arcebispo
perante a ordem escrita do mi-
nistro da Guerra.

Paradoxo muito poucas vezes
sublinhado: foi sem dúvida devido
a esta situação de isolamento, a
esta função de marginalidade em
relação à sociedade que o rodeia, e
talvez à indigência intelectual tão
deplorada por alguns dos seus
membros, que o corpo militar saiu
praticamente ileso do grande
drama que foi o caso Dreyfus. O
período de desagregação só virá
mais tarde com o «combismo». Houve poucos combates nas mes-
ses a propósito do capitão Dreyfus.
Como afirmaria o general Cartier
Chalmot obedeceu-se e
manteve-se silêncio. A República
pode assim conservar as suas For-
ças Armadas.

Raoul Girardet, professor no Insti-
tuto de Estudos Políticos de Paris



Dreyfus conduzido por solda-
dos,
já depois da degradação

A FRANÇA ISOLADA NA SUA PROPOSTA SOBRE PACTO DE SOLIDARIEDADE EURO-AFRICANO

— observa o general Méry

LE MONDE

O general Guy Méry, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, publicou na revista «Defesa Nacional» de Junho de 1978, o texto da intervenção que fez, há cerca de dois meses, perante os estagiários do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IHEDN) e do Centro dos Altos Estudos de Armamento (CHEAR), em Paris.

No decurso desta conferência o chefe do Estado-Maior apresentou as suas reflexões sobre três questões que se tornaram da maior actualidade, a saber, a França e a segurança em África, o desarmamento e a evolução das forças militares francesas.

A França e a segurança em África

As minhas reflexões pessoais levam-me a encarar três evoluções possíveis, afirmou o general Méry. A primeira diz respeito ao volume da ajuda que fornecemos. As capacidades que temos são limitadas e, em certos casos, já se aproximam do seu limite máximo. Se as necessidades com que somos confrontados continuarem a crescer e a diversificar-se seremos postos perante a seguinte alternativa: ou aumentar o apoio que fornecemos à África em detrimento daquele que poderemos prestar a outras regiões do mundo, ou o que é mais verosímil, estabelecer um certo número de prioridades concentrando as ajudas nos domínios económico, financeiro e militar num certo número de países judiciosamente escolhidos em função do interesse que apresentam em relação aos outros países africanos e em função dos nossos próprios interesses.

A segunda evolução, que é, de certo modo, o corolário da primeira refere-se ao estabelecimento de uma verdadeira cooperação europeia, já iniciada no plano económico com os acordos de Lomé, e que poderia ser estendida às questões da segurança, tal como o sugeriu o presidente da República quando propôs o estabelecimento de um pacto de solidariedade entre a África e a Europa. Actualmente estamos, com efeito, muito isolados nas acções que desenvolvemos.

Existem, ao que parece, dois tipos de países que podem ser associados a uma tal acção:

- Por um lado os países europeus que têm um passado africano e cuja economia está, tal como a nossa, estreitamente ligada à África.

- Por outro, e além dos nossos parceiros e aliados actuais, um certo número de grandes países africanos que têm uma cres-

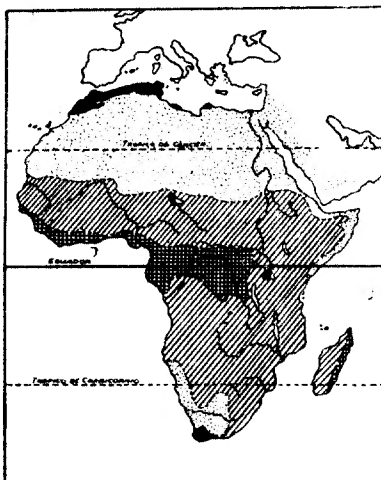
cente influência na cena política internacional.

A terceira evolução remete para o domínio estritamente militar em relação ao qual parece desejável uma modificação do tipo de ajuda que fornecemos e uma melhoria das capacidades de acção.

Em matéria de ajuda parece-me ser necessário:

- Acentuar ainda mais a importância concedida à formação de quadros.

- Recorrer mais à assistência ocasional especializada do que à ajuda permanente e polivalente.



■ Zona mediterrânea
■ Zona desértica
■ Zona florestada tropical
■ Grande floresta tipo equatorial

- Encorajar os Estados a utilizar materiais robustos e simples de preferência a materiais modernos demasiado sofisticados cuja aquisição é muitas vezes feita apenas por razões de prestígio. Resumindo, podemos afirmar que se trata de ajudar a praticar a máxima do «ajuda-te a ti próprio que Deus te ajudará».

O desarmamento

Depois de ter afirmado que não pode haver verdadeiro desarmamento sem uma sólida defesa e que a manutenção da credibilidade da força nuclear francesa implica o prosseguimento dos ensaios nucleares o general Méry declarou a propósito dos continentes que não possuem armas nucleares e que desejam manter-se nessa situação: Em contrapartida parece evidente que deveríamos oferecer aos países que fizeram uma tal opção uma dupla garantia:

- Antes do mais a de não utilizar contra eles, nem no seu território, armas nucleares.

- Em segundo lugar a de lhes dar acesso à utilização pacífica do átomo.

A evolução das forças militares

O general Méry limitou-se, durante a conferência, a proceder ao exame do futuro da marinha nacional e das forças nucleares estratégicas e táticas.

A propósito da marinha o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas anunciou ser de prever o aumento progressivo do seu orçamento no conjunto das despesas militares. Expressou também a opinião de que se torna necessário distinguir entre dois tipos de unidades, o que não significa a criação de duas marinhas.

- Por um lado haverá as forças tão móveis e polivalentes quanto for possível.

- Por outro lado as forças menos sofisticadas e por isso menos custosas e mais numerosas e que se destinam às tarefas que não requerem meios tão onerosos como os procedentes.

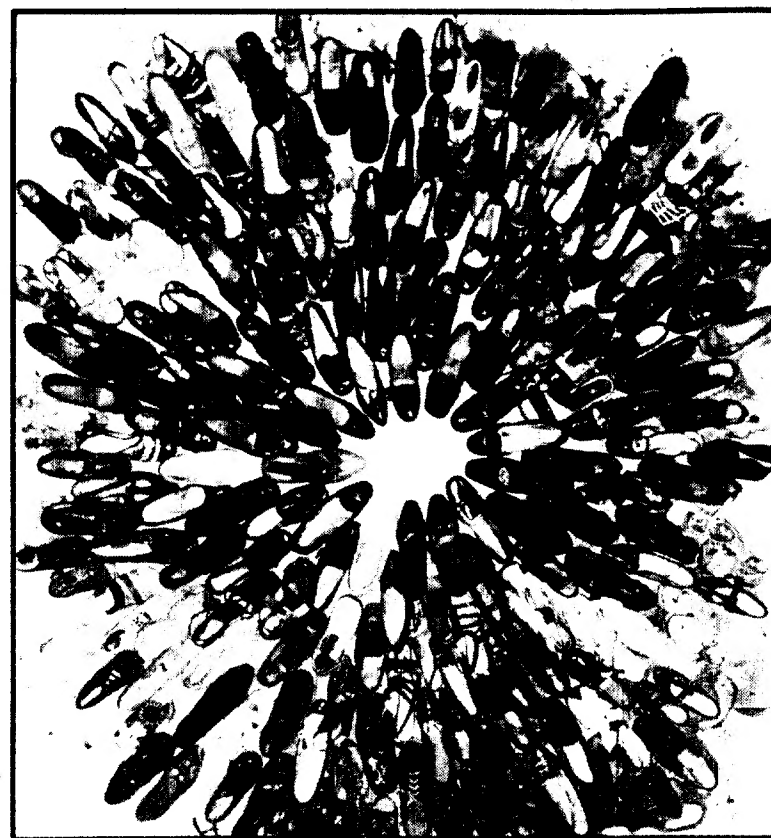
O general Méry enumerou em seguida os sistemas de novas armas que deverão substituir o actual arsenal de armamento nuclear. Na sua opinião deve ser dada prioridade à modernização da esquadra de cinco submarinos estratégicos e das suas armas e à definição de um novo tipo de submarino para o próximo decénio.

Estamos, neste momento, a fazer um esforço no sentido da criação de um novo míssil de cruzador embora estejamos dispostos a abandonar o projecto se verificarmos que não corresponde ao que dele pretendemos. Realizam-se ao mesmo tempo estudos sobre um míssil, mais ligeiro que o míssil terra-terra estratégico de plataforma Albion, que poderia ser montado numa plataforma aérea ou terrestre de modo a tornar-se móvel.

No domínio das armas nucleares táticas o general Méry confirmou que o alcance actual do Plutão (120 quilómetros) deveria ser aumentado e que a França pode estar interessada em ter a bordo dos seus navios de combate mísseis mar-mar de natureza nuclear.

Referindo-se aos sentimentos muitos variados, que vão da repulsa ao entusiasmo, provocados pela bomba de neutrões o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas afirmou:

Pelo contrário, o que é importante é saber se esta arma pode aumentar ou diminuir a dissuasão. Pessoalmente penso que poderá reforçá-la na medida em que garante uma maior eficácia militar permitindo atingir alvos mais próximos das próprias forças e alargando as zonas nas quais a arma pode ser «colocada» sem demasiados riscos para a população. É evidente que se apenas existissem bombas de neutrões seria de recear um abaixamento do nível de dissuasão na medida em que tenderia a apagar-se a linha de demarcação entre as armas clássicas e nucleares. Mas não creio que isso possa alguma vez vir a acontecer particularmente no que nos diz respeito. É por isso que dedicamos igualmente atenção a este tipo de armas que correspondem a uma nova via de pesquisas e que podem integrar-se no nosso conceito dissuasivo. ●

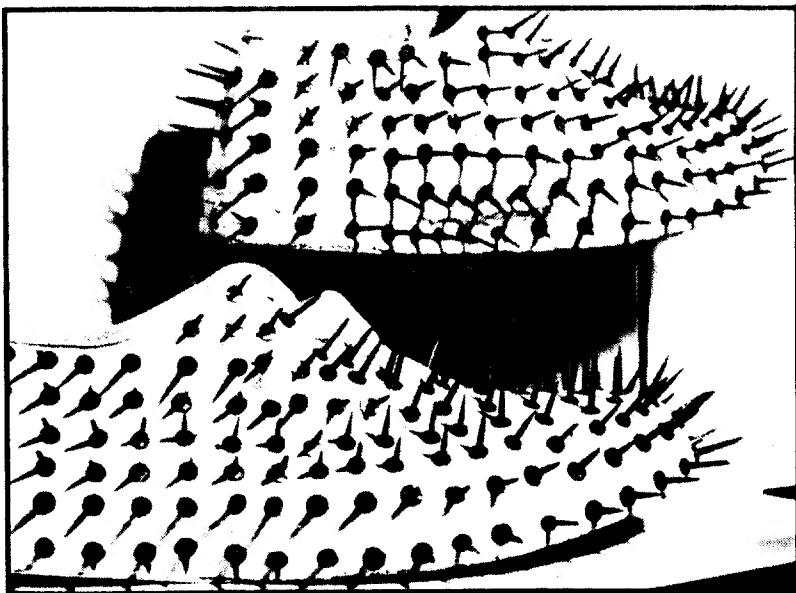


"THE GREAT AMERICAN FOOT"

Actualmente em Nova York está patente uma exposição de calçados, a «The Great American Foot». Aqui estão duas imagens da mostra, através de fotografias da Keystone.

Na primeira delas, aparece um curioso par de sapatos do estilo «Herisson», obra de um artista que, na sua concepção, deve ter pensado nos «apressadinhos» das bichas do autocarro ou de outras quaisquer que têm a mania de passar à frente pisando nos pés dos que estão primeiro.

A outra foto apresenta as criações de um outro artista que preferiu montar um quadro, obtendo, afinal, um belo efeito visual.



DESVALORIZAÇÃO DO DÓLAR

3
países capitalistas estão interessados na sua estabilidade.

Jogo arriscado

Mas o jogo de Washington deparou com uma série de poderosos factores de resistência. Em primeiro lugar, com a atitude dos países membros da OPEP, que propõem, cada vez com mais insistência, renunciar à utilização do dólar como moeda de cálculo nas suas transacções internacionais e insistem, igualmente, na alta de preços do petróleo. Se tal acontecer, a aviação de dólares no mercado mundial não favorecerá, de modo nenhum, os Estados Unidos.

Por outro lado, a experiência

tem mostrado que, quando o curso das moedas flutua, existe um perigo real de as forças do mercado escaparem ao controlo das autoridades monetárias, podendo originar fortes abalos em todo o sistema da economia capitalista mundial.

A administração americana, tendo em conta todos estes factores, anunciou, em Janeiro de 1978, uma viragem radical na sua política monetária, no sentido dum apoio mais activo a conceder ao dólar. Mas, por um lado, esta decisão, no essencial, não passa dum declaração destinada a acalmar os detentores de dólares e, por outro, verificou-se que o governo dos EUA não dispõe, pura e simplesmente, de meios suficientes para um tal apoio. A situação da moeda americana permanece instável. ●

O "MEMORIAL DA DEPORTAÇÃO DOS JUDEUS DE FRANÇA"

□ Jacques Amalric
■ (LE MONDE)

A obra tem a espessura de uma lista telefónica. Mas trata-se de uma lista da morte, de uma lista cujas oitenta mil assinantes nunca mais poderão responder. Este Memorial da deportação dos judeus de França, pacientemente elaborado pelo advogado Sérgio Klarsfeld, estabelece pela primeira vez a lista dos judeus de França (dois terços eram estrangeiros) deportados em mais de oitenta comboios entre o dia 27 de março de 1942 e o dia 22 de Agosto de 1944. Estão ali todos os nomes e apelidos, as datas e os locais de nascimento. Limitamo-nos a citar um, o da «decena» das vítimas do nazismo em França, Berthe Wahl, nascida a 23 de Maio de 1849, em Saultz, e deportada aos noventa e cinco anos, no dia 20 de Maio de 1944,

em companhia de mais 631 mulheres e 565 homens. Este comboio para Auschwitz levava 191 crianças de menos de dezasseis anos. Destas 1200 pessoas, só 157 estavam vivas em 1945.

O enorme trabalho do doutor Klarsfeld realizado em dois anos com uma pequena equipa de voluntários, baseia-se no essencial, nas listas de deportados feitas pela secção antijudaica da Gestapo, das quais ainda há um exemplar no campo de Dracy. Outro exemplar fora enviado à União Geral dos Israelitas de França. São documentos muito difíceis de consultar devido ao mau estado em que se encontram.

O doutor Klarsfeld e os amigos conseguiram reconstituir todos os nomes e apelidos, verificaram todas as informações e completaram esse martirólogo com duas outras listas: a dos judeus mortos nos campos de internamento, em França, e a dos judeus fusilados ou executados sumariamente também em França. Este sinistro monumen-

to aos mortos termina com uma notícia sobre os principais responsáveis da «solução final» em França. Entre esses responsáveis há franceses, um dos quais não está nada mal.

Na sua introdução, o doutor Klarsfeld diz que este «memorial» vem preencher uma «imensa e dolorosa lacuna». Quantos pais de deportados terão esperado por esta publicação para finalmente conseguirem saber qual o percurso dos filhos até ao desaparecimento? Para saber que eles foram extirpados neste campo e não naquele? Que fizeram parte de determinado comboio? Lamentamos só que um tal «esquecimento» tenha sido reparado por conta de um autor e que, ao contrário do governo holandês, por exemplo, os nossos dirigentes não se tenham preocupado em preencher este vazio.

A obra vai reabrir velhas feridas, vai fazer correr mais lágrimas. Mas, pelo menos, as vítimas, todas as vítimas, terão um nome.

COLÓMBIA

ELEITO POR UMA PEQUENA MARGEM DE DIFERENÇA

TURBAY AYALA REPRESENTA A BURGUESIA FINANCEIRA

□ Thierry Malinik
■ LE MONDE

Através do meu mandato o povo recuperará finalmente a presença da República. É preciso acabar com o monopólio das grandes famílias sobre a direcção do país. Esta afirmação é do novo presidente da Colômbia, Júlio Cesar Turbay, eleito à justa em 4 de Junho e que gosta de se apresentar como o homem novo, o representante das classes em ascensão, em oposição ao seu principal rival no seio do Partido Liberal, Carlos Lleras, em quem vê o porta-voz da aristocracia tradicional.

Homem novo? Com sessenta e dois anos de idade Turbay viveu durante quatro dezenas de anos no serralho do conservadoríssimo Partido Liberal. Tornou-se um conselheiro municipal aos vinte e três anos, subiu conscienciosamente nas hierarquias do partido e chegou ao Senado para onde tem sido constantemente reeleito desde há dezasseis anos. Sendo o chefe do partido controla perfeitamente todos os seus mecanismos e conhece todos os seus dirigentes, incluindo os das aldeias mais remotas. Tornou-se um mestre na arte do «clientelismo» tem o apoio da maior parte dos «caciques» locais num país em que estes têm uma influência decisiva nos votos rurais. Essa é mesmo a base de uma formidável máquina eleitoral

pacientemente construída ao longo dos anos e que lhe permitiu vencer os outros concorrentes.

Este homem novo tem igualmente o apoio de alguns dos grandes grupos comerciais tradicionais que é essencial a quem pretende, nas actuais condições, ascender ao posto de presidente da República em Bogotá. Goza, nomeadamente, dos favores de meios financeiros, a saber: o grupo Grancolombiano ou Banco da Colômbia, dirigido por Jaime Michelsen, primo do actual presidente, Alfonso Lopez Michelesen. Em contrapartida Turbay é menos popular na Associação de Exportadores de Café, que prefere apoiar Lleras, e na Associação Nacional de Indústria, reduzido dos exportadores de têxteis de Medellín.

É, sem dúvida, em relação a elas que Turbay aparece como homem novo. Face os proprietários ligados ao café e à indústria dos têxteis que são os detentores tradicionais do poder os sectores que controlam constituíram a principal fonte de divisas do país — o presidente recentemente eleito aparece como o representante de uma burguesia mais financeira que industrial que procura conquistar a parcela do poder a que pensa ter direito. As velhas famílias aristocratas colombianas vêm nele apenas um «novo rico», o símbolo de uma classe cuja ascensão as inquieta. É uma inquietação não isenta de preconceitos racistas já que Turbay é de origem libanesa.

Nas caricaturas dos jornais da velha direita Turbay aparece com um keffieh e recebe o nome de

turco —designação genérica utilizada em relação a todos os imigrantes provindos do Próximo Oriente que desempenham um papel crescente no mundo financeiro da Colômbia.

Será verdade que Turbay representa sobretudo tal como se murmura em Bogotá, uma classe cujo poder reside nas exportações paralelas isto é, da droga e das esmeraldas? É certo que o tráfico clandestino de estupefacientes e sobretudo das drogas puras atingiu uma importância sem precedentes na Colômbia sob o mandato do actual presidente, de cuja continuidade Turbay se reclama. É igualmente verdade que diversos parlamentares, que constituem a mais sólida base de apoio do «turbayismo» no Norte do país, parecem estar directamente ligados às máfias da costa atlântica, principal base da Columbian Connection. Mas nenhuma acusação concreta foi até agora formulada contra o novo presidente. São contudo muito poucos os que acreditam que Turbay seja o chefe de Estado mais indicado para conter a corrupção galopante e a constante decomposição do sistema político tradicional que se verifica na Colômbia. E os parlamentares que constituem a sua base de apoio também não parecem ser os mais aptos para dar um novo fôlego a um poder legislativo extremamente desacreditado. Sob tais aspectos tudo indica que Turbay será, durante os próximos quatro anos, mais o representante da continuidade do «aparato» do que o promotor de uma qualquer «mudança».

SEMANA INTERNACIONAL

O ASSASSÍNIO E O GOLPE

O assassinato do presidente do Iémen do Norte, tenente-coronel Ahmed Al Gachmi e a sublevação militar de ontem no Iémen do Sul têm alguma relação entre si?

Questão pertinente tendo em conta a importância estratégica da zona e, também, o facto dela se encontrar muito próximo de importantes jazigos de petróleo.

Já parecem menos pertinentes as declarações do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Iémen do Norte afirmando a implicação do Iémen do Sul no assassinato de Ahmed Al Gachmi. Com efeito, vê-se mal um «emissário especial do governo sul-iémita» transportar uma arma amadilhada e colocá-la tranquilamente no gabinete do presidente Al Gachmi... E morrer na explosão.

O que parece claro é que a sublevação militar no Iémen do Sul não são estranhos os interesses do imperialismo americano e dos seus «mandatários» no Corno da África, o Irão e a Arábia Saudita.

A existência de uma experiência socialista no Iémen do Sul, único país árabe de orientação marxista, era uma espinha cravada na garganta dos EUA e, portanto, havia que a arrancar. O que pode acontecer é que o tiro lhes saia pela culatra.

O testamento

A Jugoslávia está determinada a manter a sua via de comunismo sem a interferência de Moscovo e resistirá às «tentativas do estrangeiro para impor conformidades ideológicas». Este foi o ponto mais importante do discurso do presidente Josip Broz Tito pronunciado perante os milhares de delegados ao XI Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, que decorreu na semana passada, em Belgrado. Funcionários jugoslavos afirmaram, com unanimidade, que o discurso de Tito, no qual também foi abordado o desenvolvimento do Partido ao longo de três décadas e apontou a futura política a ser executada, foi, na realidade, um verdadeiro testemunho do último dos líderes que lutaram contra e venceram o nazismo, ainda vivo e no Poder. Mais: enquanto Tito afirmava ser «ridículo especular sobre os perigos para o futuro deste Estado multinacional, esclarecia que as Forças Armadas estão preparadas para resistir a qualquer futuro agressor e para defender a soberania, a integridade e a independência jugoslavas». Quanto ao seu sucessor nada disse, apesar de todos apontarem para Edvard Kardelj, seu amigo, confidente e estreito colaborador. Este congresso marcou também um degelo nas relações Jugoslávia-China, interrompidas desde 1958, quando Pequim classificou a Tito como «arqui-revisionista». A China enviou uma mensagem de saudação.

A «reforma»



O aviso

Os «ideais democráticos» do golpe militar brasileiro de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, estão institucionalizados. Ernesto Geisel anunciou as tão faladas «reformas» que nada mais são do que a continuação do regime de força sob o disfarce constitucional pois, se por um lado o Acto Institucional Número 5, que conferia poderes ditatoriais ao presidente da república foi revogado, as suas disposições continuam prontas para serem usadas agora sob o nome de «salvaguardas destinadas à defesa do Estado», incluídas na Constituição. Geisel tenta este golpe de rins num último e desesperado esforço para recuperar uma duvidosa popularidade, reforçar a imagem do candidato oficial à sucessão, Baptista de Figueiredo, cada vez mais desprestigiada e isolada, e trazer de volta membros da ARENA, o partido oficial, que se afastam em número crescente. De qualquer forma, essas «reformas» não convenceram ninguém.

Georges Walter Landau, embaixador dos EUA em Santiago do Chile, foi chamado a Washington, porque as «autoridades» chilenas não estão a cooperar no esclarecimento do «caso Letelier». Deixando de lado o facto do próprio Pinochet e da DINA, na época comandada por Contreras Sepulveda, seu cunhado, estarem envolvidos até ao pescoço neste caso, o facto dos Estados Unidos mandarem chamar o seu embaixador no Chile confirma o que já corre com insistência por todo o mundo, mesmo nos mais «altos círculos políticos e diplomáticos»: Pinochet está por um fio. Não serve mais ao país que o coloque no Poder, pois agora, a hora é dos «Direitos Humanos». Faltariam apenas os últimos acertos para a Junta do palácio Diego Portales ir para o caixote do lixo da História.

PELO MUNDO

INSÓLITO

Bill White, de quarenta e quatro anos, permaneceu enterrado durante 134 dias, quatro horas e dez minutos, numa espécie de ataúde, com o objectivo de bater o record mundial. White conseguiu o seu objectivo e, no dia 13 voltou a ver a luz do dia, pálido, é certo, mas contente.

Durante os 134 dias em que esteve enterrado num cubículo de dois metros de comprimento e um de altura, só comunicava com o exterior por um tubo, pelo qual recebia os alimentos.

White é americano. O último record pertencia a um inglês que esteve 124 dias enterrado em condições idênticas.



DOCUMENTOS A SECAR AO SOL

Por mais que a técnica mande para o mercado coisas novas e aparelhos «milagrosos», sempre chega o dia em que nada é melhor do que os velhos e seguros recursos simples e naturais. Como neste caso, por exemplo, em que a foto da Keystone sugere o pátio da casa de uma lavadeira. Pois não é nada disso. Ai estão, a secar ao sol de verão em Munique, os documentos dos arquivos do governo da Alta Baviera, encharcados numa inundação provocada por uma fuga de água

SIAMESAS NA RFA

Segundo o «Bild Zeitung», nasceram no Hospital Universitário de Tübingen (Bade-Wurtemberg) na RFA, duas irmãs siamesas que aparentemente partilham um só coração. As siamesas nasceram há oito dias, de cesariana, efectuada antes do termo normal da gravidez.

Entretanto, a mãe das crianças, de 16 anos de idade, não pode ainda ver as filhas e o pai, de 17 anos, não foi informado da situação, por precaução.

O jovem par, que tenciona casar-se em Outubro, decidiu dar às filhas os nomes de Jenny e de Jane.

Caso apenas exista um coração comum, será preciso escolher entre duas alternativas: a de sacrificar um dos bebés ou deixá-los viver ligados um ao outro. A decisão deverá ser tomada dentro de dez dias.



VÔO ESPACIAL SOVIÉTICO

O voo espacial soviético «Soyuz 29», que transporta dois cosmonautas, o piloto Vladimir Kovalyonok e o engenheiro Alexander Ivantchenkov, está a decorrer com pleno sucesso. A nave chegou, como estava previsto, à estação orbital «Saliut-6». Na foto da Keystone, os dois viajantes do espaço mostram-se encantados da vida, após a chegada

AGUARELA DE DURER

Uma aguarela de Durer foi vendida por 640 mil libras (46 mil contos) — recorde mundial — inaugurando sensacionalmente a venda da colecção de obras de arte de Von Hirsch na Sotheby's, no passado dia 19.

Os leiloeiros têm à sua disposição 13 telefones para receber ofertas do estrangeiro, além dos 1000 coleccionadores e negociadores que encheram as salas.

Espera-se que a lendária colecção do milionário industrial alemão Robert Von Hirsch seja arrematada por entre oito e 12 milhões de libras durante os oito dias do leilão.

A quantia paga pela paisagem do artista alemão Albrecht Durer constitui recorde mundial para desenhos de um antigo mestre.



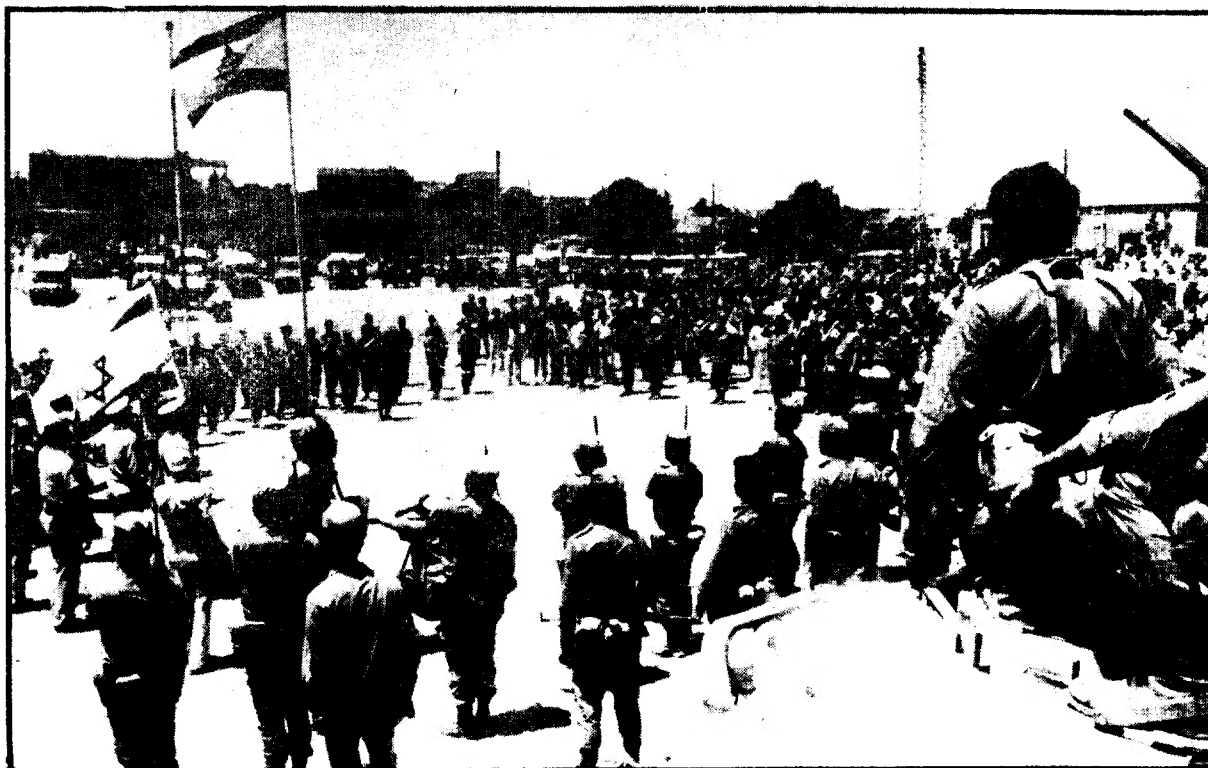
MÃO "RECUPERADA"

Sorrindo e ao lado da sua esposa, André Rollini, ainda no leito do hospital Boucicaut, de Paris, está feliz pelo desfecho de uma aventura da qual foi a personagem central. Com 27 anos de

idade, perdeu a sua mão esquerda num acidente de trabalho, mas ficou sem ela apenas por três horas. Depois que uma serr circular seccionou a sua mão, em Ligniers-la-Carelle, projectando-a muitos metros de distância e só encontrada três horas mais tarde, Rollini e a mão foram levados para o hospital onde a equipa do professor Villain, fez o «conserto». Aliás, esta mesma equipa já havia reimplantado o braço de uma menina, cortado em circunstâncias análogas, há pouco tempo

TROCA DE "BANDEIRA"

Aqui está a «paz no Sul do Líbano»: forças invasoras de Israel, prontas para o regresso, deixam as zonas ocupadas nas mãos dos seus aliados libaneses, as milícias cristãs maronitas de extrema-direita. A foto da Keystone mostra a troca da «bandeira de serviço» contra os palestinianos, que apenas querem uma terra para viver. O mesmo desejo que os israelitas sempre tiveram, afinal conseguiram ver tornar-se realidade, e agora, pela força, impedem que seis milhões de pessoas alcancem. Por enquanto



EXCLUSIVO

N.º 26/78

